



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CARIRI
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL
MESTRADO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL SUSTENTÁVEL

GUILHERME SAWATANI GUEDES ALCOFORADO

**A INTERIORIZAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO NO ESTADO DO CEARÁ:
ANÁLISE DAS RELAÇÕES ENTRE AS POLÍTICAS PÚBLICAS, A
SUSTENTABILIDADE E O PODER NA REGIÃO DO CRAJUBAR**

Juazeiro do Norte, 2014

GUILHERME SAWATANI GUEDES ALCOFORADO

**A INTERIORIZAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO NO ESTADO DO CEARÁ:
ANÁLISE DAS RELAÇÕES ENTRE AS POLÍTICAS PÚBLICAS, A
SUSTENTABILIDADE E O PODER NA REGIÃO DO CRAJUBAR**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional Sustentável do Centro de pesquisa e pós-graduação do semiárido Universidade Federal do Cariri - UFCA, como requisito parcial para obtenção do Título de Mestre em Desenvolvimento Regional Sustentável. Área de concentração: Desenvolvimento Regional Sustentável. Linha de Pesquisa: Estado, sociedade e desenvolvimento.

Orientadora: Prof. Dra. Suely Salgueiro Chacon /UFCA - PRODER

GUILHERME SAWATANI GUEDES ALCOFORADO

**A INTERIORIZAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO NO ESTADO DO CEARÁ:
ANÁLISE DAS RELAÇÕES ENTRE AS POLÍTICAS PÚBLICAS, A
SUSTENTABILIDADE E O PODER NA REGIÃO DO CRAJUBAR**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional Sustentável do Centro de pesquisa e pós-graduação do semiárido Universidade Federal do Cariri - UFCA, como requisito parcial para obtenção do Título de Mestre em Desenvolvimento Regional Sustentável. Área de concentração: Desenvolvimento Regional Sustentável. Linha de Pesquisa: Estado, sociedade e desenvolvimento.

Orientadora: Prof. Dra. Suely Salgueiro Chacon /UFCA - PRODER

Banca Examinadora:

(Prof. Dra. Suely Salgueiro Chacon/UFCA-PRODER)

(Prof. Dr. Ricardo Lange Ness /UFCA-PRODER)

(Prof. Dr. Francisco Correia de Oliveira/ PRODER/UNIFOR)

(Prof. Dr. José Sydrião de Alencar Junior /UNIFOR)

A Deus,
Aos meus Orixás,
A meu Avô Luzinho.

AGRADECIMENTOS

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES, que em parceria com o Centro Interdisciplinar de Desenvolvimento e Gestão Social – CIAGS da Escola de Administração da Universidade Federal da Bahia – UFBA juntamente com o Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Regional – PRODER da Universidade Federal do Cariri - UFCA me deram apoio financeiro com a manutenção da bolsa durante a minha pesquisa.

A minha família, pelo amor, pela confiança e pela paciência depositadas em mim. A minha esposa Neuzivânia por todo o amor e por ficar do meu lado nas horas mais conturbadas desse caminho e ao meu filho João Luiz pelo amor e pela alegria que me fortalecem todos os dias e foram fundamentais para que eu concluísse esse mestrado.

A meu pai pela força e conselhos e principalmente por sempre acreditar em mim, mesmo quando o mundo não mais acreditava. A minha mãe Setuko (*in memoriam*), pois sem a lembrança dela, eu poderia ter esquecido minhas origens e todos os valores humanos que ela possuía e que me foram fortalecidos com esse mestrado: a amizade, a alteridade, a ética e principalmente o amor.

A minha mãe e avó Umbelina, por ter me educado e ter me orientado durante minha vida, principalmente pelo exemplo. A minha mãe Maria por até hoje cuidar de mim e agora de João. Perdi muito cedo uma mãe, mas Deus me compensou com duas pessoas que me amam e acreditam em mim.

A meu Avô Luiz Gonzaga de Figueiredo - Vô Luzinho (*in memoriam*) por ser não só para mim, mas para a população da nossa terra natal, o Potengi, um exemplo de homem público, digno, ético e preocupado com o próximo. Foi através de seu amor pelo Nordeste e pelos livros, que nasci como leitor e estou concluindo essa grande etapa da minha vida.

Muitas vezes quando criança abria seus livros para ver o que existia de tão interessante ali. Livros de Josué de Castro, Celso Furtado, Gilberto Freyre, entre outros que acabei lendo posteriormente e acabei utilizando durante a minha trajetória acadêmica e durante o mestrado. Saiu daí a minha curiosidade pela leitura e o meu amor pelo sertão. Um sentimento do meu avô repassado para todos que conviveram com ele e que hoje vive em mim.

A professora Dra. Suely Salgueiro Chacon, por todos os ensinamentos, paciência comigo e por toda a amizade e carinho que disponibiliza não somente a mim, mas a todos sem

distinção. A conclusão desse mestrado em grande parte deveu-se a sua orientação e a sua capacidade de enxergar sempre o melhor do ser humano.

Ao prof. Dr. Francisco Correia de Oliveira, ao prof. Dr. Ricardo Lange Ness e ao prof. Dr. José Sydrião de Alencar Junior pelas preciosas contribuições à minha dissertação. Todas as suas correções, alterações e sugestões foram prontamente atendidas e contribuíram para o fortalecimento da pesquisa.

A todos os meus professores no curso de Mestrado em Desenvolvimento Regional Sustentável - MDER, professora Dra. Verônica Salgueiro do Nascimento, professora Dra. Valéria Giannella Alves, professora Dra. Celme Torres Ferreira da Costa, professor Dr. Paulo Eduardo Silva Lins Cajazeiras, professor Dr. Marcelo Eduardo Leite e o professor Dr. Luiz Manoel Lopes. Graças a vocês estou conseguindo sair da minha caixa epistemológica. Vocês representam para mim a esperança de uma academia e de uma ciência realmente preocupada com o ser humano.

A todos os meus colegas de mestrado e em especial a Fabiana Bezerra e a Jaqueline Gonçalves. O convívio com cabeças tão diferentes fortaleceu em mim a capacidade de respeitar os outros e suas individualidades. Saudades de todos vocês.

Aos meus colegas e eternos professores do Departamento de Economia da Universidade regional do Cariri – URCA e em especial a professora Msc. Christiane Luci Bezerra Alves e professora Dra. Francisca Laudeci Martins Souza. Chego a essa parte da minha vida acadêmica com todos vocês no meu coração e agradecendo o incentivo e a torcida de todos. Aos meus amigos pessoais e também professores Érico Robsom Duarte de Sousa e Adriana Correia Lima, que observaram a minha gradual mudança de um economista pessimista para um economista repaginado e esperançoso em relação a nossa ciência e ao mundo. Aos dois, hoje posso afirmar que a mudança acontece antes de tudo dentro de nós. Obrigado a vocês pela ajuda e pela parceria nos artigos publicados.

A todos os entrevistados. Aos alunos, servidores e professores da URCA, aos romeiros e agricultores que foram tão solícitos e pacientes nas entrevistas, ao pároco da igreja do Horto de Juazeiro do Norte, a Secretaria de Turismo e Romarias de Juazeiro do Norte, e ao Secretário de Desenvolvimento Agrário de Barbalha. Todos me receberam com muita atenção. Obrigado pelas informações.

Aos meus alunos da URCA e da Faculdade Paraíso do Ceará – FAP-CE. Lecionar continua sendo a minha grande paixão, graças à amizade de vocês. Foi para permanecer ensinando e constantemente aprendendo que concretizei este objetivo de ser mestre.

A todos o meu muito obrigado e meus sinceros agradecimentos.

“Saí em passeio pelo meu Sertão de origem, em plena estação seca, e dei asas à fantasia, antecipando a transfiguração daquelas terras ásperas mediante a proliferação de oásis onde se repetiria a multiplicação dos frutos do trabalho humano. É caminhando à noite, sob o céu estrelado, que o sertanejo se deixa arrebatado pelo orgulho de sua terra. Os ventos que prolongam os alísios avançam céleres pelo horizonte aberto, e o mundo inteiro parece estar ao alcance da vista”.

(CELSO FURTADO 1989 – A Fantasia desfeita)

RESUMO

A presente dissertação teve por objetivo analisar como acontece o processo de interiorização do desenvolvimento através do Plano Plurianual Participativo do estado do Ceará para o Cariri, e suas relações com a sustentabilidade e o poder dentro da área de maior dinamismo dessa região denominada de Crajubar. Para se chegar a tal objetivo foram realizadas pesquisas bibliográficas referentes ao desenvolvimento econômico, regional e sustentável. Foram pesquisadas as relações de poder, pois estas se tornam integrante do processo de interiorização do desenvolvimento, podendo alterar desde a sua concepção até a sua conclusão. Foi realizado um estudo sobre as políticas públicas para o desenvolvimento regional saindo do âmbito nacional e chegando ao local com o estudo do Plano Plurianual Participativo do Estado do Ceará para o Cariri. Dentro deste foram realizados recortes para uma melhor delimitação e uma maior caracterização das ações executadas por políticas públicas contidas no referido plano nas cidades escolhidas para a pesquisa. O primeiro recorte foi realizado na cidade do Crato, onde a pesquisa foi direcionada para o ensino superior na Universidade Regional do Cariri. Em Juazeiro do Norte o turismo religioso, mais especificamente as romarias levaram ao segundo recorte. Na cidade de Barbalha a pesquisa foi direcionada para a agricultura. Chega-se ao resultado da pesquisa confirmando a hipótese que a interiorização do desenvolvimento acontece de forma parcial e mal distribuída tanto espacialmente como socialmente devido às relações de poder que transformam as políticas públicas desde o seu nascimento até a sua execução. Para tanto foi realizada uma pesquisa bibliográfica que originou o referencial teórico da pesquisa. Utilizou-se uma abordagem qualitativa tanto na coleta de informações através de entrevistas semi estruturadas e observação assistemática, como no tratamento das informações onde foi utilizada a técnica da análise de conteúdo para se chegar ao objetivo principal.

Palavras-chaves: Desenvolvimento regional, Sustentabilidade, Relações de Poder, Políticas Públicas, CRAJUBAR.

ABSTRACT

This dissertation aimed to analyze how does the process of internalization of development through the Multiannual Plan Participatory state of Ceará to Cariri, and their relationship with sustainability and power within the area of greatest dynamism of this region called Crajubar. To achieve this goal literature searches relating to economic, regional and sustainable development were performed. Power relations were surveyed because they become an integral part of the internal development process and may change from conception to completion. A study on public policies for regional development in the coming national and coming to the site with the study of Participatory Multi-Year Plan of the State of Ceará for Cariri was performed. Within this cutouts for better definition and greater characterization of the actions performed by public policies contained in the plan in the cities chosen for the survey were conducted. The first cut was made in Crato, where the research is directed towards higher education in the Regional University Cariri. In Juazeiro religious tourism, specifically pilgrimages led to the second crop. In the city of Barbalha research was directed to agriculture. You get to the search result confirming the hypothesis that the internal development happens partially and unevenly distributed both spatially and socially due to power relationships that transform public policy from his birth until his execution. To do a literature search that yielded the theoretical research was conducted. We used a qualitative approach both in gathering information through semi -structured interviews and systematic observation, as in the processing of information where the technique of content analysis was used to reach the main goal.

Keywords: Regional Development, Sustainability, Power Relations, Public Policy, CRAJUBAR.

RESUMEN

Esta tesis tiene como objetivo analizar cómo funciona el proceso de internalización de desarrollo a través del Estado del Plan Plurianual participativa de Ceará a Cariri, y su relación con la sostenibilidad y el poder dentro de la zona de mayor dinamismo de esta región llamada Crajubar. Para lograr este objetivo búsquedas bibliográficas relacionadas con el desarrollo económico, regional y sostenible se realizaron. Las relaciones de poder fueron encuestados porque se convierten en una parte integral del proceso de desarrollo interno y pueden cambiar desde la concepción hasta la finalización. Un estudio sobre las políticas públicas para el desarrollo regional en el próximo nacional y que viene a la página con el estudio de las Participativa Plan Plurianual del Estado de Ceará para Cariri se realizó. Dentro de este recortables para una mejor definición y una mayor caracterización de las acciones tomadas por las políticas públicas contenidas en el plan en las ciudades elegidas para la encuesta se realizaron. El primer corte se hizo en Crato, donde la investigación se orienta hacia la educación superior en la Universidad Regional de Cariri. En Juazeiro turismo religioso, específicamente peregrinaciones llevó a la segunda cosecha. En la ciudad de la investigación Barbalha fue dirigido a la agricultura. Se llega al resultado de la búsqueda que confirma la hipótesis de que el desarrollo interno ocurre parcial y desigualmente distribuida tanto espacial como socialmente, debido a las relaciones de poder que transforman la política pública desde su nacimiento hasta su ejecución. Para hacer una búsqueda en la literatura que produjo se realizó la investigación teórica. Se utilizó un enfoque cualitativo, tanto en la recopilación de información a través de entrevistas semi -estructuradas y observación asistemática, como en el procesamiento de la información en que se utilizó la técnica de análisis de contenido para alcanzar el objetivo principal.

Palabras clave: Desarrollo Regional, la sostenibilidad, las relaciones de poder, la política pública, Crajubar .

LISTA DE FIGURAS E QUADROS

Figura 1 – Mapa da Região Metropolitana do Cariri – RMC	p.75
Figura 2 – O engenho Tupinambá	p.106
Quadro 1 – Metas estaduais 2012 e 2013-2015 para o Turismo no Cariri ..	p.85
Quadro 2 – Metas estaduais 2012 e 2013-2015 para a educação superior no Cariri	p.87
Quadro 3 - Metas estaduais 2012 e 2013-2015 para o Desenvolvimento agropecuário no Cariri	p.88

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Obras Inacabadas – Com referência ao período de exercício do 1º PPA (1991-1995)	p.66
Tabela 2 – Demonstrativo consolidado por programas e ações – PPA do Estado do Ceará (2008-2011)	p.72
Tabela 3 – Demonstrativo consolidado por programas e ações – PPA da Macrorregião Cariri/Centro-Sul (2008-2011)	p.72
Tabela 04 - Número de representantes regionais nos eventos do PPA 2008-2011	p.84

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AÇUSA - Companhia Açucareira Vale do Salamaça

ADECE - Agência de Desenvolvimento do Estado do Ceará

CEPAL Comissão de Estudos para América Latina

DEMUTRAN – Departamento Municipal de trânsito

EMATERCE – Empresa de Assistência técnica de Extensão Rural do Ceará

EUA – Estados Unidos da América

GTDN - Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste

IOCS - Inspeção de Obras Contra às Secas

IAA - Instituto do Açúcar e do Alcool.

IBGE – Instituto Brasileiro de geografia e estatística

II PND – Segundo Plano Nacional de desenvolvimento

JK – Juscelino Kubitschek

MI - Ministério da Integração Nacional

OPI - orçamentos plurianuais de investimentos

PAC - Plano de Aceleração do Crescimento

PDE - Plano de Desenvolvimento da Educação

PPA's - planos plurianuais de ação

PNDR - Política Nacional de Desenvolvimento regional

PNOT - Política Nacional de Ordenamento Territorial

PGPAF – Programa de garantia de preços para a agricultura familiar

PAA - programa de aquisição de alimentos

PDRIS - Programa de Desenvolvimento Racional da Irrigação

PIN - programa de Integração Nacional

Proterra - Programa de redistribuição de terras no Nordeste

PRÓÁLCOOL - Programa Nacional do Alcool

PRONAF – programa nacional da agricultura familiar

RMC - Região Metropolitana do Cariri

RMF - Região Metropolitana de Fortaleza.

SEAF – Seguro da agricultura familiar.

SEMASP - Secretaria de Meio Ambiente e Serviços Públicos.

SEPLAG-CE – Secretaria de Planejamento e gestão do estado do Ceará.

SETUR-CE – Secretaria de Turismo do estado do Ceará.

SUDENE – Superintendência do desenvolvimento do Nordeste

URCA – Universidade Regional do Cariri.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	17
2 O DESENVOLVIMENTO DO CARIRI E SUAS NECESSÁRIAS INTERAÇÕES COM A SUSTENTABILIDADE	20
2.1 A evolução do desenvolvimento: do econômico para o regional sustentável	20
2.1.1 <i>O desenvolvimento (crescimento) econômico</i>	20
2.1.2 <i>O desenvolvimento regional</i>	23
2.1.3 <i>O Desenvolvimento Sustentável</i>	28
2.2 A Formação histórica do Cariri Cearense e o desenvolvimento regional	31
2.3 A dimensão institucional e política da sustentabilidade	36
2.4 Considerações gerais sobre o Desenvolvimento Regional Sustentável	41
3 AS RELAÇÕES DE PODER	43
3.1 As relações de poder e dominação: as teorias puras de Max Weber	43
3.2 A anatomia institucional do poder de J. K. Galbraith	47
3.3 O poder simbólico de Pierre Bourdieu	50
3.4 As relações do poder Central com o poder local: o poder dos donos de Marcel Bursztyn	52
3.5 As relações de poder e as políticas públicas	56
3.6 Considerações gerais sobre as relações de poder	60
4 POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL E OS PLANOS PLURIANUAIS	61
4.1 As origens das desigualdades regionais no Brasil	61
4.2 De políticas econômicas para políticas de desenvolvimento territorial e regional .	63
4.3 Os planos plurianuais e a política nacional de desenvolvimento regional	65
4.3.1 <i>Os três primeiros planos plurianuais</i>	65
4.3.2 <i>Os Planos plurianuais e o desenvolvimento regional e territorial</i>	67
4.3.3 <i>O Plano plurianual Participativo do Estado do Ceará e o Plano Plurianual da macrorregião Cariri/Centro-Sul</i>	69
4.4 Considerações gerais sobre as políticas públicas para o desenvolvimento regional e os planos plurianuais	73
5 ANÁLISE DOS PROGRAMAS E AÇÕES DO PLANO PLURIANUAL PARTICIPATIVO DO ESTADO DO CEARÁ PARA O CARIRI DENTRO DA REGIÃO DO CRAJUBAR E SUAS RELAÇÕES COM A SUSTENTABILIDADE E O PODER	73
5.1 Considerações sobre a metodologia da pesquisa	74
5.1.1 <i>Lócus da pesquisa: entendendo o território do Crajubar</i>	74
5.1.2 <i>Delimitação e recorte para a realização da pesquisa</i>	76
5.1.3 <i>Métodos e técnicas utilizados na pesquisa</i>	77

	16
5.1.3.1 <i>Abordagem metodológica da pesquisa</i>	77
5.1.3.2 <i>Técnicas de pesquisa</i>	78
5.1.3.3 <i>Análise de conteúdo das entrevistas coletas no campo da pesquisa</i>	79
5.2 Sobre o Plano Plurianual Participativo do estado do Ceará	81
5.3 O Plano Plurianual participativo e suas metas segundo o governo do estado do Ceará	84
5.3.1 <i>O turismo</i>	84
5.3.2 <i>A educação superior</i>	86
5.3.3 <i>A Agricultura</i>	87
5.4 Análise do conteúdo das entrevistas dos atores receptores e executores dos planos plurianuais no centro dinâmico da Região Metropolitana do Cariri: o CRAJUBAR	89
5.4.1 <i>O turismo religioso em Juazeiro do Norte</i>	89
5.4.2 <i>A educação superior em Crato</i>	100
5.4.3 <i>A agricultura em Barbalha</i>	105
6 CONCLUSÃO	111
REFERÊNCIAS	116
APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA APLICADA AO ROMEIRO	122
APÊNDICE B – ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA APLICADA AO REPRESENTANTE DA SECRETARIA DE TURISMO E ROMARIAS DA PREFEITURA DE JUAZEIRO DO NORTE	123
APÊNDICE C – ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA APLICADA AO PÁROCO DA IGREJA DO HORTO EM JUAZEIRO DO NORTE	124
APÊNDICE D – ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA APLICADA AOS ALUNOS, SERVIDORES E PROFESSORES DA UNIVERSIDADE REGIONAL DO CARIRI-URCA	125
APÊNDICE E – ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA APLICADA AOS AGRICULTORES DO MUNICÍPIO DE BARBALHA	126
APÊNDICE F – ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA APLICADA AO SECRETÁRIO DE DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO DO MUNICÍPIO DE BARBALHA	127
ANEXOS	128

1 INTRODUÇÃO

A presente dissertação busca responder ao seguinte questionamento: como a interiorização do desenvolvimento, através das políticas públicas chega ao seu destino, ou seja, a população? Assim, a presente dissertação tem por objetivo principal analisar como acontece o processo de interiorização do desenvolvimento através dos planos plurianuais do estado do Ceará para o Cariri dentro do seu núcleo de maior dinamismo o Crajubar, e suas relações com a sustentabilidade e as relações de poder.

As desigualdades regionais e consequentemente sociais do Brasil estão intrinsecamente relacionadas à formação socioeconômica do país. Os países industrializados conseguiram manter a dominação sobre os países não industrializados e eminentes agrícolas de diversas maneiras e de tal forma que estas estruturas continuam a existir na nossa atualidade de modos mais complexos, como o processo de globalização. As teorias de desenvolvimento nascem das dúvidas quanto ao caminho a ser tomado para o desenvolvimento de uma nação dentro deste processo.

As primeiras teorias de desenvolvimento se confundiam com as lógicas do crescimento econômico, pautado primeiramente na terra e posteriormente na produção. Seguiam então por uma lógica economicista onde produção levaria ao desenvolvimento das outras dimensões da humanidade: a social, a espacial, a ambiental, a cultural e a institucional e política.

De uma dessas dimensões, a espacial nasceu às preocupações com o desenvolvimento das regiões, ou seja, o desenvolvimento regional. As teorias de pólos de crescimento de Perroux são exemplos de tal evolução do crescimento econômico baseados no contexto regional. Outras teorias ainda que pautadas na economia vieram à tona. Dentre elas a teoria de desenvolvimento de Celso Furtado. O mesmo acreditava que o processo histórico viria a apresentar os problemas a serem resolvidos na busca do verdadeiro desenvolvimento. Assim, o processo histórico, a economia e posteriormente a cultura para o mesmo seriam disciplinas que interagiam para descrever as suas teorias sobre desenvolvimento e também sobre subdesenvolvimento.

A sustentabilidade vem como uma alternativa as teorias de desenvolvimento que não conseguiam contemplar todas as dimensões que envolvem o ser humano e o meio ambiente. A preocupação com as gerações futuras e com a manutenção dos ecossistemas, assim como a humanização da economia e a reafirmação de valores como a ética, a liberdade, afetividade e o pertencimento, são características do desenvolvimento sustentável.

A dimensão que utiliza tais valores, a sustentabilidade institucional e política, só consegue ser atingida através do seu instrumento principal: a política pública. Essa em suas diversas definições, é facilmente caracterizada por nascer de uma necessidade pública e dessa forma, serve para suprir, compensar, criar, mecanismos que melhorem o bem-estar da população. Mas estas também possuem falhas de concepção, falhas na sua execução e principalmente a influência das relações de poder.

Por poder entende-se a capacidade de submeter alguém ou um grupo a determinado interesse. Existem diversas classificações para o poder. Os tipos de poder se complementam, se repelem, mas dificilmente se anulam. Um ator ou um grupo sempre estará dominando, e dessa forma o seu poder é repassado através da força, da persuasão oral, da tradição, da compensação, das estruturas simbólicas, entre outras formas de poder. As políticas públicas desde as suas origens, com a criação dos primeiros Estados nacionais, sempre foram influenciadas pelas relações de poder. Estas ultrapassaram o tempo e se perpetuam através de “novos” mecanismos como o paternalismo e o clientelismo.

Nos planos econômicos e planos regionalizados do país, dos estados e dos municípios, as relações de poder influenciam na execução das políticas públicas e assim modificam os objetivos das mesmas. Na busca por um desenvolvimento regional que chegue a todos os locais, os governos tentam interiorizar o desenvolvimento no intuito de harmonizar e reduzir as desigualdades regionais.

A presente dissertação teve como hipótese norteadora a seguinte afirmação: a interiorização do desenvolvimento chega ao seu destino, à população, de forma parcial e mal distribuída. Assim, a presente dissertação tem por objetivo principal analisar como acontece o processo de interiorização do desenvolvimento através dos planos plurianuais para o Crajubar.

Para se chegar a tal resultado foi realizado um estudo sobre as definições de desenvolvimento e sua gradual evolução para desenvolvimento regional e posteriormente a sua interação com a sustentabilidade. A segunda parte da pesquisa teve por objetivo classificar, tipificar e fazer correlações entre as teorias de poder da sociologia, da economia, da história e da política, com intuito de entender a influência das relações de poder nas políticas públicas. O terceiro capítulo apresenta as formas de planejamento do Estado. Assim partiu-se das políticas públicas de planejamento em nível nacional até se chegar aos planos plurianuais participativos do estado do Ceará para o Cariri de 2008 a 2011. O quarto e último capítulo apresenta o resultado da pesquisa sobre a interiorização do desenvolvimento nas dimensões da sustentabilidade no Crajubar através do plano plurianual participativo do estado do Ceará para o Cariri.

Foram realizadas pesquisas bibliográficas que originaram o referencial teórico da presente dissertação. A pesquisa teve uma abordagem qualitativa desde a coleta de informações através de entrevistas semi estruturadas e observação assistemática, até o tratamento das informações onde a técnica da análise de conteúdo foi utilizada para se chegar a conclusão do objetivo principal.

Assim chegou-se ao resultado da pesquisa onde se confirmou a hipótese norteadora da pesquisa: a interiorização do desenvolvimento chega ao seu destino, ou seja, a população do Crajubar, de forma parcial e mal distribuída através do plano plurianual participativo do estado do Ceará para o Cariri e suas relações com o poder central e local que desviam, modificam ou excluem as ações das políticas públicas e a falta de sustentabilidade institucional e política nessas relações.

2 O DESENVOLVIMENTO DO CARIRI E SUAS NECESSÁRIAS INTERAÇÕES COM A SUSTENTABILIDADE

“O desenvolvimento, na realidade, diz respeito às metas da vida. Desenvolver para criar um mundo melhor, que responda às aspirações do homem e amplie os horizontes de expectativas. Só há desenvolvimento quando o homem se desenvolve”.

(CELSO FURTADO)

Este capítulo apresenta a evolução do conceito de desenvolvimento: de meramente econômico para o regional, uma preocupação acadêmica e política. Expõe também o aspecto sustentável como um ideal para o desenvolvimento. São apresentadas as características históricas do Cariri cearense buscando contextualizar com obstáculos e possibilidade de relações com as dimensões da sustentabilidade. É dada ênfase a dimensão política e institucional da sustentabilidade como um mecanismo de desenvolvimento regional sustentável.

2.1 A evolução do desenvolvimento: do econômico para o regional sustentável

O desenvolvimento econômico consegue atualmente ir além das concepções tradicionais de crescimento produtivo. Ao longo da sua evolução o conceito de desenvolvimento englobou além dos aspectos econômicos, aspectos políticos, estruturais, sustentáveis e principalmente sociais. O presente capítulo tem por objetivo de apresentar a evolução do desenvolvimento, de meramente econômico ao desenvolvimento regional sustentável.

2.1.1 O desenvolvimento (crescimento) econômico

O significado de desenvolvimento varia de acordo com a área de conhecimento e com o campo de estudo pesquisado. Para os economistas tradicionais crescimento econômico é quase sinônimo de desenvolvimento. Assim sendo, a economia está no centro de todo o desenvolvimento. Os avanços produtivos nesse contexto trazem o bem estar para a sociedade. Tais teorias nascem nos primeiros teóricos da ciência econômica: Smith, Ricardo, Say Malthus, entre outros. Posteriormente essas teorias seriam matematizadas e elaboradas em formas de modelos, pela chamada corrente neoclássica da economia. Essa caracterização foi e

ainda é utilizada para cientificamente e ideologicamente defender o sistema capitalista de produção.

Adam Smith defendia que elevações na produtividade aumentariam a produtividade social e conseqüentemente levariam a um bem-estar social. Tal fenômeno tinha como causa a divisão do trabalho. Esta por sua vez possuía três virtudes: o aumento da destreza do trabalho, a economia do tempo e a possibilidade do uso das máquinas. Era através da produtividade social que o desenvolvimento econômico poderia acontecer. O que aconteceu foi que, gradativamente os economistas clássicos se preocuparam mais com os problemas relacionados aos processos produtivos que com o produto social.

Smith afirmou que a “divisão do trabalho é resultado da propensão do homem para comerciar” (SMITH apud FURTADO, 2009, p.31) e que “não é da benevolência do açougueiro, do cervejeiro ou do padeiro que esperamos obter o nosso jantar, e sim da atenção que cada qual dá ao seu próprio interesse” (SMITH apud SEN, 1999, 39). Tais frases específicas em determinados trechos da sua obra foram utilizados para justificar o crescimento econômico como causa fundamental do bem estar social (FURTADO, p.31, 2009).

É também dessas afirmações que os sucessores de Smith criaram diversas teorias e posteriormente, uma infinidade de modelos matematizados que afastaram gradativamente a ética, a prudência e outros valores sociais dos estudos econômicos, formando assim o alicerce da teoria econômica que justifica cientificamente o sistema econômico capitalista atual (SEN, 1999). Os sucessores de Smith continuaram a pensar e criar teorias onde o mercado se autorregulava e assim podia levar a uma melhor “distribuição” de renda, não no sentido equitativo da palavra, mas na manutenção de classes dominadas e dominantes através da lógica do capital que harmoniza a sociedade de acordo com os padrões de acumulação.

Os contemporâneos e teóricos que sucederam Smith, como Say e Ricardo, mantiveram a teoria do valor trabalho como base de valor que resultava em um produto social. Às teorias de Smith acrescentaram teorias como a lei de Say¹, a teoria da população de Malthus² e a teoria dos rendimentos decrescentes³. Para teóricos como Ricardo, ideólogo da classe industrial inglesa, o motor do progresso social seria o lucro. Este estaria sempre ameaçado pelas elevações nos níveis salariais através da arbitrariedade ou pela elevação da renda da terra através de políticas protecionistas do Estado (FURTADO, 2009, p.32-35).

¹ Toda oferta cria sua própria demanda.

² As elevações salariais faziam crescer a população.

³ A renda da terra tendia a decrescer toda vez que eram utilizadas terras de qualidade inferior.

Observa-se que as teorias de Ricardo estavam relacionadas com as teorias populacionais e salariais de Malthus e com as teorias de equilíbrio de mercado de Say. Apesar das teorias econômicas clássicas se complementarem estas não ultrapassaram a lógica produtiva e continuaram assim como as teorias de Smith a servir aos propósitos da sociedade capitalista do início do século XIX.

Os neoclássicos tentaram corrigir as falhas da teoria do valor trabalho. Esta, havia se tornado uma “arma” nas mãos dos defensores do socialismo. Furtado afirmou que (2009, p. 59): “Marx fundara nela toda a construção teórica de o Capital. Foi necessário criar um instrumental analítico novo e reformular uma série de conceitos. Na culminância desse esforço encontra-se a teoria do equilíbrio geral”. O pensamento neoclássico foi então uma ideologia de defesa do capitalismo que tentou justificar a ordem social imposta por esse sistema. A economia do bem-estar partiu dos pressupostos que o agente “consumidor” é maximizador de seu bem-estar e o agente produtor busca maximizar os seus lucros. Assim coletividade iria maximizar o seu produto, levando ao equilíbrio e ao bem estar social.

Da corrente econômica neoclássica nasceu conhecimentos científicos que servem até hoje como instrumentos para o sistema capitalista. A “abordagem de engenharia econômica” afastou a ética da economia (SACHS, 2004). A dicotomia ética/economia e conseqüentemente social/produção, facilitou a justificativa da economia enquanto ciência. Gradualmente a matematização da ciência econômica na tentativa de deixar exatas as suas teorias, buscou simplificar toda a complexidade que envolve as dimensões humanas e sociais, estas perpassadas pela ética (SEN, 1999).

Ao rejeitar a interação com os estudos sociais e focalizar a lógica da sua ciência na produção os pensadores neoclássicos simplificaram as teorias econômicas em fórmulas e modelos na sua grande maioria não condizentes com a realidade da sociedade. A produção como a fonte de prosperidade e também de bem estar, foi enaltecida. Aconteceu então uma gradual valorização à competição e a acumulação. A ética e a alteridade foram esquecidas por não servirem às relações comerciais, financeiras e produtivas.

Utilizando a afirmação que as elevações na produtividade geram mudanças no sistema de produção e por conseqüência na organização da sociedade, os neoclássicos justificam a prevalência do capital sobre os aspectos sociais, culturais e ambientais com o aumento da riqueza de uma nação e a teórica distribuição dessa riqueza na sociedade. O crescimento econômico é visto então como fator ótimo de propagação do desenvolvimento. Mas este é um conceito distinto de crescimento econômico, pois os objetivos do primeiro ultrapassam a simples multiplicação da produção e assim da riqueza material. O crescimento econômico é

necessário, mas insuficiente para se alcançar uma melhor qualidade de vida e o bem estar de uma sociedade (SACHS, 2004).

Desenvolver abrange questões que necessitam de planejamento, como a saúde, a educação, a infraestrutura, a manutenção da renda, entre outros quesitos, indispensáveis quando se imagina países, regiões, territórios ou comunidades com um pleno desenvolvimento. Para Sachs (2004), “(...) o desenvolvimento traz consigo a promessa de tudo. A modernidade inclusiva propiciada pela mudança estrutural”. O desenvolvimento econômico não consegue atingir o âmbito social como se propõe a fazer. Fica basicamente na esfera produtiva, devido às grandes disparidades sociais que a concentração de riqueza em poder dos empresários e proprietários de terras causa no meio social.

A distribuição de renda e a irradiação da mesma para as dimensões sociais ocorrem de maneira irregular, sem padrão nem regularidade. É o poder que os mais abastados possuem através da concentração de renda capitalista que determina a estrutura e as dimensões de um território. Assim o desenvolvimento econômico é um mito. A preponderância do consumo sobre a ética e o social, a ênfase no lucro e na rentabilidade, os complexos processos de acumulação de capital através do processo tecnológico, conseguem manter a produção e ao mesmo tempo os processos econômicos excludentes, como pilares do sistema capitalista. O desenvolvimento nos moldes econômicos não passa de um simples mito. Por não poder ser universalizado e focalizar as classes privilegiadas e detentoras dos meios de produção, acaba por se limitar a desenvolver territórios onde os que detêm o poder, principalmente econômico, conseguem impor seus interesses e vontades (CHACON, 2007, p.113).

2.1.2 O desenvolvimento regional

Diversas correntes acadêmicas defendem um desenvolvimento regional pautado não somente no econômico. O respeito às potencialidades do território ou da região (está se enxergada como um conjunto de territórios e não somente um marco político/ jurídico/ institucional), foram enfatizadas por teóricos como Furtado. O território pode ser definido como um conjunto de características de uma determinada população ou comunidade que as define enquanto estrutura organizacional e ao mesmo tempo é limitado no espaço pelo alcance do poder que a classe dominante desse território consegue alcançar.

A região pela corrente regional ortodoxa de economistas e geógrafos, é vista como diversos espaços que se integram, seja através de características peculiares a estes, principalmente urbanas e econômicas (LEMOS, 1988). Sinteticamente o desenvolvimento

regional visto pelas óticas capitalistas e urbanas procura respostas para o movimento do capital no espaço habitado, ou seja, a determinação da renda urbana, como pressupostos fundamentais para o desenvolvimento de uma região.

Para Perroux o espaço é fundamental para se analisar as interrelações econômicas. Assim sendo o espaço econômico como o mesmo afirmou é “o domínio abrangido pelos planos econômicos do governo e dos indivíduos” (PERROUX, 1967, p. 158). Devido o crescimento se manifestar de forma irregular, este iria a vir se manifestar em pólos de crescimento. A transformação desses em pólos de desenvolvimento poderá acontecer caso ocorra a intervenção política, ou seja, o mesmo tenha um marco regulatório legal, o que facilitaria o estudo regional (LIMA, 2009). “Perroux evidencia a necessidade políticas econômicas, cujo objetivo deve ser o desenvolvimento técnico e humano e cooperação entre regiões ricas e pobres (desenvolvimento recíproco), onde a peça fundamental destas políticas são os pólos de desenvolvimento, localizados dentro ou fora da nação” (LIMA, 2009, p.9).

Para teóricos como Gunnar Myrdal (1968), os países eram classificados como: desenvolvidos ou subdesenvolvidos. Os primeiros, industrializados, com forte integração regional e alta renda per capita. Atualmente, Estados Unidos, Europa (União Européia) e Japão (PAIVA, 2003). Os outros países, como baixos índices de crescimento e industrialização, desigualdades sociais e econômicas, se encaixam no segundo grupo e são representados por países da África e da América Latina. Os movimentos de capitais, de mão de obra, e o mercado de bens e serviços favorecem a concentração regional, de tal maneira que a polarização de determinada localidade pode ao invés de alavancar maior “desenvolvimento” elevar ainda mais as diferenças entre regiões (MYRDAL, 1968). Dessa forma, o Estado para Myrdal possui o papel de controlar as forças de mercado de modo a evitar a concentração regional. Tal postura estatal devia ser refletida através de planos de desenvolvimento e de integração que utilizassem sistemas democráticos que facilitasse o caminho para o desenvolvimento econômico.

Hirschman defendeu o planejamento como uma forma de transmitir o desenvolvimento de uma região para outra. O desenvolvimento possui obstáculos inter-regionais com características estruturais. O processo de concentração regional comprova que a escassez de recursos não influencia no desenvolvimento e sim a forma como estes recursos são dinamizados. A falta de estrutura pública, de infraestrutura, de logística, de reformas econômicas e financeiras, entre outros, geram entraves ao desenvolvimento. Os países subdesenvolvidos não possuem estruturas setoriais modernizadas e interrelacionadas o que dificulta ainda mais o desenvolvimento e o investimento local (LIMA, 2009, p.17).

A solução está na intervenção estatal para gerar oportunidades dentro desses países. As políticas econômicas devem buscar soluções para a falta de investimento ou serem direcionadas para projetos que gerem uma maior dinâmica de renda. As áreas estruturais, como o meio urbano, a administração pública, educação, saúde, modais de transporte, entre outras, são então ser fortalecidas através do investimento local.

O resultado das inversões nas regiões com abundância de recursos (Norte) é o crescimento econômico. Acontece então o transbordamento desse crescimento para as regiões menos favorecidas (Sul), através de atividades complementares entre as duas economias como, a compra de insumos (dos setores produtivos do Norte ao Sul) e o aumento do consumo de produtos do Norte. O efeito de polarização também ocorre, devido o fortalecimento da região mais desenvolvida (Norte), que eleva o seu poder econômico em relação ao Sul. A solução para este descompasso segundo Hirschman são as políticas públicas. Estas direcionam os investimentos para pontos estratégicos de crescimento. Destes, o crescimento pode ser direcionado para o Sul através da intervenção do Estado (programas e planos regionais).

Dentro das concepções de desenvolvimento alguns teóricos ultrapassaram a questão regional no âmbito puramente econômico e espacial como os teóricos elencados acima, e conseguiram criar teorias de desenvolvimento interdisciplinares, como é o caso de Celso Furtado. São teorias e planos com ênfase no desenvolvimento regional do Brasil. Furtado cria sua teoria desenvolvimento utilizando um conjunto de disciplinas na sua análise.

A primeira delas, a História, serviu como instrumento para interpretar a realidade socioeconômica de uma região através dos elementos componentes de determinados contextos históricos. A segunda disciplina utilizada foi a Economia. Através das teorias econômicas e das críticas a estas, Furtado conseguiu organizar argumentos para comprovar que, o desenvolvimento não tem sua origem somente na dimensão econômica. A terceira foi o estruturalismo. Tal sistema de análise, estava vinculado diretamente aos estudos da Comissão de Estudos para América Latina – CEPAL e se propunha a identificar as relações dentro das diversas estruturas sociais e econômicas. O estruturalismo cepalino é caracterizado por um estrutura fundiária com produção pouco diversificada, pela deterioração dos termos de troca⁴, estrutura institucional não favorável ao progresso técnico a facilitar a acumulação de capital. (SILVA, 2006).

⁴ Importação de bens industrializados a preços elevados e exportação de bens primários a preços baixos devido a não agregação de valor nesses últimos.

As teorias de subdesenvolvimento de Furtado (FURTADO, 2009) foram alicerçadas por suas contribuições ao estruturalismo cepalino de Sunkel e Prebisch. O subdesenvolvimento para ele era determinado pelo processo histórico. Assim as relações centro e periferia, assim como a estrutura atual de uma nação são reflexos do seu passado, podendo vir a ser modificadas através de políticas (SILVA, 2006).

O subdesenvolvimento não é uma transição para o desenvolvimento. Ele é oriundo de desigualdades estruturais entre centro e periferia, e possui as seguintes características: dependência tecnológica e de capital externo, mercado nacional sem possibilidade de gerar poupança interna e conseqüentemente investimentos, a deterioração dos termos de troca de Prebisch atrelada à saída de recursos (especialmente em períodos de crises) e o autoritarismo baseado no poder de que detém o fator de produção terra (FURTADO, 1985).

Para Celso Furtado a existência de desenvolvimento econômico passa por três dimensões interrelacionadas. A primeira dimensão consiste num sistema social de produção eficiente. A segunda dimensão é o conflito entre as reais necessidades da população e os interesses das classes dominantes. A última dimensão é ideológica. Os interesses de um grupo ou de uma sociedade podem não servir para outro grupo (FURTADO, 2000, p. 22). Como o crescimento econômico gera naturalmente processos de concentração de riquezas devido a influência dessa última dimensão, as desigualdades regionais aumentam e necessitam do planejamento do Estado para sanar tais assimetrias entre Centro e periferia.

O Nordeste do Brasil possuía e ainda possui desigualdades oriundas do processo histórico de sua formação e em grande parte devido a dimensão ideológica que submete a região às classes dominantes, passou a ser então objeto de pesquisa de Furtado na sua busca de superar o subdesenvolvimento. Para isso ele acreditava num processo intensivo de industrialização aliado a uma reestruturação agrária, ambas conduzidas pelo Estado.

A teoria de desenvolvimento de Celso Furtado tenta, portanto, recuperar o caráter multidimensional do desenvolvimento considerando sua finalidade. Desenvolvimento significa mais do que simples crescimento da economia ou a acumulação de capital, porque, além do incremento da capacidade produtiva e do aumento da produtividade, implica também a expansão do bem-estar da sociedade como um todo (SILVA, 2006, p.137).

O problema estava no crescimento econômico que não era eficiente ao ponto de satisfazer todas as necessidades básicas da população. A constatação que o desemprego, a degradação ambiental, o desrespeito à cultura (e a criação da mesma) e os aspectos políticos, formam a teoria de desenvolvimento de Furtado que é por si só uma teoria de

desenvolvimento multidimensional. Tais dimensões coincidem com as do desenvolvimento sustentável proposto por Sachs (2004) (BUARQUE 2000). No desenvolvimento multidimensional, a disciplina econômica deixa de ter um lugar privilegiado e passa a se relacionar com as necessidades sociais, com o meio ambiente e com a cultura.

Assim sendo, a lógica neoclássica do bem-estar originada da produção, fica invalidada, pois as necessidades de uma população não são supridas por eficiência produtiva, estas se relacionadas não somente a renda, mas a estrutura social, a qual a população tem direito, as suas relações sociais, a sua cultura e a interação com o meio ambiente. A busca pelo crescimento produtivo ao longo dos séculos XIX e XX degradou as condições de vida, através do aumento do desemprego, oriundo da modernidade. Nos finais do último século, tal fenômeno, explicitado por Chacon (2007), encontra caminhos facilitados pelo Estado e suas regulamentações, que põe por terra os obstáculos ao desenvolvimento defendido pelos neoliberais.

Furtado reconhecia os danos causados pelo desenvolvimento ao meio ambiente. Ele já avisava sobre o uso indiscriminado dos recursos naturais e o seu conseqüente esgotamento (SILVA, 2006). A cultura tem um papel fundamental no desenvolvimento. É a integração da criatividade de uma sociedade com as tecnologias geradas dentro desta, que cria condições de se desenvolverem técnicas e inovações científicas, tecnológicas e as produções não-materiais, que elevam não somente o crescimento econômico, mas consegue levar a sociedade a conseguir um patrimônio existencial (FURTADO 1984)

Furtado acreditava totalmente na possibilidade de combinar o crescimento econômico com o desenvolvimento e era um dos seus principais defensores em meados do século XX. Por isso dedicou parte significativa de seu tempo e dos seus estudos para compreender e descrever as características do processo de desenvolvimento econômico, considerando as distintas realidades dos países desenvolvidos e subdesenvolvidos (SILVA, 2006, p.139).

Tal teoria de desenvolvimento foi então direcionada para o âmbito regional. Através do Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste – GTDN, Furtado apresenta o primeiro diagnóstico sobre a região Nordeste. Tratava-se do documento “Uma política de Desenvolvimento para o Nordeste”. A análise histórica da região já realizada pelo autor de “Formação Econômica do Brasil” atrelada aos seus estudos sobre as causas estruturais do subdesenvolvimento realizados junto à CEPAL apresentou um Nordeste subdesenvolvido dentro de um país periférico (SILVA, 2006).

As diferenças regionais, devido o processo histórico brasileiro, que acabou orientando o crescimento para o Sudeste e não distribuiu o mesmo pela nação, levou a uma concentração

de renda e dos processos de acumulação nesta região ao longo do tempo. Seja este no período da economia agroexportadora, ou no início do século XX com a irradiação de renda da economia cafeeira que acabou por dinamizar o processo de industrialização do Brasil num primeiro momento.

2.1.3 O Desenvolvimento Sustentável

Por sustentabilidade, entende-se a criação de condições dignas e preservadas das dimensões da vida para as gerações futuras. Seguindo esta lógica, os conceitos sustentáveis entram em conflito com os interesses do sistema capitalista que prega o individualismo e o consumo presente, assim como os conhecimentos científicos que tão bem o representam. O Desenvolvimento sustentável ultrapassa a ótica estrutural de Furtado, vai além do desenvolvimento econômico, mas, ao mesmo tempo se utiliza de tais disciplinas e saberes para se estabelecer enquanto sustentabilidade.

O conceito de sustentabilidade está correlacionado com o eco desenvolvimento proposto por Sachs (1994), ou seja, um desenvolvimento socioeconômico equitativo sensível às diversas dimensões que englobam a sustentabilidade: social, econômica, ecológica, espacial e cultural. O desenvolvimento para Sachs não estava ligado à produção, mas relacionado com a ética. Mas o afastamento da ética da economia foi proposital.

A economia se justificou enquanto ciência ao gradativamente matematizar e tentar deixar exatas as suas teorias simplificando todo um sistema complexo que envolvia todas as dimensões de uma sociedade e que eram perpassados pela ética e ao mesmo tempo justificou de forma científica o sistema capitalista. Ao deixar em segundo plano os estudos sociais e focalizar a lógica da sua ciência na produção os pensadores neoclássicos simplificaram as teorias econômicas em fórmulas e modelos na sua grande maioria não condizentes com a realidade da sociedade (SEN, 1999).

A produção como a fonte de prosperidade e também de bem estar, é enaltecida. Acontece então uma gradual valorização à competição e a acumulação. A ética e a alteridade são esquecidas por não servirem ao modo de produção capitalista. Apesar de não se observar em um primeiro momento as consequências da separação da ética da ciência econômica, pode-se ver mais claramente a grande confusão entre o que é desenvolvimento e crescimento.

Para um economista tradicional crescer o mercado e a produção é sinônimo de desenvolver a sociedade. Infelizmente a ética não está inserida na economia. Assim crescer é elevar a produção e conseqüentemente o lucro e a rentabilidade. O que é bem diferente de

desenvolver, que inclui a preocupação com o outro e assim com aspectos não somente econômicos, mas sociais, ambientais, espaciais, institucionais e políticos, entre outros.

O conceito de desenvolvimento engloba, também, a reparação de desigualdades passadas. Levando para um exemplo na atual realidade brasileira, a redução das minorias ricas modernizadas e das maiorias ainda atrasadas dos trabalhadores pobres, ainda é um grande problema para o desenvolvimento nacional. No atual estágio do capitalismo moderno, as diferenças sociais foram ampliadas pela valorização do lucro e da rentabilidade. Aumentou então a concentração econômica e, ao mesmo tempo, a exclusão social, ou seja, esgotamento da alteridade, a supressão do outro. A humanidade vem destruindo o seu habitat e ao mesmo tempo se autodestruindo (SACHS, 2004).

Em toda e qualquer organização o homem deve ser visto como personagem social principal do meio em que vive, seja ele profissional ou pessoal, no intuito de assim, acontecerem modificações na sociedade e uma melhoria para todos. A vida em sociedade precisa ter um retorno do individual para o coletivo, sempre respeitando a ética e assim os direitos do outro. É importante buscar entender o que realmente é o sentido da palavra ser humano trazendo a reflexão para vários aspectos, inclusive o econômico (CHACON, 2007).

O significado da palavra Labor além de expressar um processo biológico, significa também um processo social. O trabalho dignifica e ao mesmo tempo gera transformações socioeconômicas, onde o indivíduo produzindo de acordo com a sua necessidade alcança também as da coletividade. É preciso revitalizar o significado da palavra labor e assim resgatar aquele homem para o qual o trabalho significava dignidade e colaboração. É a ação que é capaz de mudar vidas e situações, dando abertura ao diálogo e a condição de enxergar o ser com pluralidade, preocupando-se com o bem estar coletivo.

Na sociedade capitalista e globalizada da atualidade, o ser humano é menosprezado, julgado inútil e também ultrapassado, devido à própria ideologia do capitalismo, que através de seus agentes econômicos e seus fatores de produção limitam e privam a humanidade de direitos fundamentais como a vida digna, a educação, saúde, alimentação, entre outros. A humanidade necessita de uma revalorização e um retorno à alteridade.

Utilizar as dimensões da sustentabilidade em busca de revalorizar à sociedade é potencializar a liberdade de escolha e reforçar a identidade de um povo. Tal ação desperta olhares para um mundo de possibilidades, capaz de transformar a consciência e entrelaçar às transformações materiais em algo maior que o modo de produção capitalista. Perpassa a preocupação em manter a natureza e seus componentes em interação com o homem de uma forma responsável e que garanta às gerações futuras, as benesses dos recursos que a

humanidade hoje usufrui. Assim o desenvolvimento deixa de ser meramente estrutural e entra no campo da complexidade atingindo diversas dimensões.

Segundo CHACON (p. 121, 2007), as cinco dimensões propostas por Sachs são complementares e inseparáveis e possuem as seguintes concepções:

- Sustentabilidade social: viabiliza uma sociedade mais justa, que diminua as diferenças entre ricos e pobres, principalmente redistribuindo renda e bens.
- Sustentabilidade econômica: leva a uma alocação mais eficiente dos recursos, inclusive entre as nações e deve ser medida em termos macrossociais e não apenas no âmbito das empresas.
- Sustentabilidade ecológica: para alcançá-la deve-se usar de forma criativa, mas responsável, o potencial de recursos da terra; limitar o uso de recursos não renováveis e aumentar o uso adequado de recursos renováveis; diminuir a poluição e aumentar a reciclagem; conscientizar para a limitação do consumo por países e indivíduos; aumentar as pesquisas para descobrir tecnologias limpas; normatizar, institucionalizar e instrumentar a proteção ao meio ambiente.
- Sustentabilidade espacial: conseguida através de um equilíbrio entre as zonas rurais e urbanas, distribuindo melhor por estas, as atividades econômicas e humanas.
- Sustentabilidade cultural: promover o desenvolvimento local, levando-se em conta os saberes locais.

Chacon (2007) acrescenta à visão de Sachs sobre as dimensões da sustentabilidade, a dimensão institucional e política, agregando dimensões como a cultural e a social e assim dividindo da seguinte forma as dimensões da sustentabilidade:

- A dimensão sociocultural leva em consideração as relações sociais e como estas expressam a construção da vida. Para tal dimensão se harmonizar há a necessidade primordial da revalorização da ética e um retorno a alteridade.
- A dimensão econômica busca a valorização das produções locais, através de empreendimentos solidários, criativos e éticos que reduzam nas desigualdades econômicas e alcance uma distribuição humanizada de recursos.
- A dimensão ambiental defende o respeito aos recursos e potenciais naturais assim como a sua utilização de maneira responsável. Constam nessa dimensão os sistemas de sustentação da vida terrestre e de disposição de resíduos.
- A dimensão institucional e política englobam qualidades necessárias à sociedade como a liberdade, que só acontece com a governança democrática, a ética e o respeito ao ser humano. Tais qualidades devem permear as instituições em todas as suas esferas auxiliando na execução das três dimensões anteriores através de políticas públicas.

2.2 A Formação histórica do Cariri Cearense e o desenvolvimento regional

A ocupação da região do Cariri cearense aconteceu no século XVIII como consequência das atividades dos currais baianos, sergipanos e pernambucanos através do mesmo caminho que facilitou a entrada dos silvícolas nessa região: o rio São Francisco e afluentes. A civilização do couro, ao chegar ao Cariri, encontrou a seguinte paisagem, descrita por Pinheiro & Figueiredo Filho (2010, p.29):

A princípio, éramos terra deserta, coberta de luxuriante vegetação, cheia de águas que brotavam das nascentes do Planalto do Araripe, rica da caça, mel e frutas silvestres. Pasmaram os primeiros povoadores, Manoel Rodrigues Ariosa, os Lobatos, Gil de Miranda e outros, da imponência e da beleza da região que, de futuro, tomaria o nome de Cariri.

O termo “Cariri” possui o significado etnográfico de tristonho, calado. Tal fato diferenciava a nação Kariri da boa parte das classificações da época que caracterizavam os índios em sua maioria como palradores. Os primeiros habitantes da região, ou seja, os índios Kariri, já possuíam as culturas da mandioca, do milho e do algodão. O extrativismo vegetal era abundante e se baseava na coleta de macaúba, piqui, babaçu, araçá e outras frutas silvestres. A caça era farta assim como a água (Figueiredo Filho, 2010, p.8).

Ao desbravarem a região os colonizadores encontraram resistência dos nativos (índios Kariri) à sua colonização, imposições e cultura. A nação Kariri, ao contrário do que afirmavam os Tupis, era brava e segundo Abreu apud Figueiredo Filho (2010, p.9) era “terrível a resistência dos Cariris, talvez a mais persistente que os povoadores encontraram em todo o país”. A consequência das lutas pelo território do Cariri foi a gradual extinção da nação Kariri no sul do Ceará ao longo do século XVIII e posteriores. Parte destes índios ainda serviu às forças militares que lutaram na Confederação do Equador no Ceará, junto a Tristão Gonçalves, como homens de confiança e bravura.

O papel da Igreja foi fundamental no período, pois através dos movimentos de catequese, os índios que não haviam sido exterminados nas incursões iniciais ao Cariri foram catequizados pelos jesuítas. Estes fundaram missões onde atualmente se localizam as cidades de Crato (Missão do Miranda) e de Missão Velha. A formação da região aconteceu nos moldes da colonização brasileira do período. As terras eram divididas através de critérios como, a hereditariedade e a influência política em Portugal. O sistema de capitânias hereditárias e de sesmarias também adentrou para o Cariri. Posteriormente no Primeiro Império brasileiro tal sistema ainda concedia direitos aos donos da terra.

Figueiredo Filho (2010, p.29), comenta um fato sobre o povoamento do Cariri que pode vir a facilitar a explicação da formação do Cariri cearense e sua certa “independência” social e cultural do restante do Ceará:

A verdade, porém, é que o Cariri cearense começou a povoar-se e a nascer para a civilização, já sob inteiro domínio da capitania de Pernambuco. Se a região apareceu e cresceu sob influxos de povoadores sãofranciscanos e com vínculos bem profundos com os sertões pernambucanos, ficávamos, naqueles tempos, quase tão próximos de Recife como de Fortaleza. As ordens ou leis nos poderiam chegar mais facilmente da metrópole pernambucana do que mesmo da sede do Ceará Grande.

No Cariri de hoje, nota-se ainda a grande influência que o Pernambuco exerce sobre a região. Não mais politicamente, mas culturalmente e através das tradições da região que mesclam características dos povoadores, dos diversos estados que aqui chegaram e se instalaram. A Igreja continuava a exercer o papel de submeter às classes às ideias e necessidades dos senhores dos currais e as da própria instituição, agora detentora também de grandes faixas territoriais (SOUZA, 2011).

Dos sistemas de catequese, aparece também o segundo papel da Igreja na região, a entrada da educação para o Cariri. Dentro das missões aparecem os primeiros seminários e casas de caridade, bem mais ligados ao Hospício de Olinda e de seu Bispado em Pernambuco, que a Capitania do Ceará. Assim os primeiros sistemas educacionais do Cariri vão aparecer e se perpetuar ao longo do tempo, atrelados a Igreja (FIGUEIREDO FILHO, 2010, p.29).

Nessas missões surgem os primeiros aldeamentos do Cariri onde a população colonizadora (colonizada e miscigenada) criou suas relações sociais e suas atividades em torno dos currais, devido à produção de gado, ainda que precária, e sem importância em âmbito nacional, ser uma das bases da economia açucareira ainda em atividade no século XVIII na região Nordeste do país. Na região do Cariri além da produção canavieira existiram ainda as casas de farinha que foram apropriadas da cultura da mandioca indígena e receberam aportes tecnológicos rudimentares, mas que serviram para tornar a produção de farinha, um dos marcos iniciais da economia do Cariri (PINHEIRO, 2010).

A fertilidade do solo e as condições climáticas atípicas do Cariri dentro do semiárido fizeram a região despontar na produção de gêneros alimentícios e também da cana de açúcar no século XVIII. Tal fato tornou a região um dos principais centros de abastecimento do interior, distante do litoral. Esses fatores atraíram migrantes de outras regiões como potiguares, pernambucanos, paraibanos e alagoanos que fugiam de estiagens em suas regiões (MATIAS, 2007).

No século XIX com a abertura dos portos e a guerra de secessão dos EUA, o estado do Ceará iniciou no ciclo do algodão. O Cariri também se beneficiou desse ciclo fornecendo alimentos para os trabalhadores das lavouras das regiões cotonicultoras. Na região ainda prevalecia à produção canavieira, principalmente de rapadura preta comercializada em todo o semiárido nordestino (FACÓ, 1980 apud MATIAS 2007). As classes sociais da região se formaram com base nessa produção onde os senhores de engenho e dos currais estavam no ápice da pirâmide e os não proprietários de terra (meios de produção) ficavam na base. No meio dessa pirâmide começavam a aparecer profissionais liberais como advogados e médicos oriundos da classe proprietária de terras no Cariri que se juntaram ao clero já instalado na região como a população intelectual da época (MATIAS, 2007).

Foi nesse contexto que as relações sociais, políticas e econômicas do Cariri foram balizadas. A ideologia colonizadora e excludente prevalecia na sociedade caririense resistindo e se transformando pelos períodos posteriores. Ainda no século XIX aconteceram grandes secas e com elas as migrações para a região “úmida” do Cariri. Tal fato leva a um aumento demográfico não absorvido pelas produções agrícolas locais gerando assim na região mais miséria e subserviência das classes não proprietárias de terra (BARROS, 2008).

O Juazeiro surge dentro desse contexto migratório. O lugarejo que servia de descanso para viajantes que se destinavam a Crato, teve como pároco designado para a capela local, o padre Cícero Romão Batista. O mesmo se mudou para lá, para evangelizar e catequisar os habitantes locais. A chegada do padre Cícero em Juazeiro trouxe consigo, a modificação dos hábitos da população local. O mesmo pregava o catolicismo de uma forma popular assim como o padre Ibiapina, que esteve no Cariri em três momentos com suas missões itinerantes, ou seja, em contato com os pobres (SOUZA, 2011).

Na região o padre Ibiapina construiu capelas e quatro casas de Caridades em diversas cidades do Cariri, além de pregar e difundir a fé católica, mesmo entrando em conflito com o Arcebispo de Fortaleza Dom Luiz Antônio que não aprovava as práticas do catolicismo popular (SOUZA, 2011). Foram nas práticas e ações do Padre Ibiapina que o padre Cícero viria a se espelhar, utilizando o catolicismo popular como forma de organizar uma comunidade, dá a ela uma identidade e ao mesmo tempo manipular as massas através do fidúcio da fé (BARROS, 2008).

Seu carisma e sua forma de abordar a população combatiam os maus hábitos dos locais e também dos migrantes, fazendo ao seu redor um entorno de devoção e religiosidade. O lugarejo se transformou em cidade onde a população vivia sob as asas do trabalho e da fé pregadas pelo padre Cícero. As crescentes migrações para o Cariri devido à fuga das secas no

século XIX que assolaram o Nordeste, agora estavam fortalecidas pelo catolicismo popular do padre Cícero que pregava para a população o trabalho e a oração (MATIAS, 2007).

Paralelamente a sua figura popular, o padre Cícero traçou uma grande rede de influência e poder político, se igualando aos coronéis de Crato e Barbalha. O primeiro momento de atuação do padre Cícero foi a formação do meio rural de Juazeiro. O mesmo defendia a classe dominada e oprimida dos sertanejos. As suas ações eram modeladas pela ideologia do povo. O mesmo defendeu o trabalho através da fé e para a fé. Com isso conseguiu erguer edificações para oração que nos arredores, nasceram às primeiras ruas de Juazeiro (ARAÚJO, 2005).

A emancipação de Juazeiro dá ao padre Cícero, o poder dos coronéis e cria um processo de urbanização pautado não somente na agricultura, mas no comércio, na manufatura e na fé. Esta foi a maior contribuição do padre Cícero para o Cariri. Ao lutar pela emancipação de Juazeiro, o padre Cícero fortaleceu o seu poder e estabeleceu seu território. Essa forma de dominação foi realizada através do catolicismo popular e seu poder simbólico, que “é, com efeito, esse poder invisível, o qual só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe estão sujeitos ou mesmo que o exercem” (BOURDIEU, 1997, p.7).

A urbanização do Juazeiro aconteceu de forma desordenada nos entornos do centro religioso da cidade. O ordenamento espacial foi criado pelo próprio padre Cícero dentro do seu desenvolvimento oriundo do trabalho e da fé. Atrelado a este processo está o aumento do poder político do padre Cícero e também dos coronéis da cidade que se fortaleceram assumindo o poder após a sua morte. Os coronéis das oligarquias Cruz, Bezerra de Menezes e Sampaio que outrora foram afilhados do padre Cícero agora detinham o poder da região e a máquina municipal foi utilizada de forma eficaz pelos mesmos, como forma de favorecimento e manutenção da dependência das classes menos favorecidas através do clientelismo e do empreguismo (MATIAS, 2007).

As ações dos diversos planos econômicos estaduais até meados da década de 1980 não buscavam o desenvolvimento de todo o Ceará e sim o fortalecimento das atividades produtivas, em especial as agrícolas relacionadas aos coronéis das regiões do Estado, tornando as execuções desses planos, formas de favorecimento para as oligarquias coronelistas cearenses e também caririenses. Com a mudança no panorama político do Estado na década de 1980, acontece a ascensão ao poder da classe industrial, reduzindo o poder dos coronéis tradicionais e transferindo a máquina estatal para a classe empresarial representada por Tasso Jereissati. Dessa maneira, os interesses do Estado agora estavam nas indústrias e

consequentemente quase todos os investimentos foram voltados para a capital e imediações. (CHACON, 2007).

Este cenário de desenvolvimento pautado na industrialização e comércio foi reproduzido para o interior do Estado durante as décadas de 1980, 1990 e 2000, coincidindo com as ações dos planos plurianuais da união e assim como estes, justificando os aspectos globalizantes e neoliberais propagados nesse período. A região do Cariri cearense possui uma dinâmica socioeconômica própria. Esta é em parte originária da sua localização privilegiada, tanto espacial como geográfica. O Cariri é equidistante das principais capitais do Nordeste. Tal fato torna a região uma zona de transição de fluxos socioeconômicos. As condições geográficas favorecem a agricultura, o turismo, entre outras atividades, gerando migrações para o Cariri.

Mas a formação histórica é o fator relevante nesse dinamismo. O modo como se formou algumas cidades e suas tradições, fazem do Cariri um pólo atrativo socioeconômico. Observa-se, por exemplo, a formação do comércio agregado ao fervor religioso em torno da figura do padre Cícero. Tal fator criou um grande fluxo de turismo religioso, alavancando o comércio religioso e tradicional em Juazeiro do Norte. A questão hídrica nas cidades de Crato e Barbalha foi também relevante e fortaleceu na região através da agricultura, as classes dominantes. A educação, vinda desde cedo atrelada à Igreja e seus seminários assim como as casas de caridade, fundadas pelo Padre Ibiapina, foram outros fatores históricos de fundamental importância regional.

A cultura possui o papel um papel importante e mantenedor da identidade regional. Tal característica não acontece por imposição do Estado ou por determinada classe em ascensão. A naturalidade da cultura caririense vem da sua própria formação histórica. A cultura então é uma construção histórica, ou seja, a vida humana em determinado território é uma produção coletiva em interação com o seu ambiente imediato. Essa relação com o ambiente seja ele natural ou não, cria o dinamismo da cultura e as diversas designações sociais, econômicas, culturas que pertencem ao Cariri (CHAUI, 2007).

As principais cidades que compõem o ponto dinâmico da atual Região Metropolitana do Cariri – RMC são as cidades de Juazeiro do Norte, Crato e Barbalha. Cada uma delas possui a sua própria identidade cultural e estas possuem intrínsecas relações com as suas formações históricas, sociais e econômicas. Tais questões serão abordadas com maior profundidade no último capítulo.

2.3 A dimensão institucional e política da sustentabilidade

Com o término da segunda guerra mundial e a consequente hegemonia norte americana, a economia global passou por grandes mudanças nos paradigmas sociais, econômicos, culturais e ambientais. A ideologia capitalista foi a responsável por manter os padrões dominantes dos países desenvolvidos sobre os periféricos e semi periféricos adequando os mesmo ao seu principal instrumento e meio de atuação: a globalização. O processo de globalização consegue ultrapassar o meramente econômico para uma linha de complexidade que se estende pelo social, pelo político e também pelo cultural (SANTOS 2011).

No âmbito econômico, tal processo se intensificou nas áreas comerciais, financeiras, produtivas e tecnológicas. As relações internacionais tornaram-se dinâmicas e num contexto capitalista, deram ênfase à competição, baseadas no pressuposto da livre iniciativa. O princípio econômico do máximo de eficiência resultante do mínimo custo com máximo de rentabilidade foi perpassado para todos os setores econômicos, sendo pilares da chamada ocidentalização do mundo e assim da desumanização global. O processo de globalização expandiu o fluxo internacional de capitais, a integração entre economias e interdependência dos sistemas monetários e financeiros mundiais. a concorrência nos mercados internacionais de capitais e a expansão de serviços financeiros tornaram-se mais importantes que as dimensões ambientais, culturais, e sociais (ALVES; RIBEIRO, 2003).

Sob o pretexto de unificar as estruturas produtivas, no intuito de maximizar o bem-estar da sociedade, a globalização tomou a sua forma produtiva internacionalizando a produção e criando um novo paradigma para a divisão do trabalho. Tal fator acirrou a concorrência nos mercados produtivos como também dos mercados nacionais. As consequências para as dimensões locais alheias a processo de dominação econômica dos países centrais foi o alargamento das distâncias regionais e territoriais tanto no âmbito econômico com o no âmbito social (SASSEN, 2010).

No âmbito financeiro o processo tomou força a partir do pós Segunda Guerra Mundial com a reestruturação do sistema monetário e financeiro internacional, onde os poderes hegemônicos dos países do Norte prevaleceram através das ideologias capitalistas da tríade: Estados Unidos, Europa e Japão. O movimento internacional de capitais fortaleceu os fluxos produtivos e estes gradativamente firmaram raízes nos países periféricos gerando frutos lucrativos para os países do Norte através do poder de atuação das multinacionais. Assim

sendo, na década de 1980 a globalização financeira fortaleceu o processo produtivo. Posteriormente as produções agora globalizadas viriam a se expandir para o mercado financeiro internacional na busca de maior rentabilidade, e assim retroalimentaram o processo financeiro de globalização (PAIVA, 2003).

As dimensões econômicas da globalização estão diretamente associadas aos avanços tecnológicos que tomaram força após a Segunda Guerra Mundial. Graças ao avanço da comunicação e a maior circulação de informações o processo econômico de globalização expandiu-se em todas as suas dimensões. Tais tecnologias ao mesmo tempo em que maximizaram o lucro, ajudaram a acumular ainda mais o poder entre os países da tríade. Na medida em que adentraram nos países periféricos e semiperiféricos, tais processos tecnológicos geraram desemprego, aprofundamento de problemas sociais, acirramento da má distribuição de renda, exclusão de comunidades e grupos das suas culturas e tradições que, de uma forma ou de outra mantinham alguns padrões sustentáveis nas dimensões sociais, econômicas e ambientais.

Os costumes e os padrões culturais de consumo da tríade são perpassados para as regiões locais/globais. A lógica excludente da regionalização neoliberal mantém o paradigma epistemológico positivo (do Norte) que busca manter a lógica e os processos ocidentais de conhecimento são exemplos da exaltação das idéias dominantes. Os eventos que caracterizam a globalização moldaram as economias e por consequência, as sociedades nas últimas três décadas do século XX nos países periféricos e semiperiféricos. A desregulamentação econômica, a abertura comercial e financeira, as privatizações, a redução das barreiras protecionistas, entre outros fenômenos, foram medidas adotadas para que os países se adequassem às exigências da globalização (SANTOS 2011).

No âmbito brasileiro a adequação ao processo globalizante impôs à sociedade uma elevada concentração de renda, acumulação de capitais no sudeste do país, fenômenos socioeconômicos negativos como desemprego, redução na qualidade de vida, elevação da taxa de mortalidade, incentivos a migrações interregionais desestruturadas e elevação das desigualdades sociais. A globalização e a liberalização comercial e financeira aconteceram no Brasil através de reformas econômicas a partir da década de 1990. Os investidores internacionais sentiram-se seguros para realizarem aplicações no mercado nacional. As reformas econômicas serviram para facilitar a captação de recursos internacionais, mas a população brasileira sentiu os efeitos da globalização no aumento do desemprego estrutural, na redução do consumo, na insustentabilidade dos padrões sociais e na elevação da aculturação.

Os Estados nacionais atuais passaram por diversas modificações socioculturais, econômicas, ambientais, espaciais e políticos institucionais, ao longo do século XX. Essas são oriundas da própria ideologia capitalista e do maior dinamismo dos movimentos de globalização (como movimentos propagadores do capitalismo) e suas vertentes neoliberais e neocoloniais. Tais fenômenos trouxeram para os países periféricos o fortalecimento da dependência destes em relação aos países centrais, e a perpetuação da concentração econômica, cultural e científica nos Estados dominantes.

O aspecto de neocolonização perpetuado pela globalização, não somente exclui sociedades e extingue economias, mas também destrói e desconstrói culturas, tradições, espaços, territórios, e o meio ambiente, além de desumanizar as relações sociais (principalmente nos países periféricos). Dentro dessa perspectiva, a Sustentabilidade nasceu como solução para a conservação do nosso mundo para as futuras gerações, com a utilização da interdisciplinaridade de saberes e a revalorização ética junto aos seres humanos e vivos. Tal objetivo, somente pode ser alcançado, com a redução das desigualdades sociais e econômicas em âmbito global.

Nesse contexto, a dimensão institucional e política da sustentabilidade possui papel relevante, pois possibilita o alcance do objetivo da sustentabilidade por meio do uso correto e ético das instituições e da política. É possível assim transformar a sustentabilidade em desenvolvimento sustentável por meio da correta utilização do Estado, não somente como propagador e mantenedor da ideologia capitalista e neoliberal, mas também como promotor da equidade social e redutor das desigualdades econômicas dentro de um território (CHACON, 2007).

A sua abordagem interdisciplinar cria novas possibilidades para o campo político institucional do desenvolvimento sustentável. Ao pesquisar o fenômeno da globalização, Santos (2011), o retrata como um formador de incertezas teóricas e, ao mesmo tempo, criador de teorias e epistemologias do Sul que combatem as consequências negativas desse processo globalizante e concentrador que é o capitalismo.

Os saberes plurais que nasceram como manifestação e resistência às epistemologias do Norte (dominantes), deixam expostas as necessidades e apelos socioeconômicos, culturais e ambientais dos ideologicamente dominados, podendo influenciar na forma de atuação do sistema capitalista. O termo sustentabilidade possui um significado diversificado de acordo com a subjetividade do ser humano enquanto indivíduo. Quando este ultrapassa os padrões subjetivos e consegue chegar aos padrões coletivos pode enxergar o conceito de

sustentabilidade como uma forma de criação de condições dignas e humanas das dimensões da vida para as gerações futuras (LEITÃO, 1999).

Para se chegar a tais padrões e assim a sustentabilidade, a dimensão institucional e política podem conseguir atingir tais objetivos através da ética, da alteridade, da afetividade, da liberdade e do pertencimento que devem existir enquanto alicerces de uma sociedade. Estas concepções que permeiam a sustentabilidade são fatores conflitantes com a ideologia capitalista e também com as ciências positivas que representam eficientemente todo o sistema.

A produção e os processos de acumulação foram enfatizados como fenômenos que geram o bem estar social e a consequente prosperidade de uma nação. Os padrões éticos foram gradativamente esquecidos por não dinamizarem as produções capitalistas e nem estimularem a competição e o consumo. A dicotomia ética/ciência econômica produziu falsos sinônimos como desenvolvimento e crescimento (SEN, 1999).

Crescimento no sentido econômico significa desenvolvimento da sociedade. Elevar a produtividade e conseqüentemente o lucro e a rentabilidade são então metas máximas para a economia. O real desenvolvimento está atrelado a aspectos não somente econômicos, mas sociais, ambientais, espaciais, culturais e preenchidos pela ética. Um país desenvolvido seria então aquele que consegue consertar desarmonias socioeconômicas passadas, através da revalorização da ética em todas as dimensões.

O capitalismo na modernidade, e sua procura desenfreada pelo lucro e pela rentabilidade, sem princípios éticos expandem o abismo das desigualdades sociais, os preconceitos, as intolerâncias e a concentração econômica, fazendo com que a alteridade seja substituída pela supressão do outro como uma constante nas sociedades capitalistas. O ser humano se autodestrói e a seu meio por idolatria ao lucro. O homem para Chacon (2007) é o personagem principal do seu meio e deve valorizar as suas relações sociais através da afetividade, no intuito de assim, serem não somente agentes econômicos mas atores de modificações edificantes para a sociedade.

A sociedade necessita de um retorno a afetividade. Precisa sair do individual para voltar ao coletivo com padrões éticos e preservação dos direitos. O ser humano se distingue dos seres irracionais não somente pela razão, mas pela capacidade afetiva nas relações sociais, inclusive nos âmbitos das relações econômicas (CHACON, 2007). O trabalho se insere nessas relações e possui a capacidade de modificar realidades e situações, contanto que o ser humano esteja aberto ao diálogo a respeitar a pluralidade, buscando respeitar a liberdade tão importante para a coletividade (SEN, 2000).

A resignificação da palavra labor só pode vir a existir se houver garantia aos direitos humanos, à saúde, à educação, acesso de todos a serviços públicos de qualidade, infraestrutura, acesso ao mercado de trabalho, entre outros, ou seja, acesso a liberdade que somente o desenvolvimento verdadeiro pode conceder ao ser humano, revalorizando a dignidade e a colaboração (SEN, 2000).

O desenvolvimento sustentável na dimensão institucional e política então é composto por todos esses valores e estes levam os seres humanos à sensação de pertencimento. Se sentir pertencente ao local segue na direção oposta ao capitalismo e seus aspectos globalizantes que tentam padronizar as sociedades em massas de consumidores. O pertencimento consegue adequar o ser humano aos reveses da globalização, tornando-o mais resistente e capaz de encontrar soluções para problemas conseqüentes deste processo (ZAUOAL, 2003).

A dimensão da sustentabilidade institucional e política parte do princípio que os setores: público (Estado), privado e as organizações da sociedade civil possuem a necessidade de revalorizar a ética, a alteridade, a afetividade, manter a liberdade para todos e criar a sensação de pertencimento na sociedade através de políticas que tragam sustentabilidade para as demais dimensões. A revitalização das instituições enquanto entidade que deveriam estar preenchidas pelos valores componentes da sustentabilidade, faz da dimensão institucional e política a base para uma sustentabilidade concreta nas outras dimensões.

As políticas públicas são instrumentos que reforçam esta dimensão quando as mesmas são executadas com valores sustentáveis. Os representantes políticos e os governos precisam reforçar padrões de comportamento verdadeiramente éticos, alteros e afetivos. Devem respeitar os direitos humanos e dar a liberdade para que estes cresçam. Assim políticas públicas podem levar ao pertencimento e revalorização do local, das suas histórias, das suas tradições, da sua identidade cultural.

As instituições sejam elas governamentais, religiosas, jurídicas, econômicas, do terceiro setor ou sociais, são as representações da sociedade e suas relações de poder que ficam expostas indiretamente nas ações destas através da sua política. O Estado, o setor privado e atualmente o terceiro setor, possuem papéis importantes na sustentabilidade institucional e política, através do poder de intervir na sociedade apresentando leis, normas, através de processos decisórios participativos e determinações que conseguem modificar a realidade da dimensão global à dimensão local e assim pode vir a trazer melhorias na qualidade de vida das populações.

O desafio para todos os setores está em revitalizar os valores éticos. Tal revalorização facilitaria a criação das políticas públicas em prol da população evitando assim a influência muitas vezes limitante do poder local sobre a forma de atuação dos atores na sociedade. A colaboração e a participação da sociedade nas decisões e na implantação de políticas públicas possibilitam uma maior eficiência e humanização do Estado na realidade local. O grande problema com relação a políticas públicas participativas é a parcialidade do setor público quanto ao que é participativo.

A “participação” é uma categoria usada constantemente em diferentes contextos da sociedade contemporânea e emprega nas mais diversas acepções. Contudo está carregada de alto componente político, pois, em algumas ocasiões, a participação é incentivada e, em outras, é vetada (SAYAGO, 2008, p.544).

A participação não é incentivada. Os indivíduos possuem uma apatia para criticar e participar de processos decisórios. Grande parte, por acreditarem na não aceitação das suas reais necessidades principalmente pelo Estado, ou por não acharem que possuem o direito de exercer a sua opinião sobre determinadas políticas. O contratualismo de Hobbes, Locke e Rousseau trazem à tona a necessidade de contratos sociais que realmente possam expressar as necessidades da sociedade (SANTOS 1994). Tais contratos são reforçados por componentes da sustentabilidade institucional e política como a ética e a liberdade defendida por Sen (2000). O grande problema dos contratos sociais seria a dicotomia regulação / emancipação, ou seja, qual o papel institucional e político do Estado na legitimidade de processos sociais emancipatórios e assim na manutenção de contratos sociais e também na criação destes? A solução seria a democracia participativa (SANTOS 2002).

2.4 Considerações gerais sobre o Desenvolvimento Regional Sustentável

O desenvolvimento regional sustentável do Cariri só acontecerá se todas as dimensões da sustentabilidade forem respeitadas. Não existem na região dimensões sustentáveis em sua plenitude, mas diversos avanços são constatados devido às ações do Estado através de políticas públicas, ações comunitárias e solidárias focalizadas assim como estudos e extensões acadêmicas que promovem ações sustentáveis.

Para se alcançar o desenvolvimento regional sustentável, além de contemplar todas as dimensões de sustentabilidade, existe também uma necessidade de se analisar de todo o processo histórico regional, como salientava Celso Furtado. É necessário ainda o crescimento econômico, mas também se necessita cada vez mais dos valores em que se baseia a

sustentabilidade institucional e política. A ética e a alteridade, a afetividade, a liberdade e o pertencimento. Dessa forma o desenvolvimento econômico e o regional econômico se tornam pequenos frente à harmonização que pode vir a existir com a revitalização de tais valores.

O fortalecimento de tais valores levaria a uma interiorização do desenvolvimento mais homogênea, mais humana e bem mais coerente, pois as políticas públicas estariam atreladas aos processos de formação regional, aos preceitos da sustentabilidade e assim conseguiriam chegar a saciar os anseios da população que as criaram. Todas as características da dimensão institucional e política da sustentabilidade, assim como as propostas e ações elencadas anteriormente dentro desta dimensão podem ser concretizadas através das políticas públicas. O grande obstáculo não são as execuções de tais políticas, mas as relações de poder, que influenciam desde a sua criação até a sua conclusão junto à população como será abordado no capítulo seguinte.

3 AS RELAÇÕES DE PODER

“O indivíduo é o efeito do poder e, simultaneamente, ou pelo próprio fato de ser um efeito, é seu centro de transmissão. O poder passa através do indivíduo que ele constituiu”.

(MICHEL FOUCAULT)

Nesse capítulo foram conceituadas as principais relações de poder relacionadas às políticas públicas e ao tema dessa dissertação. Dessa forma, as relações de poder vão desde Weber, Galbraith, passando pelo poder simbólico de Bourdieu e concluindo com as relações de poder segundo Bursztyrn que acabam por se correlacionar com as políticas públicas.

3.1 As relações de poder e dominação: as teorias puras de Max Weber.

Poder é a obediência a determinada ordem, condicionada a situações diversas como: interesse, submissão através da força, ou simplesmente o costume, essa última situação facilmente encontrada em relações familiares e laços afetivos. Mas a denominação de poder ultrapassa tal caracterização simplória. O poder do Estado está alicerçado pela legitimidade jurídica (WEBER, 1922).

Segundo Galbraith (2007), “Max Weber, o sociólogo e cientista político alemão (1864-1920), embora profundamente fascinado pela complexidade do tema, satisfizesse com uma definição próxima à compreensão cotidiana: poder é a possibilidade de alguém impor a sua vontade sobre o comportamento de outras pessoas”. A definição “simples” de Weber acaba então se enquadrando em todas as situações que envolvem relações de poder. Mas a inquietação de Weber estava justamente em descobrir o que legitima o poder. Para ele existem três tipos de legitimação de poder na sua forma pura: o poder legal, o poder tradicional e o poder carismático. Cada um deles se enquadrando a áreas específicas dos estudos sociais e administrativos. (WEBER, 2008).

O primeiro poder puro é o legal. Tem por base estatutos, regulações e leis. O poder burocrático se enquadra dentro dessa denominação. É um poder imposto ou escolhido. A regulação é superior ao direito próprio da organização. Existem então dois tipos de situações dentro desse poder. A primeira é a ordem superior. São os indivíduos que estão acima hierarquicamente que o restante da organização através da determinação das leis. Quem

ordena neste caso também obedece, pois está subordinado à regulamentação e deve respeitar a mesma evitando assim quebras de conduta. (MORGAN, 1996)

Os funcionários ocupam a segunda situação. Estes são inferiores. Recebem por sua categoria de trabalho, não necessariamente pela medida de trabalho. Obedecem a uma disciplina seja ela empresarial ou governamental. Dentro desse tipo de poder se enquadram a organização do Estado, as empresas privadas capitalistas e o terceiro setor. Estes últimos estão sujeitos a estatutos, mas possuem sujeição determinada pela economia através de normas burocráticas criadas para facilitar as relações de poder dentro das empresas e ao mesmo tempo atingir com mais presteza os objetivos empresariais, como o lucro, a rentabilidade, a expansão de mercados, entre outros. As organizações estatais conseguiram legitimar o poder através da regras e competências administrativas. Tal fato é ainda mais fortalecido em períodos de crises com o aparecimento da autoridade, o que não retira das eleições o seu papel mantenedor do poder (WEBER, 2008).

O poder tradicional de Weber parte do princípio que o domínio patriarcal, a hereditariedade e as tradições, que mantém nobres, senhores de terra e governantes no poder, conseguem gerar ordenamentos que são inquestionáveis, pois seguem uma tradição irrevogável. Se esta tradição ou fé for questionada este poder pode desaparecer imediatamente. “O senhor governa segundo o agrado, a afeição, a aversão, e sobre tudo também mediante favores pessoais a pontos de vista influentes”. No seu corpo administrativo “é inexistente o conceito burocrático de competência” e assim esse corpo é constituído por pessoas que dependem do senhor ou possuem vínculos pessoais com o mesmo (WEBER, 2008, p.70).

A legitimidade não se passa por meios jurídicos. É a vontade do senhor que determina o que é legítimo ou não. Não há uma disciplina formal que regule tal estrutura e assim os limites são impostos pela fidelidade dos seus servos. O tipo de poder mais puro dentro do poder tradicional é o poder despótico. O domínio sobre tudo e todos é um direito do senhor. Este tem uma estrutura patrimonial de poder, como por exemplo, escravos. Assim como tem uma estrutura de concessões administrativas às pessoas que possuem relevância e valor socioeconômico (WEBER, 2008).

“O poder dos senhores está, portanto, dividido entre os senhores e o corpo administrativo por apropriação e privilégio, e esta divisão de poder por ordem, estereotipa em grau elevado a natureza da administração” (WEBER, 2008, p.6). A hierarquia é flexível dentro do poder tradicional. Muitas vezes a mesma é perpassada pelo privilégio. Existe então uma luta pelo poder abaixo do domínio do senhor, que Possui relação não somente com os

privilégios, mas com as tradições, as relações feudais ou patrimoniais de fidelidade, a honra, a boa vontade, a concessão de direitos, entre outros que regem as relações de poder tradicionais.

Os funcionários de um sistema governamental com relações de poder tradicional se comparam às relações de poder domésticas dentro da célula familiar. A relação dos servidores em relação ao senhor é comparada a relação pai e filho e a submissão do mesmo ao pai. Os regimes ditatoriais e despóticos se utilizam do costume e tradições para se legitimarem no poder (MORGAN, 1996).

Existe ainda o poder carismático, aquele oriundo da dedicação afetiva e aos seus carismas. Um dos tipos desse poder puro é o demagógico. Existe agora a relação chefe, discípulo. O poder do chefe pode vir a ser derrubado quando o mesmo perde seus carismas, ou seja, seus dons gratuitos, ou então não conseguem manter sua posição através do conhecimento que não é mais superior ao de seus discípulos (WEBER, 2008). Os seus discípulos ou seguidores, não são mais escolhidos por sua qualificação profissional como no poder legal, ou pela ordem como no poder tradicional. É a dedicação e o carisma pessoal que determinam a hierarquia de poder.

Desde os tempos primitivos o poder carismático está relacionado aos profetas e aos chefes guerreiros. Os primeiros por sua relação mais aproximada com o divino ou com o mágico. Os últimos por suas qualidades superiores em conflitos e decisões imediatas. O poder demagogo já apareceu com as cidades Estado ocidentais. As ordens dentro desse poder são flexíveis. Estão ligadas ao irracional, às revelações dos chefes ou ao direito natural proclamado pelo demagogo. Mas esse direito só é realmente aceito se a comunidade reconhecê-lo como verdadeiro (WEBER, 2008).

Assim o poder carismático se baseia na fé, seja no profeta, no guerreiro ou no direito proclamado pelo demagogo. A fé e o reconhecimento são obrigatórios e o chefe os exige. Tal fé é originada nos milagres dos profetas e também dos dogmas e mistérios da própria fé, no êxito e nas vitórias dos guerreiros e na legitimidade dos direitos demagogos através da validação das suas ideias.

Weber identificou três tipos de dominação social que podem tornar-se formas legítimas de autoridade ou poder. Qualificou-as de carismática, tradicional e racional-legal (...). Weber reconheceu que estes tipos de dominação raramente são encontradas em suas formas puras e que, quando diferentes tipos de autoridade se misturavam entre si, o resultado era quase sempre tensão e mal-estar (MORGAN, 1996, p.282)

Weber deu mais ênfase a burocracia e a racionalização, pois via nestes instrumentos de poder uma crescente ameaça à liberdade humana e à democracia, pois, através desses poderes

as classes dominantes conseguiram impor suas vontades sob os interesses e o bem-estar da população. A burocracia passou a ser para Weber um instrumento principal nas relações de poder, onde a burocracia administrativa era uma constante sem variações em seu poder (MORGAN, 1996).

BOX 1 – A Tipologia weberiana de dominação

Dominação carismática: ocorre quando um líder exerce a sua influência em virtude das suas qualidades pessoais. A legitimidade está fundamentada na fé que o liderado deposita no líder, isto é, como se este fosse um profeta, um herói ou um demagogo. O aparato administrativo dentro deste modelo de dominação é pequeno, flexível, desestruturado e instável, frequentemente acontecendo através de atividades de alguns discípulos ou intermediários.

Dominação tradicional: acontece quando o poder de mando tem por base um respeito pela tradição e pelo passado. A legitimidade se dá pelo costume e pelo sentimento de que “é correto” fazer as coisas de maneira tradicional. As pessoas frequentemente exercem o poder como um resultado do status adquirido, conforme ocorre em monarquias ou em sistemas de sucessão familiar. O aparato administrativo neste modelo de dominação assume tipicamente duas formas – patriarcal e feudal. Na primeira, os oficiais ou administradores são quase sempre os detentores pessoais – servidores, parentes ou favoritos – dependentes e remunerados por quem manda. Na outra, os oficiais detêm uma mediada de independência. Em troca da sua aliança com quem manda, comumente recebem certo grau autorizado de autonomia, dentro de uma esfera específica de influência e não são diretamente dependentes de quem manda em termos de remuneração e subsistência.

Dominação racional-legal: o poder é legitimado por leis, regras, regulamentos e procedimentos. Quem manda pode, assim, obter poder legítimo seguindo os procedimentos legais que especificam como quem manda é escolhido. O poder é também formalmente fundamentado em regras. O aparato administrativo típico é a burocracia, a uma estrutura racional –legal – dentro da qual a autoridade formal e está concentrada no topo da hierarquia organizacional. Em contraste com o modelo feudal, os meios administrativos não pertencem ao burocrata: sua posição não pode nem ser herdada e tampouco vendida. Há geralmente uma clara separação entre renda oficial e particular, fortuna e vida pessoal. *Fonte: Mouzelis (1979: 16-18) apud Morgan (1996, p.283)*

3.2 A anatomia institucional do poder de J. K. Galbraith

O poder para Galbraith segue a teoria básica de Weber. Existe alguém ou algum grupo que impõe o seu poder e outros que são submissos as ordens emanadas por este poder de forma consciente ou não. Existe para ele uma tríade de atributos composta pelo poder condigno, o poder compensatório e o poder condicionado. O primeiro tipo de poder, o condigno, vem da submissão. É uma imposição da vontade do dominador feita através da força ou da persuasão, que faz com que determinado indivíduo ou grupo deixe de lado suas preferências para se submeter a tais imposições. A submissão vem através das consequências da não submissão ou da simples ameaça dessas consequências (GALBRAITH, 2007).

Este poder que Galbraith denomina de Condigno se insere no poder tradicional de Weber, dentro da dominação patriarcal e patrimonial. É considerado por ambos como sendo um dos poderes mais puros que se impõe pela força física. O poder compensatório consegue a submissão em troca de uma recompensa. Quando algo de valor é oferecido em troca de uma execução de uma ordem por um determinado grupo ou um indivíduo, tal fato caracteriza o poder compensatório. Evitar uma repreensão pessoal ou pública é um instrumento do poder condigno, elogiar é um instrumento dos que utilizam o poder compensatório. (GALBRAITH, 2007)

A submissão econômica é aplicada a este poder. Segundo Galbraith (2007, P.18) “na economia moderna a mais importante expressão do poder compensatório é, sem dúvida a recompensa pecuniária – o pagamento em dinheiro por serviços prestados, o que vale dizer, pela submissão aos objetivos econômicos ou pessoais de outros”. O poder compensatório no âmbito econômico de Galbraith, se adequa tanto ao poder legal quanto ao poder tradicional de Max Weber. A compensação pode tanto acontecer dentro de sistemas predominantemente burocráticos como dentro de sistemas com predominância autocrática ou democrática. Sobre tais sistemas Morgan (1996) os diferencia conforme apresentação no Box 2.

O que difere o poder condigno e o compensatório de Galbraith, do poder legal e o tradicional de Weber, é que nos primeiros, os atores que estão submissos ao poder dominante são conscientes de tal fato. Já no nas relações de dominação de Weber, nem sempre a causa da submissão está explícita. Exemplo disso são as relações de dominação patriarcais. O servo ou vassalo é submisso pela tradição de determinado indivíduo ser detentor de terras, e ideologicamente, este é apoiado pelo poder da Igreja. A não submissão nesse caso acarretaria na perda de poder do senhor das terras. O poder acima citado está também implícito na obra de Weber (2008, p.79), quando o mesmo afirma que:

O poder carismático, acontece mediante a dedicação afetiva à pessoa do senhor e aos seus dons gratuitos (carisma), em especial: capacidades mágicas, revelações ou heroísmo, poder do espírito ou do discurso. O eternamente novo, o fora do cotidiano, o nunca acontecido e a sujeição emocional, são aqui fontes da rendição pessoal.

BOX 2 – Organizações e formas de governo político

Organizações, igualmente aos governos, empregam algum sistema de “regras” como meio de criar e manter a ordem entre seus membros. A análise política pode, dessa forma, trazer uma contribuição válida à análise organizacional. As formas de governar politicamente, indicadas abaixo, são variações mais comuns das regras políticas encontradas nas organizações:

Autocracia: governo absoluto em que o poder é sustentado por um indivíduo ou um pequeno grupo e apoiado pelo controle de recursos críticos, pelo direito de propriedade ou posse de direitos, tradição, carisma e outras razões para invocar privilégios pessoais.

Burocracia: regra exercida por meio da palavra escrita, que oferece as bases de uma autoridade do tipo racional-legal, ou governo “pela lei”.

Tecnocracia: regra exercida através do uso do conhecimento, poder de especialistas e habilidade de resolução de problemas relevantes.

Co-gestão: trata-se de uma forma de governo em que as partes opostas entram em entendimento para gerar juntas interesses mútuos; como no caso do governo de coalizão e corporativismo, cada uma das partes retira o seu poder de uma fonte diferente.

Democracia representativa: regra exercida através da eleição de membros que têm mandato para agir em nome daqueles a quem representam, que ocupam suas funções durante um período determinado, ou estendem esse período enquanto mantêm o apoio dos seus eleitores, como é o caso do governo tipo parlamentar e, na indústria, empresas onde o controle está nas mãos dos trabalhadores ou dos acionistas.

Democracia direta: é o sistema no qual cada um tem direito igual de governar tomando parte em todas as decisões, como é o caso de muitas organizações comunitárias, cooperativas e os kibutz entre outras. Trata-se do princípio de governo no qual a auto-organização é a maneira chave da organização.

É raro encontrar organizações que se utilizam de apenas uma dessas diferentes espécies de governo. Com maior frequência se encontram, na prática, tipos mistos. Por exemplo, enquanto algumas organizações são mais autocráticas, mais burocráticas ou mais democráticas do que outras, frequentemente apresentam elementos de outros sistemas. Uma das tarefas da análise política é descobrir quais princípios são mais marcantes, onde, quando, porque e como predominam. *Fonte: MORGAN, Gareth. Imagens da organização. Atlas, 1996, p. 149.*

O poder condicionado exercer a submissão através da persuasão, das modificações das crenças e convicções sociais. A classe dominante não reconhece o papel de submisso dos dominados. É um poder amplamente utilizado por todos os governos atuais seja este capitalista ou ainda socialista (GALBRAITH, 2007).

As relações de poder de Galbraith assim como as de Weber são raramente puras na realidade. Quotidianamente as mesmas são mistas, assim como os sistemas políticos apresentados no Box 2. Observa-se uma complexidade de tipos de poder e instrumentos dos mesmo que se interrelacionam. Até mesmo mesclando teorias como as de Weber, sociais e organizacionais com teorias como as de Galbraith, econômicas e institucionais.

Para Weber, as relações de poder não são puras e se mesclam, mas a burocracia prevalece, seja na sua forma pura, ou em versões adaptadas ao poder tradicional e carismático, ou seja: “em todas as relações de poder, é decisivo, para a consistência incessante da obediência efetiva dos governados, sobre tudo o fato da existência do corpo administrativo e da sua ação incessante, dirigida à execução dos regulamentos e à coação (direta ou indireta) da sujeição à autoridade. A garantia dessa ação, que leva a cabo o domínio, é o que se pretende dizer com organização” (WEBER, 2008, p.82).

Para Galbraith (2007, p.9), “existem também as fontes de poder, ou seja, atribuições ou instituições que diferenciam quem domina de quem é dominado. Estas são: a personalidade, a propriedade e a organização”. A personalidade possui para o teórico o sinônimo de liderança. São qualidades físicas, mas também intelectuais como: a oratória, o discurso, a firmeza moral entre outras. São características que facilitam o acesso a qualquer instrumento de poder (GALBRAITH, 2007).

A força física, muito utilizada como instrumento de poder da liderança em diversos setores da humanidade, especialmente naquelas comunidades mais primitivas (pelo menos as que ainda existem) e nos grupos onde a violência é um instrumento de poder mais fácil de ser utilizado. Mas segundo Galbraith (2007, p.10) “ nos tempos modernos a personalidade está primordialmente associada ao poder condicionado – a aptidão em persuadir ou gerar crenças”.

A propriedade está mais associada ao poder compensatório, pois a propriedade dá ao seu detentor riquezas e estas podem recompensar que é submisso a esta forma de poder. Ocorre a compra da submissão. Galbraith (2007) concorda com a linha de pensamento de Weber (2008) ao afirmar que: “a organização, a fonte de poder mais importante nas sociedades modernas, está primordialmente ligada ao poder condicionado. Admite-se que a organização seja indispensável quando se busca o poder ou se necessita dele, é, portanto, da organização que provém a persuasão necessária e a consequente submissão aos seus propósitos”.

Galbraith (2007, p.12), se utiliza como exemplo o poder religioso para apresentar como os diversos instrumentos e fontes de poder se emaranham:

Nos primórdios do Cristianismo, o poder se originava da personalidade arrebatadora do Salvador. Quase que imediatamente surgiu uma organização, os Apóstolos. E com o tempo a Igreja tornou-se, como organização, a mais influente e duradoura em todo o mundo. A propriedade e a renda de que dispunha certamente não foram as suas mais insignificantes fontes de poder. Da combinação da personalidade (a da Presença Divina e a da longa linha de líderes religiosos), propriedade e, acima de tudo, sua singular organização, advieram da crença condicionada, as prebendas ou a compensação, e a ameaça de punição condigna neste ou no outro mundo – o que, no conjunto, constituiu o poder religioso. Tal é o complexo de fatores incorporados e, em grande medida, ocultos por essa expressão. Poder político, poder econômico, poder empresarial, poder militar e outras expressões escondem, profunda e analogamente, uma interrelação igualmente diversa.

É nessa complexidade de fontes e instrumentos de poder que as teorias de Weber e de Galbraith coexistem e em diversos pontos se complementam. A existência da organização e da burocracia para Weber, agregada à diversidade de sistemas políticos elencados por Morgan e a categorização do poder na sua vertente econômica de Galbraith, comprovam tal complementaridade.

3.3 O poder simbólico de Pierre Bourdieu.

Para Aristóteles existiam três formas de poder. O poder paterno, o poder despótico e o poder político. A relação familiar entre pai e filho caracterizava o poder paterno. As relações entre déspotas e escravos, o poder despótico. Por fim a relação entre governante e governados o poder político. As categorias de poder moderno são classificadas como o poder econômico, o poder ideológico e o poder político. A relação de poder no âmbito econômico está entre quem detém os meios de produção (dominante) e o que não os possui exceto pelo labor (dominados) (BOBBIO, 1986).

O poder ideológico exerce a sua submissão através de certas ideias e discursos que influenciam e alteram a conduta de um indivíduo ou de um grupo. Quem defende a ideia não é necessariamente o ator dominante, mas, está no corpo administrativo do mesmo, de uma forma legal, tradicional ou carismática. O poder político na concepção moderna de Bobbio (1986, p.955), “é o poder supremo, o poder coator legítimo, monopolizado pelo estado e o mais eficaz para condicionar os comportamentos”.

Estas são concepções de poder clássicas, assim como as de Weber e Galbraith, onde se tenta explicar o que o poder através de um conceito universal, ou padrões institucionalizados. No caso específico de Bobbio (1986), todos estes subordinados ao poder supremo: o político. Mas para Batistella (2011, p.4), “Michel Foucault e Pierre Bourdieu contribuíram decisivamente nos estudos do poder, evidenciando que o mesmo não se restringe somente ao

nível macro, mas visíveis, mas também ao seu nível micro (moleculares), invisíveis e simbólicos”. O poder simbólico então ultrapassa os limites clássicos e modernos e pode ser classificado como sendo um poder explícito, mas só é poder se é aceito sem questionamento ou muitas vezes sem consciência da existência desse poder (BOURDIEU, 1997).

O poder simbólico como poder de constituir o dado pela enunciação, de fazer ver e fazer crer, de confirmar ou de transformar a visão do mundo e, deste modo, a ação sobre o mundo, portanto o mundo; poder quase mágico que permite obter o equivalente daquilo que é obtido pela força (física ou econômica), graças ao efeito específico de mobilização, só se exerce se for reconhecido, quer dizer, ignorado como arbitrário (BOURDIEU, 1997, p.14-15).

O poder simbólico ajuda a construir a realidade. Pode criar verdades e legitimar o poder em vigor em determinado período através de ações como o conformismo e o consenso dentro das representações sociais, ou seja, nos sistemas simbólicos destas (BATISTELLA, 2011). O poder simbólico que Bourdieu, segundo Batistella (2011), já havia sido exposto por Mauss e Durkheim ainda no início do século XX onde os mesmos “sinalizavam para um mundo paralelo de sinais que se colocava no lugar da realidade”. Tal fenômeno está presente desde os tempos primitivos até os dias atuais.

São criadas imagens, práticas sociais e discursos com base nas ideias sobre o real, que orientam o olhar e a percepção da sociedade de acordo com os interesses dominantes. Mas há uma grande diferença entre a imagem e o discurso sobre o real e a realidade. Tais representações são definidas por Bourdieu (1997, p.11-12) como sistemas simbólicos. O domínio de tal poder e de suas representações são disputados por diversos grupos de uma sociedade, ou seja, grupos sociais, étnicos, religiosos, políticos, econômicos, culturais, entre outros, que entram numa guerra de representações, tanto cotidiana como através dos especialistas na produção simbólica (BATISTELLA, 2011).

A função de tais especialistas (do meio religioso, político, artístico, ideológico, entre outros) é a de criar sistemas simbólicos para favorecer interesses particulares, mas simbolicamente disfarçado de um interesse universal. A legitimidade do poder agora está no disfarce e nos consensos criados para que o grupo dominante submeta o grupo dominado à sua vontade (BOURDIEU, 1997, p.10-11).

Dentro do poder simbólico, a educação possui um papel relevante por poder ser instrumento mantenedor ou modificador da apropriação dos discursos. Para Foucault (2001, p.44-45), “o que é senão um sistema de ensino senão uma ritualização da palavra; senão uma qualificação e uma fixação dos papéis para os sujeitos que falam; senão a constituição de um

grupo doutrinário ao menos difuso; senão uma distribuição e uma apropriação do discurso com seus poderes e seus saberes?”

A educação irá servir também para manter a memória social ativa. Pelo menos a que serve aos interesses das classes dominantes. Santos (2010), afirmou que muitos conhecimentos quando não serviam as epistemologias do norte foram jogados no lixo. Assim o campo da memória irá repassar as ideias dominantes e fortaleceram diretamente o sistema simbólico como parte componente do mesmo, ou indiretamente sendo ideias balizantes e limitantes, ou seja, uma zona abissal, onde nenhuma ação que não siga a ideologia dominante pode existir (SANTOS, 2011)

Batistella (2011) vai afirmar que dentro de uma sociedade diferentes grupos vão disputar também pela hegemonia sobre a memória coletiva. A memória institucionalizada, repassada nos sistemas educacionais (veiculadas) são imagens e representações de um grupo específico, muitas vezes nem refletindo a realidade do mesmo, mas os interesses econômicos implícitos dessa coletividade. Assim como Santos (2010), Batistella (2011 p.10) irá afirmar que “memórias inventadas, memórias oficiais, memórias ufanistas serão institucionalizadas ao mesmo tempo em que as memórias dos outros grupos serão memórias silenciadas, apagadas, enquadradas”. Dessa forma a memória se constitui como um forte instrumento de legitimação de poder simbólico.

Os conflitos pela hegemonia das imagens e representações repassadas através da educação e da memória seguem ao lado dos conflitos econômicos, quando se quer compreender os mecanismos de imposição de determinada coletividade (CHARTIER, 1990). O poder simbólico cria então o seu papel de mascarar, transfigurar e ao mesmo tempo legitimar outras formas de poder dentro de uma sociedade (BATISTELLA, 2011).

O poder então não pode ser visto somente como um local a ser ocupado, ou a propriedade de bens e serviços. As relações de poder são conflitos não somente travados no meio físico através da política e da economia, mas no meio de um conjunto de imagens e representações, onde o grupo com maior poder exercerá sua dominação através do sistema simbólico que criou e conquistou (BATISTELLA, 2011).

3.4 As relações do poder Central com o poder local: o poder dos donos de Marcel Bursztyn

As desigualdades regionais do Brasil estão relacionadas à sua formação histórica, social e econômica. As lógicas colonialistas, exploratórias, excludentes e arbitrarias dos

colonizadores foram sofrendo modificações e adaptações, ao longo do processo histórico do país. Os países considerados na atualidade desenvolvidos criaram um arcabouço de dominação, organizado de tal maneira, que este se perpetua desde a descoberta do Brasil até à atualidade, moldando-se a realidade das classes dominantes nacionais e às necessidades das metrópoles atualmente neocoloniais.

No período colonial, as práticas exploratórias de Portugal, foram extremamente nocivas ao Brasil nas diversas dimensões do desenvolvimento (ambiental, cultural, econômico, social, espacial, dentre outras). Do sistema colonizador, ao capitalismo tardio implantado no Brasil, aconteceram poucas modificações em relação a um real desenvolvimento no país. Ocorreram mudanças nos atores e nas ações para o crescimento econômico do país, que assim visaram bem mais a defesa e manutenção de interesses das classes concentradoras de riquezas nos diferentes períodos históricos, do que necessariamente benefícios diretos e duradouros para a sociedade brasileira e para o desenvolvimento territorial e de regiões.

Nesse contexto, ações governamentais e políticas públicas para o crescimento econômico foram utilizadas como políticas de desenvolvimento regional do país. Estas se caracterizaram por serem concentradoras e eminentemente econômicas, criando condições indiretas para um subdesenvolvimento da sociedade brasileira. Políticas públicas de governo focalizadas na produção industrial concentraram os esforços de crescimento econômico para a região Sudeste do país, em detrimento das demais regiões como o Norte e o Nordeste do Brasil (CHACON, 2007).

Dentro dessa concepção, o Nordeste e conseqüentemente o estado do Ceará, cresceram economicamente à margem do crescimento econômico do Sudeste do país. Os estados da região Nordeste passaram a se adaptar às necessidades da região dominante, se tornando fornecedoras de bens intermediários e insumos produtivos para as indústrias do Sudeste. Tal fato deve-se em parte, à imposição de políticas públicas governamentais ocorridas nas décadas de 1960 (ações da SUDENE) e de 1970 (II PND). Aconteceu assim uma relativa desconcentração econômica (CARGNIN 2008).

É dentro desse contexto que Bursztyn (2008) explana sobre as relações de poder. A tese “centralista” bem representada por Raymundo Faoro (1979) e a tese “localista” por Gilberto Freyre (1975) explicam momentos distintos da nossa história. O antagonismo que transparece num primeiro contato com essas teses é logo refutado por Bursztyn (2008) através da comprovação de que o poder central e o poder local se complementam.

O poder central é aquele emanado por uma instituição ou pelo Estado. A ele podem está submissos estados, regiões, municípios ou até localidades, pela omissão estatal ou institucional, ou pela ação de políticas públicas. Os tipos de poder de Weber, Galbraith e Bourdieu coexistem dentro do poder Central. O poder local emana numa esfera menor de atuação. São as classes dominantes locais, que atuam em municípios, comunidades, estados, ou regiões. Podem ascender ao poder central governando o Estado. Possuem como instrumentos de dominação o paternalismo e o clientelismo. O poder central do país coexiste então com as oligarquias locais. Essa existência partilhada acontece pela omissão do Estado (central) em relação às necessidades dos locais, favorecendo o poder dominante local que atende as mesma de acordo com os seus interesses.

Assim como Furtado, Bursztyn (2008) explicou a relação poder central e poder local com base no processo histórico. Inicialmente, utilizou-se dos tipos de colonização norte americana e brasileira. A primeira, onde a iniciativa privada foi determinante para o povoamento da nação, e a segunda onde o governo português apenas explorou a sua colônia através do fiscalismo. Tal mecanismo que o autor considera como um “mecanismo de pilhagem do novo mundo” incentivava atividades econômicas nas colônias em troca de impostos. No início não conseguiram arrecadar grandes levas de impostos devido a imaturidade econômica da colônia. Mas quando a mesma se expandiu a arrecadação foi crescendo gradualmente (BURSZTYN, 2008, p.38)

A falta de recursos do governo português para realizar a ocupação das grandes extensões territoriais no Brasil, facilitou a omissão do Estado (Portugal) e o fortalecimento do poder local, ou seja, os grandes proprietários de terras. Em troca da fidelidade destes o Estado através do paternalismo garantiam o poder local, mas não abria mão do seu território. Com o fim do ciclo do açúcar o centro dinâmico da economia brasileira deslocou-se para o sudeste do país. A atividade dominante passou a ser a mineração localizada no local onde se situa atualmente o estado de Minas Gerais. Aconteceu também o deslocamento do centro administrativo da cidade de Salvador para o Rio de Janeiro (BURSZTYN, 2008)

O açúcar permaneceu como atividade dominante no Nordeste. As estruturas sociais se mantiveram e os grupos dominantes tanto no poder central como no poder local permaneceram em seus respectivos patamares, revezando o governo em nível nacional. As relações entre o poder central e o local continuaram a se complementar através do que Bursztyn (2008) chamou de “autoridade omissa”. Essa omissão do poder público no Nordeste gerou a coexistência pacífica entre o poder central e o poder local. Assim o poder local

creceu regionalmente na forma do coronelismo, não entrando em conflito com o poder central, e este se omitindo em troca de apoio político e econômico se necessário.

Ao deter o poder econômico, as oligarquias regionais tinham suas funções sociais hipertrofiadas. O poder compensatório de Galbraith (2007) atrelado ao poder tradicional de Weber (2008) estava em voga através do clientelismo e do paternalismo, ações de fundamental importância para a manutenção do poder local. Este, ao deter os meios de produção se mantinha dominante e conseguiram gerar poder político e assim poder social. Segundo Lopes & Rossetti (1998, p.24-25) “o poder econômico pode ser utilizado como instrumento de pressão política, caso em que praticamente se superpõem (funcionando um como suporte do outro) os poderes econômicos e políticos (...). É inegável que os indivíduos ou grupos que detém esses poderes podem influenciar os próprios rumos do desenvolvimento econômico, político e social”.

Tal processo de omissão do Estado irá se perpetuar dentro do Brasil colonial na medida em que este avança economicamente dentro dos ciclos agroexportadores em que se resumiu a economia brasileira da sua colonização ao processo de industrialização tardia acontecido no final do século XIX.

É a partir do governo de Vargas que o Estado começa a transformar seu caráter “autoritário por omissão” em “autoritário ativo”, com a intensificação do intervencionismo, processo este que se acentua mais ainda no último pós guerra. Paulatinamente, os tentáculos do poder central começavam a se estender no rumo das áreas interioranas onde, até então, o Estado só chegava mediatizado pela figura do coronel (BURSZTYN, 2008, p.42).

O “autoritarismo ativo” de Bursztyn segue paralelo à mudança de centro dinâmico da economia brasileira, do que Tavares (2011) veio a chamar de modelo primário exportador para o processo de substituição de importações que caracterizou a fase ativa do Estado influenciando no processo de industrialização do país. Tais relações de poder possuíam um autoritarismo ativo, ou seja, estavam pautadas no poder central do início da década de 1960 até o início da década de 1980 que, sujeitava o poder local com seu paternalismo, mas, ao mesmo tempo, realizava processos de intervenção nas estruturas de poder regionais e locais como forma de manter a hierarquia e simultaneamente crescer e concentrar economicamente o país através do fortalecimento dos poderes centrais e locais (BURSZTYN, 2008).

Dentro de cada poder Central e de cada poder local, existe uma complexidade de relações de poder apresentadas anteriormente neste capítulo, que se modificam com a evolução do processo histórico. Assim por exemplo, no Nordeste dos anos 1960, tínhamos uma região semi árida, devastada pela seca, onde o grande problema na realidade não eram as

condições climáticas, mas a falta de políticas de Estado para prevenir a mesma, assim como a falta de interesse em resolver tal questão, visando manter a indústria da seca (FURTADO, 1999).

As representações que foram veiculadas através do poder simbólico estavam então de acordo com a ideologia dominante, ou seja, o poder Central. O Nordeste é deixado de lado, tanto economicamente como ideologicamente, num jogo de poder que favoreceu o poder central e também o poder local. A representação de um Nordeste “coitado” sem condições de se desenvolver é repassada como lógica mantenedora da região num estado de estagnação que facilitou a realização de aportes de recursos aos poderes locais e que, uma vez em poder destes não foram utilizados de acordo com os reais interesses da população (ALBUQUERQUE JR, 2011). Existe então, todo um discurso regionalista que se apóia em uma estrutura criada pelas classes dominantes (o poder central).

O regionalismo é muito mais que uma ideologia de classe dominante de uma dada região. Ele se apóia em práticas regionalistas, na produção de uma sensibilidade regionalista, de uma cultura regional, que são levadas a feito e incorporadas por várias camadas da população e surge como elemento dos discursos destes vários segmentos (ALBUQUERQUE JR., 2011, p. 3).

Tais discursos estão “recheados” de imagens e estruturas (sistemas simbólicos) que fortalecem o poder central onde, o Sudeste economicamente desenvolvido e o Estado dominam, mas que ao invés de enfraquecer o poder local, também o fortalece. Os representantes da população dos locais conseguem não somente renda, mas, favores pessoais, utilizando a imagem negativa feita e veiculada sobre o Nordeste. Assim, Albuquerque Jr. (2011, p.7) conclui que: “o Nordeste passou, a ser objeto de uma tradição acadêmica que o ajuda a se atualizar e atualizar as relações atrasadas que o poder inventou”.

3.5 As relações de poder e as políticas públicas

As políticas públicas possuem forte influência do poder. Tanto na sua concepção como na sua execução. Sobre tal relação poder / políticas públicas / planejamento, Bursztyn explica algumas lógicas de tais ações, conseguindo assim traçar uma relação entre os poderes locais e centrais e as políticas públicas no caso do Nordeste ao longo do seu processo histórico. A ação do Estado e a maior ação do poder central foram analisadas por Bursztyn (2008) dentro do contexto histórico do Nordeste. No início do século XX, o Estado começa a tomar

decisões. Surgem instituições como: a Inspeção de Obras Contra as Secas – IOCS e o Instituto do Açúcar e do Alcool – IAA.

Ambas as instituições foram influenciadas pelas oligarquias nordestinas. A IOCS e o IAA buscavam manter a estrutura produtiva local. Este último facilitou o deslocamento do centro dominante da economia açucareira para São Paulo. Com a criação da Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE o planejamento do Estado tomou corpo. A questão do Nordeste deixou de ter uma lógica simplória adotada no IAA e na IOCS para adquirir uma contextualização complexa, pois o poder central, agora concentrado no Sudeste, necessitava da “inserção econômica do espaço social nordestino”. Para isso seria necessário “passar por cima do cadáver das oligarquias locais do Nordeste” (BURSZTYN, 2008, p.44-45). Já a SUDENE, nasceu dos trabalhos do Grupo de Trabalho do Desenvolvimento do Nordeste – GTDN criado por Juscelino Kubitschek e chefiado por Celso Furtado e se constituiu como um marco nas políticas públicas do Estado para o Nordeste.

O documento produzido pelo GTDN é uma análise muito profunda do subdesenvolvimento nordestino. Mesmo que voltado principalmente para aspectos econômicos, o estudo teve um caráter político relevante, uma vez que ficou manifestada a necessidade de uma reformulação radical do papel do governo no Nordeste, de maneira a viabilizar uma transformação rápida da estrutura de todo o sistema social local (BURSZTYN, 2008, p.45).

Tais alterações nesse sistema levariam a diversas modificações radicais nas relações poder central e poder local. O conflito da SUDENE com as oligarquias locais havia começado mesmo antes a mesma começar a executar seus planos. O poder local demonstrou a sua força. As alterações seriam profundas. Um exemplo dessas modificações está na substituição dos canaviais da Zona da Mata por arroz e assim reduzir os custos dos alimentos nas capitais que se concentram na área litorânea do Nordeste trazendo assim uma melhor manutenção das atividades industriais. (BURSZTYN, 2008)

A modificação da estrutura fundiária e da estrutura produtiva no meio rural reduziria as emigrações para as capitais, reduzindo o desemprego nas mesmas. As ações da SUDENE não conseguiram surtir efeitos sobre a região por dois motivos. As medidas realmente adotadas pela instituição foram insignificantes perante a complexidade social, econômica e cultural do flagelo da seca no Nordeste. O segundo motivo era a questão do poder. Para o Estado era muito arriscado alterar todo um processo de entendimento entre o poder central e o poder local. A centralização das políticas públicas do poder central aconteceu no início da década de 1970. A SUDENE é então desmobilizada devido a sua “ineficiência” frente à seca.

Novas políticas públicas como o programa de Integração Nacional – PIN e o Programa de redistribuição de terras no Nordeste – Proterra, buscaram elevar a produção primária na região mas evitou-se mexer na estrutura fundiária do Nordeste, devido a manutenção das relações de poder central / local (BURSZTYN, 2008, p.47-50).

O PIN visava alocar o excedente de mão de obra do nordeste na Amazônia, dando subsídios ao trabalho rural. Outros programas como o Programa de Desenvolvimento Racional da Irrigação – PDRIS, o Polo Nordeste e o Projeto sertanejo foram desenvolvidos pelo Estado. Estes não visavam como salientou Bursztyn (2008), “transferir o problema e a solução para outra região”. A lógica utilizada seria então parecida com a utilização dos pólos de crescimento dentro do Nordeste, de Perroux e Boudeville. Tais pólos abasteceriam o setor industrial do país com alimentos baratos, ao mesmo tempo servindo de mercado consumidor para bens manufaturados do Sudeste, sem mexer, no entanto na estrutura agrícola da região (BURSZTYN, 2008).

Observa-se ainda nos estudos de Bursztyn (2008), o empoderamento, a transformação e até a extinção de políticas públicas devido às relações de poder. Ainda na década de 1980, a autoridade ativa do Estado continua a manter o poder central. O centro desse poder, no entanto, foi modificado gradualmente de intervencionista para neoliberal. O país na década em questão passou por um período de transição de um regime autoritário para uma redemocratização.

A conjuntura internacional durante as décadas e 1970 e 1980 foi alterada com os processos de liberalização nos países desenvolvidos. Tais processos criaram novas regulamentações que desburocratizaram (desregulamentaram) principalmente os fluxos financeiros, produtivos e comerciais. Nos anos 1990 tais processos foram realizados nos países periféricos como o Brasil, sustentados no receituário do consenso econômico neoliberal de Washington (SANTOS 2011).

A globalização econômica é sustentada pelo consenso econômico neoliberal cujas três principais inovações institucionais: restrições drásticas á regulação estatal da economia; novos direitos de propriedade internacional para investidores estrangeiros, inventores e criadores de inovações susceptíveis de serem objecto de propriedade intelectual; subordinação dos Estados nacionais às agências multilaterais tais como o Banco Mundial, o Fundo Monetário Internacional – FMI e a Organização Mundial do Comércio (SANTOS, 2011, p.31).

O receituário neoliberal é bem mais severo nos países periféricos onde existiam duas categorias criadas por Santos (2011, p.31): “modo jaula de ferro: aplicação com extremo rigor e modo jaula de borracha; aplicação com alguma flexibilidade”. Como exemplo da primeira

categoria tem o Brasil, onde o receituário foi seguido à risca. Na segunda temos países asiáticos como Índia e Malásia que aplicaram de forma seletiva a receita neoliberal. Tal lógica acabou influenciando também na formulação de políticas públicas. As relações econômicas e sociais no Nordeste do Brasil, antes pautadas no paternalismo e no clientelismo das oligarquias regionais (BURSZTYN, 2008), perderam espaço gradativamente para políticas públicas que possuem ideologias neoliberais, ou seja, visam à promoção do mercado de uma forma disfarçada.

A política pública possui na sua formulação o intuito de ser socialmente e economicamente benéfica, mas a última das características é enfatizada ficando a população num segundo plano de ação. Outro fator característico da política pública pós década de 1980 é a continuidade das relações entre o poder central e o poder local na execução das políticas públicas, mas agora interagindo com os interesses neoliberais.

Os instrumentos que asseguram a interdependência entre o Estado e o poder local na fase atual de intensificação da ação planejada não são diferentes dos que têm sido historicamente. O nível econômico continua sendo fundamental nessa relação. Assim como no passado, o Estado preserva seu caráter centralizador no que diz respeito ao sistema fiscal. E, por meio dos mecanismos de redistribuição dos fundos públicos, o sistema político local pode ser “controlado” pelo governo central, que se assegura, dessa forma, da fidelidade e da obediência dos coronéis, a quem interessa sempre estar do lado da “situação” (BURSZTYN, 2008, p.54).

Os coronéis atualmente sofreram o que Bursztyn (2008, p.55) chamou de “seleção natural” imposta pela modernização do capitalismo na região. Tal fato deveu-se ao planejamento do Estado em nível nacional impor de forma vertical políticas públicas com características econômicas neoliberais. Os coronéis então se adaptaram às novas imposições do poder central. A modernização imposta nas políticas públicas faz com que novas classes de coronéis apareçam no espaço de relações entre o poder central e o poder local: os coronéis empresários, como no caso do estado do Ceará em meados da década de 1985 com a dinastia Jereissati assumindo o poder em 1986 (CHACON, 2007).

Na realidade o poder central apenas mudou de lugar, das oligarquias agrícolas para as classes empresariais. As características das relações de poder entre o Estado e o Local permanecem inalteradas. O paternalismo do Estado ao poder local e deste para com a população; o clientelismo, agora adaptado às políticas públicas sociais como o programa bolsa família; as políticas públicas ainda alteradas na sua execução pelos interesses do poder local, entre outras características que permanecem e que, apenas se adaptam, para manter o caráter complementar entre o poder central e o poder local.

3.6 Considerações gerais sobre as relações de poder

As relações de poder influenciam dentro de todo o contexto de interiorização do desenvolvimento e nos seus instrumentos, as políticas públicas. Nas políticas públicas, pode direcionar as mesmas ou até represá-las dependendo do interesse da classe dominante. O poder seja ele nas classificações de Weber, Galbraith, Bourdieu, Bobbio ou Bursztyn, estão se interrelacionando, não somente dentro de cada teoria especificamente, mas entre teorias e suas respectivas disciplinas científicas.

O campo de poder é então um campo interdisciplinar complexo. As relações de poder permeiam todo o processo de interiorização do desenvolvimento influenciando na criação, execução e resultados das políticas públicas. O poder tem o papel de transformar um arcabouço estatal feito sob alguma influência simbólica dominante em algo que, ao mesmo tempo sirva como instrumento de dominação do poder central e que mantenha a hegemonia regional do poder local.

O grande entrave que o poder traz para as políticas públicas é a deturpação das suas características, para favorecer uma pequena, mas poderosa classe social, em detrimento da grande maioria da população. Dessa forma a interiorização do desenvolvimento pode não chegar ao seu destino final, a sociedade, tornando muitas vezes as políticas públicas ineficientes, não na sua concepção, mas na sua ação e resultados juntamente aos atores receptores das mesmas.

O poder consegue ainda fortalecer os interesses econômicos e relegar a um segundo plano as dimensões ambiental, social, cultural, espacial e institucional e política. Assim sendo, políticas públicas que poderiam ser efetivas nestas dimensões são modificadas ou até inviabilizadas pelo poder. Tal fato pode acontecer no seu berço, ou seja, até dentro do poder central, empresa ou organização da sociedade civil, ou na sua execução, onde o poder local é participante e assim consegue impor os seus interesses.

A política pública serve então como instrumento de transmissão do poder, seja local ou central e ao mesmo tempo cria novas relações de poder quando novas políticas públicas são concebidas e posteriormente executadas em âmbito local de acordo com a conjuntura daquele período histórico. Tais contextos serão apresentados no próximo capítulo através da evolução das políticas públicas.

4 POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL E OS PLANOS PLURIANUAIS

“A luta pelo poder e por recursos entre grupos sociais é o cerne da formulação de políticas públicas. Essa luta é mediada por instituições políticas e econômicas que levam as políticas públicas para certa direção e privilegiam alguns grupos em detrimento de outros”.

(Celina Souza)

O capítulo que se segue, possui a seguinte estrutura: inicialmente faz-se uma breve introdução sobre as desigualdades regionais do Brasil e suas origens. Num segundo momento foi abordada a passagem de políticas econômicas para políticas territoriais e regionais no âmbito nacional. Realizou-se então uma apresentação dos planos econômicos e plurianuais e da política nacional de desenvolvimento regional da União, onde foram apresentados os planos plurianuais e sua necessária correlação com o desenvolvimento territorial e regional. Por fim são expostos os contextos dos planos plurianuais analisados dentro da perspectiva do Estado do Ceará e da região do Cariri onde são demonstrados que os gastos e investimentos públicos estão voltados para os interesses industriais e para os interesses políticos e não para o desenvolvimento regional sustentável.

4.1 As origens das desigualdades regionais no Brasil.

As desigualdades regionais e conseqüentemente sociais do Brasil estão intrinsecamente relacionadas à formação socioeconômica do país e a lógica colonialista, exploratória, excludente e arbitrária dos países considerados na atualidade desenvolvidos. Desde a descoberta do país até a atualidade, a dominação vem se modificando e adaptando a realidade nacional às necessidades das metrópoles coloniais e atualmente neocoloniais.

As práticas exploratórias de Portugal foram extremamente nocivas ao Brasil nas diversas dimensões do desenvolvimento ambiental, cultural, econômico, social, espacial, dentre outras. Ao explorar o Brasil em todos os seus recursos possíveis, a preocupação da metrópole foi apenas em extrair o máximo de riquezas do seu território no novo mundo, em detrimento de povoar, produzir internamente, acumular e criar mecanismos de desenvolvimento para uma parte integrante da nação portuguesa. Exemplo oposto a tal forma de colonização está no processo colonial dos Estados Unidos da América que, diferente do brasileiro se deu nos moldes de povoamento territorial (FURTADO, 1998).

Não existindo metais preciosos como ouro e prata no novo território português, a solução de início foi o extrativismo vegetal do pau-brasil, o que devastou considerável parcela da mata atlântica logo no período colonial. Além disso, tal processo facilitou o extermínio e a aculturação dos indígenas, elevando com essas ações, a riqueza lusitana. Ao se esgotar o extrativismo, um modelo agroexportador foi adotado na colônia. Inicialmente a produção do açúcar, posteriormente a mineração e finalmente a produção do café, gerando também produções complementares como o charque, ou ainda produções com menores demandas internacionais como a seringa e produtos tropicais, e ainda ciclos, como o dos currais, que ajudaram a povoar o interior do Nordeste (VASCONCELLOS, 2009).

Tal modelo gerou gradativamente a deterioração dos termos de troca, e assim a dependência econômica do Brasil nos seus diversos períodos históricos: Colônia, Império e República, em relação aos países centrais. Dentro desse contexto produtivo o Brasil foi alterando sua dinâmica econômica e assim seus territórios. Na produção de açúcar, o Nordeste do país possuía a maior concentração produtiva devido aos aspectos geomorfológicos e climáticos da região, propícia à produção desse bem primário.

Ao se esgotar tal produção, devido ao aumento da concorrência externa, iniciou-se o breve, mas intenso ciclo da mineração que modificou o centro dinâmico da economia para a região sudeste do país. Este deslocamento acabou por se manter, com o esgotamento da mineração, devido à falta de tecnologia para extração mais profunda nas jazidas e também com a entrada da cultura do café como nova fonte de renda para o Brasil. Esta cultura ao se esgotar devido a queda brusca na demanda por café originada da crise produtiva Norte americana que acabou gerando a crise financeira de 1929 e assim atingiu o principal mercado consumidor de café do Brasil: a Europa (VASCONCELLOS, 2009)

Tal crise forçou o governo republicano a buscar renda no consumo ainda incipiente do nosso mercado interno, começando o que Tavares (1973) denominou de processo de substituição de importações, quando o país teve que dinamizar o seu processo de industrialização. De início num processo fechado, ou seja, voltado para o mercado interno, e posteriormente por etapas, seguindo os estrangulamentos de mercado (VASCONCELLOS, 2009).

Para Barros (2011), existem diversas hipóteses para as desigualdades regionais, baseadas nas diferenças no capital humano, no clima e geografia, no capital social, no papel das amenidades e nas instituições. Mas todas elas são incompletas. Na prática foram e são partes complementares da hipótese estruturalista de Furtado, que defende que a concentração

industrial se deu na Região Sudeste, elevando ali o investimento industrial, pois a mesma já possuía mercado para estes produtos.

A renda do café também estava concentrada em São Paulo e assim, com o declínio desse produto devido à vulnerabilidade externa elevada do país, apenas migrou do setor agroexportador para o setor industrial, nascido no início do século XIX com a irradiação de renda da economia cafeeira para este setor ainda em um período de certa estabilidade e subsídios do Estado. Dentro desse contexto, ocorreram as migrações da zona rural para urbana assim como as migrações de renda e de fatores de produção interregionais, concentrando a maioria destes na região Sudeste do país em detrimento do Nordeste do país, por este não possuir mercado suficiente para os produtos industrializados do Sudeste ficando a este último a lógica então ultrapassada do mercado agroexportador (FURTADO, 1998).

Tal situação que perdurou até a década de 1960, onde a região Nordeste assim como posteriormente as regiões Norte, Centro Oeste e extremo Sul foram alvos de políticas públicas industrializantes (CANO, 1984). Tais políticas facilitaram a industrialização das demais regiões com relativo atraso, mas as desigualdades regionais, oriundas não somente da hipótese estrutural de Furtado, mas também da não valorização dos aspectos ambientais, sociais, espaciais e culturais de cada região ainda permanecem na atualidade levando-se a considerar não somente o aspecto econômico, mas principalmente o social e o cultural das regiões para a redução das desigualdades regionais. Dessa forma faz-se necessária também a participação democrática local nos âmbitos regionais, tanto na esfera federativa como nas unidades da federação e também nas regiões e territórios destas.

4.2 De políticas econômicas para políticas de desenvolvimento territorial e regional

As políticas econômicas adotadas no país a partir de meados da década de 1950 como o plano de metas do governo Juscelino Kubitschek - JK foram basicamente direcionados aos âmbitos produtivos e assim aos aspectos econômicos do país. Ao seguir essa lógica os governos posteriores a JK, democráticos ou não, foram industrializando todas as regiões de forma desproporcional utilizando critérios econômicos como o fortalecimento das indústrias e dos bens intermediários como o aço, o ferro, o cimento, os derivados de petróleo, os minerais, etc. (GIAMBIAGI, 2005). Exemplo disso foi o segundo plano nacional de desenvolvimento – II PND onde se observou uma desconcentração regional das indústrias em especial para o Nordeste devido esta região possuir matérias primas para estes bens (CANO, 2002).

Assim continuaram-se as políticas econômicas de crescimento disfarçadas pelo sinônimo “desenvolvimento” durante a década dos choques do petróleo (1970) e suas respectivas mudanças no mundo capitalista repassando para a década perdida (1980). Nesse período a instabilidade social e econômica da nação, tanto interna como externamente, facilitou o aumento das desigualdades sociais e regionais, como a precarização da educação, saúde, infraestrutura, entre outros, o que fortificou ainda mais os mecanismos de hegemonia do “Norte” do país – a região Sudeste, sobre as do “Sul” do Brasil principalmente as regiões Nordeste e Norte do país, mas também grande parte do Centro Oeste e Sul.

Na década perdida observa-se com clareza a hegemonia das epistemologias do Norte, ou seja, ideologias de dominação sociais, políticas e econômicas onde existe uma pequena parte da sociedade concentrando renda e conhecimento em detrimento de uma grande parcela excluída e subjugada. Nesse sentido as epistemologias do Sul nascem do sofrimento dessas classes dominadas, assim como sua ação para modificar o paradigma dominante. Parte dessa ação é a participação social e local da sociedade (SANTOS 2010).

A década de 1990 foi marcada pela expansão do processo de globalização. Este processo é um propagador das idéias neoliberais e capitalistas (epistemologias do Norte) que dominam a realidade de países periféricos e semiperiféricos. A globalização nesse período avançou consideravelmente devido a 3ª revolução da informação e da comunicação, que elevou a velocidade das informações e facilitou a interação comercial, produtiva, financeira e principalmente cultural e social do mundo.

Dentro desse contexto dinâmico de transferência de informação a década de 2000 é marcada por uma valorização do regional ou do local em confronto ou em harmonia com o global como forma de combater o caráter excludente e concentrador desse processo que reafirma implicitamente a hegemonia das epistemologias do Norte. Dentro da lógica de Bursztyn (2008) da complementaridade entre o poder local e o poder central, o Estado Brasileiro regulamentou em 1998 os planos plurianuais de ação – PPA’s, onde um dos principais objetivos, ainda elaborados desde 1995, é a redução das desigualdades regionais. Esta foi promovida pelas políticas públicas com ênfase no crescimento econômico em detrimento da sociedade e assim da cultura, espaços e territórios acontecidos no processo histórico do país e agravados ainda mais pelos processos de globalização (BARROS, 2011).

As políticas econômicas agora caminham paralelas com políticas de desenvolvimento regional, pelo menos na teoria; ou deveriam andar de forma complementar e fortalecendo as identidades regionais, melhorando espaços, valorizando a cultura e incentivando a participação local. No entanto observa-se a prevalência dos interesses políticos de

determinados locais e de seus grupos, em detrimento de territórios e regiões e dessa forma perpetuando a lógica concentradora e excludente das políticas econômicas do início do século XX, que viam o social como parte complementar da economia e não como causa desta existir.

A diferença é que, ao serem regulamentados por lei (nº2829/98) os PPA's deveriam servir para redução das desigualdades regionais, não somente na esfera federal, mas em estados e municípios. O confronto dos planos com os interesses políticos que concentram os recursos em locais ou setores sociais e produtivos favorecem as classes dominantes locais, excluindo cada vez mais a grande parcela da população brasileira.

4.3 Os planos plurianuais e a política nacional de desenvolvimento regional

4.3.1 Os três primeiros planos plurianuais

Com a constituição de 1988 os governos federais, estaduais e municipais passaram a ter a obrigatoriedade de apresentar suas metas de governo na forma de planos plurianuais quadrienais. Dessa forma, segundo Matos (2002), "... o presidente da república deve encaminhar ao congresso nacional, até 31 de agosto, suas metas de governo para serem aplicadas do período que vai do segundo ano da gestão ao primeiro do governo seguinte".

Mas a regulamentação dos planos plurianuais de ação só foi realmente efetivada em 1998 com o decreto Lei nº2829. Assim, antes desse período, os governos Collor (1990-1992), Franco (1993-1994) e Cardoso (1995-1998) realizaram seus PPA's, mas suas ações divergiam da grande parte do texto constitucional, ficando os planos correlacionados a orçamentos plurianuais de investimentos – OPI (CARGNIN, 2008).

Este foi o caso do primeiro PPA ainda no governo Collor que basicamente se tornou um OPI ampliado devido sua enorme improvisação ao ser criado somente para cumprir exigências constitucionais. O governo Franco apenas reconfigurou o texto do PPA do governo Collor que havia saído por impeachment, mas o congresso não votou a proposta sendo este apenas adaptado às exigências do plano Real como a reforma fiscal e orçamentária (Plano de ação imediata, limitação do fundo social de emergência, etc.). O primeiro plano foi ineficaz e acabou fazendo parte do relatório "O retrato do desperdício no Brasil" da comissão temporária de obras inacabadas do Senado Federal. Garcia (2000) utilizando dados desse relatório expõe a ineficiência do PPA somente no que se refere à infraestrutura conforme tabela 1. Cerca de R\$15 bilhões foram utilizados em obras paralisadas por falta de gestão e planejamento no primeiro PPA. O segundo PPA chamado de "Brasil em ação" compreendeu

o período 1996-1999 e buscava apresentar além das metas para o quadriênio: metas fiscais, metas de crescimento e elevação do consumo; metas externas, buscava apresentar uma série de reformas no aparelho do Estado: as reformas estruturais; a redução os desequilíbrios espaciais e sociais; a desregulamentação da economia; a abertura comercial; a modernização produtiva; entre outros. Observa-se que parte dessa reformas está em conformidade com o receituário do Consenso neoliberal de Washington, principalmente nas reformas econômicas e financeiras (CARGNIN, 2008).

Tabela 1 - Obras Inacabadas – Com referência ao período de exercício do 1º PPA (1991-1995)

Período	Quantidade	%
Iniciadas e paralisadas antes de 1990	107	5,4
Iniciadas antes de 1990 e paralisadas até novembro de 1995	222	11,3
Iniciadas e paralisadas entre 1990 e novembro de 1995	1643	83,3
Total	1972	100

Fonte: Garcia (2000).

Este plano buscou utilizar 33% dos recursos (públicos e privados) em infraestrutura e 67% em políticas sociais. Na prática o plano não ultrapassou a dimensão econômica já que boa parte dos recursos destinados a área social foram para sanar déficits na previdência social. Dessa maneira o 2º PPA se tornou um OPI expandido sem ações importantes no âmbito social e cultural.

Avança Brasil foi à designação utilizada para o terceiro PPA do Brasil referente ao período 2000-2003. Criado durante a crise cambial de 1999, este Plano se diferencia dos demais por sua melhor estruturação de fontes de financiamento, parcerias público privada, interação do governo federal, estados e municípios. Esse PPA teve como meta principal manter a estabilização monetária adquirida com o plano real. Em grande parte este PPA se assemelhou aos anteriores por se preocupar excessivamente com o âmbito econômico, mas se diferenciou ao utilizar a gestão empreendedora como forma de participação decisória e ao criar o Grupo de estudo interministerial, que facilitou um maior planejamento das decisões do Estado (CARGNIN, 2008).

Durante a formação e realização dos três primeiros PPA's observou-se a não interação entre governantes, comissões técnicas superiores, parlamentares, universidade e partidos políticos. Assim existiu um comprometimento das metas dos planos de estratégia pública, pois os criadores, participantes e colaboradores apesar de representarem a população ou

trabalharem teoricamente em prol da mesma viam de maneira diversa o uso desse instrumento de poder público e dessa forma a sociedade não teve seus interesses defendidos dentro desses documentos.

4.3.2 Os Planos plurianuais e o desenvolvimento regional e territorial

O esgotamento do modelo de “desenvolvimento” brasileiro adotado até os anos 1980, juntamente com as novas reconfigurações e regulamentações econômicas e conseqüentemente sociais impostas pelos países dominantes através de instrumentos como o consenso de Washington para garantir os avanços do processo de globalização e assim suas exclusões, fazem com que os PPA's a partir de 2003 contenham planejamentos relativos à redução das desigualdades regionais e sociais para facilitar a inserção das epistemologias do Norte no interior dos países como exemplo o Brasil.

O segundo PPA (1996-1999) já havia noções de desenvolvimento regional através das lógicas expostas referentes aos eixos nacionais de integração e desenvolvimento e estas se perpetuaram para o quarto PPA (2004-2007). Referente ao segundo PPA (1996-1999) e ao quarto (2003-2007) Cargnin (pg. 12, 2007) afirma que:

Estes estudos apresentaram avanços com a introdução de uma visão integrada do desenvolvimento, a valorização dos fluxos entre regiões, a tomada do território como unidade de planejamento, a integração de problemas multissetoriais e a hierarquização de projetos, a introdução da temática das áreas deprimidas, arranjos produtivos locais e da integração sul-americana. Por outro lado, demonstraram uma fragilidade em aspectos como a falta de investimentos sociais, a falta de diálogo entre o governo federal e os governos estaduais e a sociedade civil, propostas de intervenções somente em escala macrorregional e desconsideração da rede de cidades.

O PPA (2004-2007) possui três mega objetivos. O primeiro propõe a inclusão social e a redução das desigualdades sociais. O terceiro propõe a promoção e expansão da cidadania e fortalecimento da democracia. No segundo encontra-se o crescimento com geração de trabalho, emprego e renda ambientalmente sustentáveis e redutores das desigualdades sociais. Dentro desse megaobjetivo a questão regional e territorial é destacada:

Reduzir as desigualdades regionais e intra-regionais com integração das múltiplas escalas espaciais (nacional, macro-regional, sub-regional e local), valorizando as identidades e diversidades culturais e estimulando a participação da sociedade no desenvolvimento local (BRASIL, 2003, p.4).

Partindo desse objetivo o Ministério da Integração Nacional criou a Política Nacional de Desenvolvimento regional – PNDR em 2004 com o duplo propósito de reduzir as

desigualdades regionais e ativar os potenciais das regiões brasileiras. O Estudo dos Eixos Nacionais de Integração e desenvolvimento e o Ministério da Integração Nacional criado em 1999, mostrou a relevância que o Estado estava dando às políticas públicas de dimensão territorial. Os Estudos sobre a integração territorial fez um retorno do tema ao planejamento estatal, ao Ministério coube executar tais políticas e estratégias de integração entre a região central do país e as regiões periféricas (BANDEIRA, 2007, p.192).

O Ministério da Integração Nacional executa atualmente diversas políticas públicas referentes aos territórios. Dentre elas podemos citar: o Programa de Desenvolvimento Integrado e Sustentável de Mesorregiões Diferenciadas, a Política Nacional de Ordenamento Territorial (PNOT) e a Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR). Quanto à forma de execução Oliveira (pg.34, 2011) afirma que:

A Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR) dispõe de duas vertentes importantes do ponto de vista de sua execução: a coordenação territorializada das políticas federais setoriais e sua orientação para o aumento da intensidade da participação e descentralização na concepção e gestão de seus instrumentos. Colocada a vontade política como elemento basilar das duas vertentes, a primeira delas cumpre-se por meio de um processo de gestão qualificado que persiga a implantação de uma estratégia de convencimento dos parceiros a respeito da vantagem da coordenação territorializada em termos nacionais, o que importa em racionalização e sinergia na gestão do investimento público. Já a segunda busca colocar em prática os elementos de convergência entre o modelo federativo adotado pelo Estado brasileiro e a PNDR, de modo a promover o desenvolvimento em favor de todos.

Observa-se na prática, que a vontade política é a base da PNDR. Dessa forma a gestão e distribuição dos recursos dependem da vontade de políticos, muitas vezes com opiniões e interesses distintos da real necessidade dos territórios e regiões nacionais, comprometendo assim a execução da PNDR e seus benefícios para as regiões mais desfavorecidas e atrasadas do Brasil.

O Plano Plurianual 2008-2011 é, juntamente com os estudos dos eixos nacionais de integração e o Ministério da Integração nacional, considerado um marco nas políticas públicas de desenvolvimento do território. “O estudo encomendado aproximou a discussão ao âmbito em que efetivamente são elaboradas e executadas as políticas públicas, rediscutindo as escalas de regionalização e incentivando novamente a construção de uma visão estratégica para o país vinculada com o território” (CARGNIN, 2008, p.9).

No PPA 2008-2011 a dimensão territorial foi incorporada como elemento definidor do desenvolvimento, levando também em consideração a redução das desigualdades com sustentabilidade; a integração nacional e sulamericana; a valorização da identidade cultural, o fortalecimento dos potenciais e capacidades regionais; a preocupação ambiental; entre outros.

Mas, apesar do PPA 2008-2011 ser bem estruturado, a PNDR consolidada como política nacional desde 2007 foi mais efetiva que o PPA 2008-2011 o que afirmou Cargnin, (2008, pg.17):

Dentre as inovações, destacam-se a adoção de múltiplas escalas geográficas que oferecem diversas possibilidades de intervenção, um estudo detalhado da distribuição das cadeias produtivas, a consideração das cidades como um recorte relevante para o desenvolvimento de programas e ações e a inclusão de análises prospectiva. A proposta de regionalização utiliza a territorialidade como elemento de materialização de um projeto de desenvolvimento nacional e de promoção do desenvolvimento local a partir de uma visão endógena, destacando o papel público de mediação e pactuação, materializado em múltiplas escalas.

Tal constatação deve-se a não incorporação de nenhum dos avanços propostos no Estudo do Projeto de Lei do Plano Plurianual 2008-2011. A redução das desigualdades regionais foi substituída pelo crescimento econômico e a promoção da inclusão social. No Plano de Aceleração do Crescimento (PAC) e no Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), o a dimensão territorial e a valorização do território foram apenas citadas. O PPA 2008-2011 não inovou em relação à regionalização, apesar de ter um estudo detalhado sobre territórios e sobre eixos de integração. A regionalização dos programas e ações no PPA 2008-2011 se utiliza da antiga e regulamentada divisão em cinco regiões brasileiras tradicionais.

O PPA 2008-2011 se constitui no subterfúgio tradicional de apenas atender ao dispositivo formal de regionalização do Plano, não representado efetiva regionalização. A metodologia, que acompanha o Projeto de Lei, também não apresenta a intenção ou a forma de incorporar o detalhado estudo realizado, restando como perspectiva a elaboração de cadernos dissociados do Projeto de Lei e das revisões anuais do plano (CARGNIN, 2008, p.17).

4.3.3 O Plano plurianual Participativo do Estado do Ceará e o Plano Plurianual da macrorregião Cariri/Centro-Sul

Os planos de desenvolvimento no Nordeste e conseqüentemente no Ceará começaram a ser criados com o aparecimento da Superintendência de Desenvolvimento para o Nordeste – SUDENE que baseadas nas teorias de Furtado e da CEPAL criaram mecanismos de financiamento como o 34/18 (mecanismo de incentivo fiscal) na tentativa de expandir e regionalizar os processos de industrialização. No aspecto econômico a região deixou gradativamente de ser uma região baseada na produção de bens primários e passou a se inserir no processo industrializante dos modelos desenvolvimentistas do século XX. Tal processo foi impulsionado pelas políticas de desconcentração regional do II Plano Nacional de Desenvolvimento – II PND na década de 1970 que, na busca de elevar a industrialização do

país primou pela produção de bens intermediários como produtos petroquímicos (Bahia), Sal (Alagoas), metalurgia e siderurgia no Maranhão, confecção (Ceará), entre outros (VASCONCELLOS, 2009).

No Estado do Ceará as políticas de desenvolvimento acompanharam o mesmo estratagema das políticas em nível nacional: deram primazia ao processo de industrialização. Ainda na década de 1960 o governo de Virgílio Távora (1963-1966) lançou o plano de metas do governo visando à elevação da atividade industrial e o incentivo ao investimento privado do Sul do país no Estado. Os planos que o sucederam (Plano de Ação Integrada do Governo - 1967 a 1971; Plano de governo do Estado do Ceará - 1971 a 1975; Plano de Desenvolvimento do Estado do Ceará - 1975 a 1979; II Plano de Metas Governamentais - 1979 a 1983; Plano Estadual de Desenvolvimento - 1983 a 1987) (CHACON, 2007).

Segundo Roque (2009, p.69) “apenas replicaram a lógica dominante das oligarquias tradicionais do Ceará que apesar de apoiar o desenvolvimento industrial concentraram este no litoral do Estado ficando o interior relegado aos chamados currais eleitorais onde a perpetuação da pobreza, ignorância e falta de políticas públicas mantiveram os “coronéis” e o clientelismo desses no poder durante este período”. Na gestão Jereissati (1987-1990) o Estado do Ceará regulariza a dívida interna pública através de reformas fiscais que reestruturam as contas públicas cearenses e ao mesmo tempo dinamizaram os processos de industrialização e o setor de serviços (CHACON, 2007).

No governo Ciro Gomes (1991-1994) o Estado já possuía uma relativa estabilidade econômica. Ainda nessa gestão aconteceu uma maior interiorização da indústria, diversificação produtiva e incentivo à captação de recursos externos. Na segunda e a terceira gestão Jereissati utilizou-se do Plano de Desenvolvimento Sustentável que segundo Souza (2009), tinha como objetivos principais a proteção ambiental; o reordenamento espacial; capacitação da mão de obra e a conseqüente geração de emprego; o desenvolvimento sustentável da economia e da cultura e a expansão na ciência, tecnologia e inovação.

Assim como os anteriores estes planos primavam pela interiorização do desenvolvimento, mas todos eles não possuíram efetividade, devido o complicado jogo de interesses locais, ou seja, dos grupos municipais e as reais necessidades regionais. Na gestão Alcântara (2003-2006) o PPA do Estado do Ceará (2004-2007) deixou de ser voltado para as macrorregiões e voltou a ser orientado por eixos onde políticas setoriais deveriam ser aplicadas. Dentre os principais eixos de abrangências de tais políticas estavam: o Ceará empreendedor (uma miscigenação de políticas para o crescimento, produção e pouco empreendedorismo); o Ceará vida melhor (segurança, educação, saúde, cultura, abordadas

num mesmo eixo); o Ceará Integração que tratou especificamente do aspecto regional e o Ceará Estado a serviço do cidadão, uma busca na reorganização das secretarias de administração, fazenda e controladoria (CEARÁ, 2010).

Observou-se ainda, no período da gestão Alcântara, que o PPA do Estado apesar de não ser dividido em macrorregiões continuou se utilizando das mesmas ações dos planos das gestões anteriores, mas de forma centralizada no governo estadual não se modificando em termos de ações dos outros PPA e até gerando certo retrocesso com relação à regionalização das ações estaduais.

Foi a partir do PPA de 2008-2011 (na gestão Cid Gomes) que o Estado do Ceará tornou o aspecto teórico do plano regionalizado dividindo o Estado em oito macrorregiões: 1 – macrorregião RMF, 2 - macrorregião litoral oeste, 3 - macrorregião Sobral – Ibiapaba, 4 - macrorregião sertão dos Inhamuns, 5 - macrorregião Sertão central, 6 - macrorregião Baturité, 7 - macrorregião litoral leste- Jaguaribe e 8 - macrorregião Cariri-Centro sul (CEARÁ, 2008). A lógica adotada para a divisão seguiu a mesma do PPA do mesmo período do Brasil.

Observa-se com base nos dados da tabela 2 a mesma ênfase dada nos planos anteriores aos processos industrializantes em detrimento da valorização dos territórios e das regiões onde aproximadamente 9,93% dos gastos em todos os setores do PPA 2008-2011 foram destinados ao complexo industrial e portuário do Pecém enquanto o desenvolvimento regional integrado assim como o desenvolvimento territorial sustentável e o combate à pobreza rural tiveram aproximadamente o mesmo percentual de investimentos 0,08%.

A macrorregião do Cariri/Centro Sul, como a sua denominação deixa clara, aglomera duas regiões do Estado do Ceará. Ambas possuem características distintas enquanto seus aspectos climáticos, econômicos, sociais, culturais e espaciais. Tal fato por si só denota a dificuldade dessa Unidade federativa de estabelecer planos de ações que realmente possam ser eficientes nos aspectos regionais e territoriais dessas regiões do Ceará.

Na região do Cariri o PPA 2008-2011 reproduziu a lógica dos interesses políticos do estado do Ceará, fato este demonstrado na tabela 3 com percentuais de investimentos quase que irrisórios para as questões territoriais e regionais e nenhum investimento durante o período em turismo e em programas de desenvolvimento do mesmo na região do Cariri. O PPA 2008-2011 do Estado do Ceará foi adaptado de acordo com interesse políticos e não com a real necessidade de regionalização do desenvolvimento. Observa-se, por exemplo, o gasto de R\$ 107.207.747,00 no período em rodovias e em obras específicas como açudes em duas localidades que totalizaram R\$ 49.482.087,00 segundo dados da SEPLAG-CE (2012).

Os planos plurianuais do Estado do Ceará assim como de qualquer outra unidade federativa do país e da própria União observam os territórios e a regionalização como forma teórica de cumprir a Constituição de 1988 e suas determinações quanto ao desenvolvimento e interiorização deste no país.

Tabela 2 – Demonstrativo consolidado por programas e ações – PPA do Estado do Ceará (2008-2011)

<i>Descrição</i>	<i>2008-2011 (R\$)</i>	<i>%</i>
Total de gastos do Estado do Ceará no período	5.742.458.812,00	100
Complexo industrial e portuário do Pecém	570.370.000,00	9,93
Desenvolvendo o empreendedorismo e o artesanato	24.200.000,00	0,42
Desenvolvimento regional integrado	4.808.092,00	0,08
Desenvolvimento sustentável dos recursos hídricos	7.050.660,00	0,12
Desenvolvimento territorial sustentável e combate à pobreza rural	4.800.000,00	0,08
Marketing turístico	7.010.019,00	0,12
Memória cultural	5.109.600,00	0,09
Programa de desenvolvimento turístico	4.100.000,00	0,07
Programa de incentivo as artes e culturas do Ceará	20.043.176,00	0,35

Fonte: SEPLAG (2012). Elaboração própria.

Tabela 3 – Demonstrativo consolidado por programas e ações – PPA da Macrorregião Cariri/Centro-Sul (2008-2011)

<i>Descrição</i>	<i>2008-2011 (R\$)</i>	<i>%</i>
Total de gastos do Estado do Ceará na macrorregião no período	1.380.289.946,00	100
Desenvolvendo o empreendedorismo e o artesanato	10.032.700,00	0,73
Desenvolvimento regional integrado	8.500.000,00	0,01
Desenvolvimento sustentável dos recursos hídricos		0,00
Desenvolvimento territorial sustentável e combate à pobreza rural	19.747.196,00	1,43
Marketing turístico		0,00
Memória cultural	424.800,00	0,03
Programa de desenvolvimento turístico		0,00
Programa de incentivo as artes e culturas do Ceará	4.248.000,00	0,31

Fonte: SEPLAG (2012). Elaboração própria.

Na prática, observa-se que os interesses políticos e privados se sobrepõem aos interesses regionais e dos territórios. Estes últimos em constantes modificações, devido o próprio processo de globalização que dinamiza processos sociais e por consequência, econômicos.

4.4 Considerações gerais sobre as políticas públicas para o desenvolvimento regional e os planos plurianuais

O Cariri possui outras potencialidades regionais que poderiam através de políticas públicas, inclusive dos PPA's, atingir a população e gerar benefícios para a mesma, através da valorização da cultura, da educação e do turismo, da agricultura (familiar), do comércio, do consumo consciente, da preservação dos ecossistemas naturais e urbanos, das migrações turísticas e religiosas como forma intercultural de propagar o saber do povo caririense, entre outras potencialidades tão interrelacionadas que se confundem enquanto causas e consequências do pertencimento à região do Cariri.

Ao se traçar todo um histórico das políticas públicas relativas ao planejamento, chegou-se a constatação que, em diferentes períodos, dentro de diferentes contextos, como a preocupação com o regional e em alguns casos com a sustentabilidade como em planos do estado do Ceará, a ênfase de tais planos acabam sendo desviada para o planejamento econômico. Assim os instrumentos de dominação tanto numa esfera macro (Poder central) assim como numa esfera micro (poder local) ainda possuem a prevalência do econômico na determinação das suas relações de poder. É dada importância excessiva aos aspectos econômicos em detrimento das demais dimensões.

No Cariri, mais especificamente na sua área de maior dinamismo econômico, Crato/Juazeiro/Barbalha, as políticas públicas voltadas para o desenvolvimento encontram obstáculos e o poder local como fator limitante e mantenedor de toda a lógica economicista das classes dominantes, sejam elas relacionadas ao poder central ou relacionadas ao poder local da região. Tais relações serão apresentadas no capítulo seguinte.

5 ANÁLISE DOS PROGRAMAS E AÇÕES DO PLANO PLURIANUAL PARTICIPATIVO DO ESTADO DO CEARÁ PARA O CARIRI DENTRO DA REGIÃO DO CRAJUBAR E SUAS RELAÇÕES COM A SUSTENTABILIDADE E O PODER.

“Tal é o homem, tal é o seu discurso”.

(CÍCERO)

O presente capítulo traz os resultados da pesquisa. É apresentada inicialmente a metodologia utilizada na pesquisa bibliográfica e de campo. Em uma segunda seção deste capítulo foi exposto o marco conceitual do PPP 2008-2011 do estado Ceará, onde foi dado um enfoque específico em educação superior, turismo e agricultura. Foram apresentados então os dados sobre educação, turismo e agricultura do referido PPA disponibilizados pelo estado Ceará que foram comparados as análises do conteúdo das entrevistas realizadas com os atores das três cidades chegando assim a comprovar a hipótese inicial.

5.1 Considerações sobre a metodologia da pesquisa

Nesta seção foram apresentados o lócus da pesquisa, o período da pesquisa, os métodos e técnicas de pesquisa e os instrumentos e procedimentos de coleta de dados.

5.1.1 Lócus da pesquisa: entendendo o território do Crajubar

A localização da pesquisa está situada no Cariri cearense. Este possui uma área de 6.342,3 km² correspondendo aos municípios de Abaiara, Altaneira, Araripe, Aurora, Barbalha, Barro, Brejo Santo, Campos Sales, Caririáçu, Crato, Jardim, Jati, Juazeiro do Norte, Mauriti, Milagres, Missão Velha, Penaforte, Potengi, Porteiras, Salitre e Santana do Cariri (IBGE, 2010).

Dentro da região do Cariri existe atualmente uma nova divisão espacial e regional, com a criação da Região Metropolitana do Cariri – RMC (Figura 1) que é composta por Crato, Juazeiro do Norte, Barbalha, Missão Velha, Farias Brito, Santana do Cariri, Nova Olinda, Jardim e Caririáçu. Esta engloba a conurbação das cidades Crato, Juazeiro do Norte e Barbalha: seu centro dinâmico econômico. Para delimitar o objeto de estudo, foi escolhido então dentro da RMC este centro, que popularmente é conhecido no Cariri como Crajubar.

O território do Crajubar possui uma complexa diversidade sócio-cultural, geográfica, histórica e econômica. O Crajubar atualmente destaca-se como o quarto maior nível de

atividade econômica do país. Tal resultado é fruto não somente de políticas públicas do



Figura 1 – Mapa da Região Metropolitana do Cariri - RMC

Fonte: IBGE, IPECE (2009)

Estado do Ceará e da União, mas também, desta complexa relação entre todas as suas dimensões que impulsionou o crescimento da Região do Cariri. Mas este crescimento econômico toma uma proporção pequena e se relega a um segundo plano quando comparado às riquezas naturais, sociais, históricas e culturais deste território. Além disso, o Crajubar possui também características diferenciadas relativas à ecologia, clima e hidrografia. Assim, região caririense possui características inerentes a sua condição natural e também adquiriu especificidades que a diferenciam do ambiente sertanejo.

Por possuir potenciais naturais (recursos hídricos, minerais, de clima e solo) a região possui um histórico produtivo diversificado indo da agricultura familiar, agropecuária orgânica à agroindústria de cana-de-açúcar. Atualmente o Crajubar também apresenta áreas de fruticultura irrigada (banana, mamão, manga, uva, pinha, acerola, graviola, coco e outras) e grãos. No setor pecuário, a região tem predominância da criação de gado bovino como a própria região Nordeste, mas se destaca também em avicultura e ovinocaprinocultura. O terceiro maior pólo calçadista do Brasil encontra-se em Juazeiro do Norte, exportando seus calçados para Europa, Ásia e América. Possui também indústrias de produtos derivados do

couro, metalurgia e ourivesaria. Juazeiro do Norte é atualmente a cidade de maior dinamismo econômico da região. Localizada a 565 km da capital Fortaleza, com área é de 248.558 km², possui uma altitude média de 350 metros e uma população de 242.139 habitantes (IBGE, 2010). É a principal cidade da região devido a sua dinâmica comercial, facilitada pelas grandes migrações populares religiosas em torno da figura do padre Cícero e pela geografia peculiar da região, que favorece o deslocamento de outros estados para o local, assim como atrai as mais diversas formas de produção e de indivíduos.

5.1.2 Delimitação e recorte para a realização da pesquisa

A delimitação geográfica da pesquisa, observada na figura 1, está relacionada com parte dos municípios que atualmente compõem a Região Metropolitana do Cariri: Crato, Juazeiro do Norte e Barbalha. Tal recorte não tem por objetivo estudar o comportamento da metrópole ou o fenômeno da metropolização, mas este foi escolhido devido o maior dinamismo socioeconômico e a própria formação histórica correlacionada dos três municípios. Cada cidade possui as suas peculiaridades. A delimitação da pesquisa em áreas específicas dentro de cada uma partiu da observação de características que se destacam ou se destacaram em cada uma delas.

Como o objetivo principal da pesquisa foi analisar como acontece o processo de interiorização do desenvolvimento nas dimensões da sustentabilidade no Crajubar, através do plano plurianual participativo do estado do Ceará para o Cariri, alguns recortes foram necessários para se chegar ao resultado. O primeiro deles está no recorte dos programas dentro do PPA do Cariri.

O primeiro foi a educação superior, visto que o processo educacional é fundamental para desenvolver uma região pois propaga conhecimento e tecnologias. Dessa forma, outro recorte apareceu: a educação superior na Universidade Regional do Cariri – URCA com sede na cidade de Crato. Todo o processo histórico educacional da cidade influenciou nessa decisão visto que, a educação superior no Cariri dentro do PPA do Ceará para a região está representada pela URCA.

A questão da religiosidade de Juazeiro do Norte fez com que o segundo objeto de pesquisa fosse delimitado, ou seja, o turismo. Mais especificamente o turismo religioso, que através da Romarias, movimentam a economia local, dinamiza os fluxos migratórios para a região e que também está contemplado no PPA. Assim sendo o segundo recorte teve como base a lógica da formação econômica da região, onde um aspecto de grande relevância é o

turismo religioso que se dá na cidade de Juazeiro do Norte, através do fenômeno das romarias, fundamental para o desenvolvimento econômico da região no passado e atualmente, movimentando a economia regional juntamente com outros fenômenos. Dessa forma outro recorte foi definido: o turismo contemplado no PPA para o Cariri, mais especificamente o turismo religioso em Juazeiro do Norte.

O terceiro recorte possui relação com uma das bases de sustentação do desenvolvimento: a agricultura. Os processos históricos do Cariri foram essencialmente agrícolas como no restante do país. Na região começaram pelas cidades de Crato e Barbalha, com a cultura da cana de açúcar. A cidade de Barbalha possui uma memória histórica sempre enfatizada pelo estado, inclusive na concepção da Região Metropolitana do Cariri. Mas tal memória está intrinsecamente ligada à questão agrária através principalmente da cana de açúcar e da fruticultura. Nesse sentido a delimitação da pesquisa nessa cidade foi justamente o desenvolvimento agrário. A economia canavieira nessa cidade desenvolveu-se bastante e ajudou no crescimento da mesma através da produção e distribuição de rapadura para todo o Nordeste. O interesse pelo processo histórico da cana de açúcar e a curiosidade em se estudar o comportamento atual da agricultura de Barbalha foi então o terceiro recorte, que, assim como os outros dois é contemplado com um programa de desenvolvimento agropecuário no PPA para o Cariri. Dessa forma foram analisados esses três aspectos do PPA para o Cariri com o intuito de entender como acontece o processo de interiorização do desenvolvimento através das dimensões da sustentabilidade no Crajubar.

5.1.3 Métodos e técnicas utilizados na pesquisa

Nessa subseção foi apresentada a abordagem metodológica da pesquisa, as técnicas de pesquisa utilizadas e como foi realizada a análise das informações coletadas na pesquisa de campo.

5.1.3.1 Abordagem metodológica da pesquisa

A dissertação possui uma abordagem qualitativa com base em análises descritivas e explicativas. Empreendeu-se uma revisão bibliográfica onde foram utilizados livros, artigos, publicações e documentos oficiais sobre o assunto, principalmente um estudo sobre desenvolvimentos econômico, desenvolvimento regional, desenvolvimento sustentável,

relações de poder e os Planos Plurianuais da União e do estado do Ceará. Utilizou-se dados secundários coletados em documentos oficiais, publicações sobre o assunto, instituições e órgãos governamentais como o Ministério da Integração Nacional – MI e a Secretaria de Planejamento e Gestão do Estado do Ceará – SEPLAG. Os dados desse último órgão foram selecionados de acordo com os critérios de importância das informações para a pesquisa nos demonstrativos consolidados dos planos plurianuais do Estado no período 2008-2011. Num segundo momento foram realizadas pesquisas de campo nas três cidades escolhidas e os respectivos objetos delimitados nas mesmas.

5.1.3.2 Técnicas de pesquisa

A técnica de pesquisa utilizada foi a Observação direta intensiva. Esta segundo Lakatos (2008, p.192): “é realizada através de duas técnicas: observação e entrevista. Na pesquisa que resultou nessa dissertação foram utilizadas as duas técnicas. “A observação é uma técnica de coleta de dados para conseguir informações e utiliza os sentidos na obtenção de determinados aspectos da realidade. “Não consiste apenas em ver e ouvir, mas também em examinar fatos ou fenômenos que se desejam estudar” (LAKATOS, 2008, p.192). O tipo de observação utilizada foi a assistemática. Essa técnica de pesquisa também é chamada de não estruturada, ou seja, o conhecimento é obtido através de uma experiência casual, sem a determinação dos aspectos relevantes ou os meios de observação.

Segundo Lakatos (2008, p.197):

A entrevista é um encontro entre duas pessoas, a fim de que uma delas obtenha informações a respeito de determinado assunto, mediante uma conversação de natureza profissional. É um procedimento utilizado na investigação social, para a coleta de dados ou para ajudar no diagnóstico ou tratamento de um problema social.

O tipo de entrevista utilizado foi a semi estruturada e focalizada. Esta se caracteriza por aumentar a liberdade do entrevistador. Este pode desenvolver cada situação e dirigir a entrevista para onde achar mais adequada dentro dos objetivos e delimitações encontradas em um roteiro de perguntas norteadoras para a pesquisa. As perguntas são abertas, mas existe um roteiro de tópicos relativos ao problema. Não se obedece a uma estrutura formal. O entrevistador e o entrevistado possuem uma maior interação. Após a coleta das entrevistas junto aos atores, as mesmas foram transcritas e organizadas de modo a estarem em conformidade para uso textual.

Os entrevistados foram avisados que suas entrevistas seriam posteriormente utilizadas na pesquisa em questão. Todos eles assinaram termos de autorização e consentimento de uso das entrevistas. Alguns autorizaram o uso dos seus nomes, como foi o caso dos romeiros de Juazeiro do Norte e dos agricultores de Barbalha. Os atores dos governos municipais de Juazeiro do Norte e de Barbalha, assim como servidores públicos e alunos da URCA, pediram para terem suas identidades resguardadas, o que não prejudicou o andamento da pesquisa.

No período agosto a novembro de 2013 foi realizada a pesquisa de campo. As entrevistas na Universidade Regional do Cariri ficaram para o início de novembro, coincidindo com o período em que eclodiu a greve dos estudantes, servidores e professores da instituição. As entrevistas dos entrevistados de Barbalha aconteceram em setembro, pois a estiagem já havia afetado o meio rural e conseqüentemente seus habitantes. Outra parte aconteceu na própria Secretaria de Desenvolvimento Agrário do município de Barbalha no mês de novembro.

No mês de outubro aconteceu parte das entrevistas junto a representantes da secretaria de turismo do município, da Igreja católica e dos romeiros. No mês mencionado as entrevistas foram realizadas no centro de apoio aos romeiros, nas praças da cidade e nas instituições relacionadas à pesquisa. A outra parte das entrevistas aconteceu na igreja de São Francisco ligada a ordem dos franciscanos localizada na cidade de Juazeiro do Norte no bairro de mesmo nome, por ocasião da principal romaria da cidade, a romaria de finados (dia 02 de novembro). Nesse período aconteceram também as entrevistas no Horto, onde está localizada a estátua do Padre Cícero. Nessa ocasião foram entrevistados romeiros, habitantes e o pároco da localidade.

5.1.3.3 Análise de conteúdo das entrevistas coletas no campo da pesquisa

No início do século XX com os estudos psicológicos do Behaviorismo, nasceu a análise de conteúdo. Tal escola da Psicologia buscava inicialmente estudar os padrões comportamentais de forma rigorosa e científica primando pelos ditames positivistas. Assim a análise de conteúdo também possuiu de início muitas características dessa escola, incluindo suas características objetivas, sistemáticas e quantitativas. Posteriormente a análise de conteúdo passou a ser também utilizada nas pesquisas qualitativas, onde a valorização do conteúdo das mensagens ou discursos se tornava superior à quantificação de expressões repetidas que podiam facilitar a mensuração do comportamento ao longo de determinado texto (GOMES, 2012).

Atualmente a análise de conteúdo pode ser utilizada tanto em pesquisas de abordagem quantitativa como em pesquisas de abordagem qualitativa. É considerada uma técnica híbrida e mediadora entre os tipos de métodos utilizados nas pesquisas (BAUER, 2002). Não é o caso da pesquisa em questão. Esta pesquisa possui abordagem predominantemente qualitativa, como se pode observar nas técnicas e instrumentos de pesquisa: pesquisa bibliográfica, observação direta intensiva, esta composta por observação assistemática e entrevistas semi estruturadas e concluindo com a análise do conteúdo das entrevistas coletadas.

A análise de conteúdo possui a característica de apresentar o que está por trás dos conteúdos manifestos, pois consegue levar o pesquisador a enxergar além das aparências da comunicação (GOMES, 2012). O uso da análise de conteúdo nessa pesquisa possui tal objetivo, ou seja, através da análise dos conteúdos das entrevistas, tendo como balizador da análise as teorias estudadas e apresentadas no referencial teórico, se chegar além da comunicação aparente e através dela comprovar a hipótese da pesquisa. Pode-se observar mais claramente como se define atualmente análise de conteúdo e qual a sua utilidade através da perspectiva de Minayo (2006, p.307):

Os pesquisadores que buscam a compreensão dos significados no contexto da fala, em geral, negam, criticam, a análise de frequências das falas e palavras como critério de objetividade e cientificidade e tentam ultrapassar o alcance meramente descritivo da mensagem, para atingir mediante inferência, uma interpretação mais profunda.

Existem diversas maneiras e de se analisar conteúdos: análise de avaliação ou análise representacional, análise de expressão, análise de enunciação e análise temática. A análise de avaliação busca analisar as atitudes do locutor (comportamento), a linguagem e a opinião (expressão verbal) frente ao objeto pesquisado. A análise de expressão busca a relação entre o discurso e as características do locutor e de seu meio.

Na análise de enunciação, utilizada em entrevistas, a comunicação é vista como um processo. A fala é um discurso, assim podem ser analisadas a lógica da organização do discurso, as estruturas gramaticais e as figuras de retórica da comunicação. Considera cada entrevista como um estudo em si mesmo, ou existindo várias entrevistas o estudo será a composição das análises dessas entrevistas. A análise temática se constitui de um tema como objeto central de análise, sendo representado ou por uma palavra, ou por uma frase ou por um resumo. A frequência da aparição do tema dentro da comunicação irá influenciar na pesquisa (BARDIN, 1979).

Nas entrevistas analisadas nessa pesquisa foi utilizada a análise de avaliação através de atitudes e expressões verbais diante de perguntas específicas. A análise de expressão também foi utilizada na pesquisa devido às entrevistas serem semi estruturadas e assim facilitarem o acesso do entrevistador a conhecer traços pessoais do entrevistado, facilitando assim a análise do discurso em relação ao ator e o meio onde este interage e vive. A análise de enunciação foi a mais utilizada, visto que era apropriada para a análise de informações coletas nas entrevistas da pesquisa, mas, além de analisar a retórica e a organização do discurso, foram também utilizadas diversas vezes às análises de avaliação e expressão em conjunto com a análise de enunciação para relacionar o discurso com as teorias apresentadas e estudadas como referências na pesquisa.

5.2 Sobre o Plano Plurianual Participativo do estado do Ceará

O governo do Ceará intitula o seu PPA de plano de ação participativo. Dessa forma buscou a participação das variadas camadas sociais através de seus representantes. Observa-se a discrepância entre o que foi solicitado e o que foi realmente consolidado. Tal fato está diretamente correlacionado com a divergência entre interesses políticos e individuais e o desenvolvimento territorial e local. A busca por uma identidade ou a manutenção de um significado regional facilitaria todo esse processo de regionalização que acaba por esbarrar na política, nas ações e nas metas de instituições financeiras nacionais e regionais que, apesar de possuírem linhas para as mais diversas classes sociais e produtivas também acabam sofrendo influência política e centralizando ou concentrando os recursos nas mãos de poucos.

A concepção do PPA 2008-2011 para o Cariri / Centro-Sul partiu do lema “um novo jeito de fazer” por parte do governo cearense. “O importante não é apenas fazer mais, e sim, mais e melhor, superando as desigualdades entre pessoas e regiões, tendo como lema governar para todos. Isso significa construir juntos com participação social, cooperação e parcerias, ações inovadoras, negociações e busca de consensos” (CEARÁ, 2008).

Tal plano partiu de uma série de princípios. Dentre eles destacam-se: visão estruturante de longo prazo, participação popular, enfoque regional, gestão por resultados, integração de políticas e programas e cooperação e parcerias. Tal plano se estruturou em três estratégias norteadoras que, segundo Ceará (2008), resgatou compromissos firmados em campanha eleitoral: Economia para uma Vida Melhor; Sociedade Justa e Solidária; Gestão Ética, Eficiente e Participativa. No âmbito econômico o governo tentou se harmonizar com as

diretrizes do governo federal criando um seminário em parceria com o Banco Mundial sobre o crescimento do Ceará e seus fatores impulsionadores e limitadores.

Box 3 – Princípios norteadores do PPA participativo do estado do Ceará 2008-2011

- **Visão estruturante de longo prazo** – constitui-se na definição de um cenário de futuro para o Ceará, construído a partir de desafios para alcançar o desenvolvimento com maior equidade social e regional, na perspectiva de duas décadas; representa um projeto com estratégias pactuadas entre governo e sociedade.

- **Participação popular** – compreende a ampliação dos espaços de interlocução e acesso dos diversos segmentos da sociedade às instâncias de tomada de decisões, no âmbito do poder estadual. Trata-se de dialogar com colegiados regionais fóruns ou conselhos setoriais e temáticos, na perspectiva de convergências no compartilhamento de idéias e compromissos, buscando a construção de consensos. Pretende-se que a participação seja permanente em todo o ciclo de gestão do PPA e dos orçamentos anuais como instrumento de interação Estado e o cidadão, para aperfeiçoamento das políticas públicas;

- **Enfoque Regional** – Descentralização das ações do governo para melhorar a oferta e gestão dos serviços públicos e estimular o desenvolvimento territorial, buscando a interiorização e a distribuição equitativa da renda e riqueza entre as pessoas e regiões.

Gestão por Resultados - Pautada no compromisso de alcançar resultados que melhorem a condição de vida da população. Esses resultados serão medidos com indicadores que, por sua vez, orientam a organização dos programas e ações bem como a alocação dos recursos.

- **Integração de políticas e programas** - Visa otimizar os resultados mediante a articulação e sinergia entre as diversas áreas de atuação do governo, tendo como foco o público-alvo nos diversos territórios cearenses.

- **Cooperação e Parcerias** - Compreende o compartilhamento de responsabilidades no financiamento e gestão dos investimentos, envolvendo contratualização entre as esferas de governo e organizações da sociedade.

Fonte: Ceará (2008)

Num segundo momento o governo criou um fórum para o direcionamento estratégico com a participação de lideranças políticas, empresariais, governamentais e não-governamentais e da sociedade em geral, chamado de Fórum Ceará – Idéias para um Futuro Melhor (CEARÁ, 2008). No quesito participação o governo seguiu a seguinte estratégia:

Dando continuidade ao processo de elaboração do Plano Plurianual, o Governo realizou uma ampla consulta à sociedade, cumprindo quatro etapas: a primeira para sensibilizar os atores regionais a participar do processo de elaboração do PPA; a segunda, com o objetivo de ouvir a sociedade sobre seus temas críticos - problemas e potencialidades -, bem como para obter propostas de ação regional; a terceira, para eleger as propostas prioritárias; e, a quarta, para apresentar a versão preliminar do

Plano Plurianual e indicar sugestões que possibilitem delinear um Sistema de Gestão Participativa com enfoque regional (CEARÁ, 2008, p.14).

O processo participativo consistiu-se inicialmente em reuniões de sensibilização ao PPA, com delegados dos municípios. Após as reuniões aconteceram treze oficinas regionais de trabalho, onde foram selecionadas diversas propostas regionais para posteriormente serem escolhidas as mais prioritárias. Aconteceram trabalhos no âmbito administrativo para a escolha das ações e após tais decisões aconteceram oito oficinas para repassar para a sociedade as diretrizes a serem tomadas. Assim, aconteceu a quarta etapa da participação social : o Fórum Estadual do PPA Participativo e Regionalizado.

Observa-se então que do período de 17 de abril de a 27 de julho de 2007, as decisões sobre as ações do PPA em escala regional foram formuladas, discutidas e expostas à sociedade contemplando todas as macrorregiões do Ceará. O grande questionamento a tal proposta de participação social está justamente no pouco tempo em que aconteceu, sem a devida veiculação e sem um critério de representatividade. Ao se eleger num primeiro momento os delegados regionais e estes não possuem um critério seletivo, nota-se que o estado do Ceará enquanto poder central se utilizou de práticas paternalistas e assim, o PPA participativo tornou-se um plano com interesses regionalizados de acordo com os interesses do poder local, ou seja, os que apoiavam o governo naquele momento. Já os eixos da política de governo, orientados pelas promessas de campanha do governo, focam a economia, a sociedade e a gestão. Na tabela 4, pode-se observar a quantidade de participantes por região.

“Economia para uma Vida Melhor” no Estado, busca o crescimento econômico ancorado no avanço do setor industrial, na promoção do turismo sustentável, na modernização do comércio e dos serviços e na sustentabilidade do meio rural pelo fortalecimento da agricultura familiar. O avanço proposto para a economia exige inovações que a área da Educação Superior, Ciência e Tecnologia irá priorizar. Ao mesmo tempo, esse avanço requererá investimentos em infra-estrutura de transporte, comunicação e hídrica, bem como o fortalecimento do setor energético (CEARÁ, 2008, p.17).

O crescimento econômico é novamente enaltecido pelo Estado. O crescimento industrial é a âncora do estado do Ceará. As dimensões do turismo, do comércio, do meio rural, da educação e de todas as outras, segundo o estado do Ceará é alcançado através da expansão industrial e ao mesmo tempo, estas dimensões para o estado são apenas complementares à economia.

A visão de interiorização do desenvolvimento no Estado passa necessariamente pelo fortalecimento das aptidões regionais, com uma estruturação mais equilibrada da rede urbana. Nessa política de assegurar o desenvolvimento regional e urbano do Estado, a expansão da oferta de saneamento básico, inclusive nos pequenos e médios centros urbanos será prioridade. Por sua vez, a melhoria das condições de

habitabilidade para as populações de baixa renda, integra-se às estratégias de redução da exclusão social” (CEARÁ, 2008, p.33).

Tabela 04 - Número de representantes regionais nos eventos do PPA 2008-2011

Macrorregiões	Total participantes da 1ª oficina	Total participantes da 2ª oficina	Delegados eleitos para Forum do PPA	Total de participantes do Forum PPA
Total	1.880	928	294	
RMF	230	117	42	32
Litoral Oeste	219	98	37	31
Sobral/Ibiapaba	216	172	37	28
Sertão dos Inhamuns	226	116	29	22
Sertão Central	279	107	32	27
Baturité	115	69	26	20
Litoral Leste/Jaguaribe	267	83	41	36
Cariri/Centro Sul	328	166	50	44

Fonte: CEARÁ (2008)

Observa-se que atrelada à questão industrial está a questão urbana. Foram priorizados os processos urbanos, e dessa forma os recursos do PPA se concentraram novamente na Região Metropolitana de Fortaleza. A questão agropecuária fica como um caráter secundário, o que distancia cada vez mais a parca concepção do PPA através da participação social dos eixos do mesmo. No segundo eixo chamado de “Sociedade justa e solidária” o foco, segundo CEARÁ (2008), é a educação básica, a educação superior profissionalizante, a saúde, a segurança, a redução da pobreza, a cultura e o esporte. Gestão ética, eficiente e participativa é o último eixo estruturante do PPA, consistindo basicamente, na transparência nas ações, elaboração de um código de ética para o servidor público, a modernização do setor público, entre outras.

5.3 O Plano Plurianual participativo e suas metas segundo o governo do estado do Ceará

Seguindo a delimitação do tema e também da pesquisa, esta seção tem por objetivo apresentar os dados formais disponibilizados pelo governo do estado do Ceará.

5.3.1 O turismo

No Cariri cearense a demanda por programas de incentivo ao turismo é histórica. Até mesmo o turismo de massa (o capitalista) foi pouco incentivado na região. Observa-se tal fato na tabela do Capítulo anterior onde os gastos consolidados em desenvolvimento do turismo

assim como com o marketing do mesmo não existem no PPA 2008-2011 na macrorregião Cariri/Centro Sul.

Sob o ponto de vista territorial e regional a macrorregião Cariri/Centro sul também possui restrições. Se forem observados os aspectos climáticos, geológicos, culturais e principalmente sociais as duas regiões possuem suas próprias identidades e características específicas. Exemplo dessa diferença regional está na religiosidade. As políticas de incentivo à manutenção da cultura e conseqüentemente para as grandes migrações de romeiros que periodicamente acontecem na região do Cariri se distanciam da fé da região do Centro Sul.

Nessa região a religiosidade é presente devido a todo o processo de interiorização do Nordeste ser feito principalmente por missões assim como no Cariri, mas não possui a força religiosa e econômica da fé no Padre Cícero, um bem simbólico, segundo Araújo (2005). Outros fatores como, por exemplo, os recursos hídricos são distintos nessas regiões. As tradições religiosas também não tiveram a atenção devida nos planos plurianuais participativos. O Estado do Ceará não possui políticas específicas para as romarias de Juazeiro do Norte. Nota-se ainda que as mesmas afetam diretamente as sociedades das outras cidades vizinhas (Crato e Barbalha) pois os fluxos de visitantes se expandem cada vez mais nessas direções. Políticas públicas para melhoria de infraestrutura para o turismo religioso de Juazeiro do Norte são necessárias. Especialmente para melhoria e educação no trânsito, não somente dos romeiros, mas principalmente da população local e regional.

O abastecimento de água e esgotos precisa ser ampliado. Não há por parte do estado do Ceará apoio ao Romeiro em especial no que concerne à saúde, informação; entre outros aspectos. O turismo religioso de Juazeiro do Norte é um fenômeno complexo. Ajudou e ajuda a povoar o Cariri, mantém a memória cultural do Cariri sempre viva, criou e cria mecanismos de manutenção do poder simbólico da Igreja e ao mesmo tempo incrementa economicamente a região do Cariri.

Quadro 1 – Metas estaduais 2012 e 2013-2015 para o Turismo no Cariri

Programa	Meta estadual	2012	2013-2015
Construção e Desenvolvimento do Destino Turístico “Ceará”	Realizar 1.200 eventos de negócios	30	170

Fonte: CEARÁ (2012)

Nota-se pela forma como está exposta a ação relacionada à turismo, a falta de perspectiva do governo do estado em relação ao turismo do Cariri e em especial, de Juazeiro do Norte. Neste caso observa-se também a autoridade omissa de Bursztyn (2008). O governo

do estado, não vê a necessidade de políticas públicas de turismo para a região e o deixa sob a responsabilidade do município e da Igreja. Ao deixar de intervir, o estado do Ceará, agora como poder central, se omite de suas obrigações com transporte, infraestrutura, saúde, segurança e ao mesmo tempo reduz seus gastos com turismo no interior, reforçando o mesmo no litoral do estado. O poder local, municipal e o da Igreja, conseguem então se fortalecer através da omissão do governo estadual.

Box 4 – A romaria de finados

No último dia da Romaria de Finados em Juazeiro no Norte, no sul do Ceará, cerca de 600 mil romeiros de todos os lugares do país foram à Capela do Socorro para rezar pelos mortos e prestar devoção ao Padre Cícero e à Mãe das Dores. "Já contei umas quarenta viagens para cá, mas tem mais. Eu comecei a vir ainda pequena", conta a romeira Maria Olindina. "Eu tenho prazer de vir para o santo Juazeiro visitar o meu 'padim' e a Mãe das Dores. Aqui eu rezo para todo mundo", diz a romeira Marlene Alves Firmino.

O pátio da Capela do Socorro, onde está enterrado o corpo do Padre Cícero, fica pequeno para o grande número de fiéis católicos. No local onde foi enterrado o padre que é considerado santo pela multidão, muitas lágrimas, mas não de tristeza. "Eu tô com 45 anos que faço romaria, já estou cansada e tenho medo de não conseguir vir mais. A saudade do meu 'padim' já está grande", lamenta a romeira de Sergipe Lenice Barbosa.

"Quando eu comecei a vir, há 33 anos, eu trazia o meu filho pequeno. Hoje, foi ele quem me trouxe, ele quem me ajudou a estar aqui. É muita emoção participar dessa festa maravilhosa", diz a romeira Luzia Silva, que veio do Maranhão. E no final da Romaria de Finados, os devotos não esquecem do último ato: levar os objetos e lembranças compradas em Juazeiro do Norte para serem abençoados.

02/11/2013 15h04 G1 CE, com informações da TV Verdes Mares Cariri

5.3.2 A educação superior

No PPA 2008-2011 a educação superior encontra-se dentro do Eixo: economia para uma vida melhor. No PPA 2012-2015 (CEARÁ, 2012) esta se encontra no Eixo: sociedade justa e solidária. Observando o Quadro 01, referente a metas estaduais para educação superior no Cariri / Centro Sul, pode-se ter uma noção da abrangência que possui o PPA na educação superior do Cariri.

As ações dentro do PPA no seu programa Educação superior para o Cariri se limitam a seis ações de pouca relevância para a comunidade acadêmica. A primeira delas refere-se ao Planejamento estratégico da URCA, no caso já realizado. A segunda ação refere-se a elevar o número de matrículas. Observou-se que em termos numéricos, de 9.183 para 11.161, uma elevação de 1978 matrículas no triênio de 2013-2015, é uma meta fácil de cumprir, mesmo com a deficiência de docentes e servidores administrativos que essa instituição de ensino superior possui.

Quadro 2 – Metas estaduais 2012 e 2013-2015 para a educação superior no Cariri

Meta estadual	2012	2013-2015
Apoiar a implementação de um Plano Estratégico para cada Universidade Pública Estadual.	1	-
Ampliar de 9.183 para 11.161 o número de matrículas nos cursos de graduação da URCA.	9.642	11.161
Aumentar de 55 para 130 o número de matrículas nos cursos de pós-graduação stricto sensu.	48	82
Aumentar em 10% ao ano a produção científica na URCA.	35	105
Aumentar em 10% ao ano o número de pessoas atendidas com as ações de extensão.	3800	11400
Aumentar em 10% ao ano o número de projetos de extensão desenvolvidos pelo Geopark Araripe.	3	5

Fonte: CEARÁ (2011)

As ações relativas as elevações de matrículas nos cursos de pós-graduação, na área de pesquisa (produção científica) na área de extensão universitária e a extensão vinculada ao Geopark Araripe, são também metas leves para o governo cumprir e não conseguem suprir as reais necessidades da comunidade acadêmica.

Box 5 – A greve na URCA

Crato. Professores da Universidade Regional do Cariri (Urca) decidiram entrar em greve por tempo indeterminado na noite de ontem após assembleia realizada pela categoria no salão de atos da universidade, localizado no campus do Pimenta, neste município. Após duas horas de deliberações, 130 professores votaram pela deflagração da paralisação. Foram contabilizados 50 votos contrários e nove abstenções.

Um telão foi instalado no saguão externo do auditório para que alunos pudessem acompanhar as discussões. Os grevistas reivindicam as convocações e nomeações dos professores aprovados no último concurso, realização imediata de concurso público para o cargo de professor efetivo, regulamentação do Plano de Cargos, Carreira e Vencimentos, destinação orçamentária constitucional, na forma percentual das receitas tributárias, às universidades estaduais cearenses, equiparação salarial dos professores substitutos com os efetivos, política de assistência estudantil e, ainda, a realização de concurso para servidores técnico-administrativos.

“A base está bastante consciente de todas as reivindicações que foram apresentadas à reitoria da universidade. Desde a semana passada, quando o professorado havia aprovado o indicativo do estado de greve, nós já iniciávamos a abertura do canal de diálogo tanto à reitoria como para o próprio governo do estado” informa o professor Thiago Chagas Oliveira, que preside a Seção Sindical dos Docentes da Urca (Sindurca).

Publicado em 06/11/2013 - 13:45 por Roberto Crispim - Diário do Nordeste

5.3.3 A Agricultura

A agricultura é um ponto relevante no processo de desenvolvimento da região do Cariri. No processo de formação histórica da região, teve a função econômica de gerar renda e provimento. Desde o século XVIII no período de povoamento do Cariri até a atualidade, as atividades agropecuárias são importantes não somente para a economia regional, mas para a própria população como meio de resgatar e manter as tradicionais culturas do território caririense.

Existem quarenta e duas ações do estado do Ceará dentro do Programa desenvolvimento Agropecuário. Algumas delas atendem a pontos bem específicos como a apicultura e a caprinocultura. Outras são amplas quanto ao grau de abrangência. Foram então escolhidas uma parte de tais ações conforme o quadro 03 para posterior análise e confronto com os discursos sobre o assunto.

Ao se verificar algumas das ações do governo do estado do Ceará em relação ao desenvolvimento agropecuário, observa-se a coexistência de políticas públicas da esfera federal que são complementadas pelas ações contempladas no PPA. Exemplo disso está na relação complementar do PPA com o garantia safra, o Pronaf e a segurança alimentar, todas elas políticas públicas do poder central e que o estado do Ceará facilita o acesso.

Quadro 3 - Metas estaduais 2012 e 2013-2015 para o Desenvolvimento agropecuário no Cariri

Meta estadual	2012	2013-2015
Viabilizar 300.000 adesões de agricultores(as) ao Garantia Safra.	80.063	80.063
Atender a 239.057 agricultores(as) familiares nas cadeias produtivas agrícolas e não-agrícolas.	37.990	72.078
Atender a 159.356 agricultores(as) familiares na produção e comercialização de alimentos agroecológicos com vistas a garantir da segurança alimentar das famílias.	25.324	48.047
Atender a 82.127 agricultores(as) familiares nas microbacias assistidas, com tecnologias alternativas de convivência com o semiárido.	16.282	24.762
Atender a 94.000 agricultores(as) familiares no financiamento e proteção da produção agropecuária (PRONAF, PGPAF E SEAF).	14.000	20.000
Implantar 22.315 hectares com práticas agrícolas de convivência com o semiárido.	1.236	4.944
Beneficiar 17.151 famílias através da implantação das práticas agrícolas de convivência com o semiárido.	858	3.427
Atender a 34.560 agricultores(as) familiares no aproveitamento da infraestrutura hídrica existente para a produção irrigada.	6.030	10.420

Fonte: CEARÁ (2012).

Box 6 – Governo arremata usina de açúcar de Barbalha.

O Governo do Estado, por meio da Agência de Desenvolvimento do Estado do Ceará (Adece), arrematou a Usina de Açúcar Manoel Costa Filho, em Barbalha, em leilão judicial realizado ontem, no auditório da Caixa Econômica Federal, em Fortaleza. O presidente da Adece, Roberto Smith, participou do leilão onde deu o lance exato de R\$

5.4 Análise do conteúdo das entrevistas dos atores receptores e executores dos planos plurianuais no centro dinâmico da Região Metropolitana do Cariri: o CRAJUBAR

5.4.1 O turismo religioso em Juazeiro do Norte

Por turismo, entendem-se determinadas atividades realizadas por um indivíduo ou por um grupo de pessoas durante viagens, com o intuito de usufruir de alguma forma de lazer, negócios, cultura, natureza, entre outros. O ministério do turismo (BRASIL, 2007b), classifica os tipos de turismo de acordo com a sua segmentação. O turismo social, ecoturismo, turismo cultural, turismo de estudos e intercâmbio, turismo de esportes, turismo de pesca, turismo de saúde, entre outros.

O turismo religioso não é considerado uma segmentação principal do turismo para o ministério. Esta forma de turismo se enquadra dentro das atividades do turismo cultural que: “compreende as atividades turísticas relacionadas à vivência do conjunto de elementos significativos do patrimônio histórico e cultural e dos eventos culturais, valorizando e

promovendo os bens materiais e imateriais da cultura” (BRASIL, 2007b). No quesito valorização de bens materiais e imateriais da cultura inclui-se o fator religioso:

Ressalta-se que os deslocamentos para fins religiosos, místicos e esotéricos, e de visitação a determinados grupos étnicos (nos quais o atrativo principal é a identidade e modo de vida de cada um) e atrativos cívicos são aqui entendidos como recortes no âmbito do Turismo Cultural e podem constituir outros segmentos para fins específicos: turismo cívico, turismo religioso, turismo místico e esotérico e turismo étnico. (...) É preciso que se reconheça ainda a força geradora de postos de trabalho, emprego e renda que o Turismo Cultural impulsiona, dinamizando o setor de negócios e a economia (BRASIL, 2007, p.15).

Sobre o turismo religioso o ministério o conceitua como aquele que: “configura-se pelas atividades turísticas decorrentes da busca espiritual e da prática religiosa em espaços e eventos relacionados às religiões institucionalizadas, tais como as afro-brasileiras, espírita, protestantes, católica, as de origem oriental, compostas de doutrinas, hierarquias, estruturas, templos, rituais e sacerdócio” (BRASIL, 2007, p.16).

As atividades turísticas dentro desse contexto possuem as seguintes finalidades:

- Realização de peregrinações e romarias
- Participação em retiros espirituais
- Participação em festas e comemorações religiosas
- Contemplação de apresentações artísticas de caráter religioso
- Participação em eventos e celebrações relacionados à evangelização de fiéis
- Visitação a espaços e edificações religiosas (igrejas, templos, santuários, terreiros)
- Realização de itinerários e percursos de cunho religioso
- Outros

As Romarias se caracterizam então como uma finalidade da atividade turística religiosa. Tal definição dificulta a inserção desta forma de turismo nas políticas públicas da dimensão, principalmente as voltadas para investimentos e fomento ao turismo. Os roteiros da fé se caracterizam pela peregrinação e pela penitência. Grande parte dos romeiros que se dirigem a cidade de Juazeiro do Norte, principalmente no feriado de finados, com o intuito de visitar o túmulo do padre Cícero, vem como forma de penitência, promessa e agradecimento.

No relato de seu Crispiniano da Silva, agricultor aposentado de Petrolina – PE ao ser perguntado se existe uma estrutura no município para receber o romeiro, observa-se que a questão da penitência se sobressai:

Graças a Deus tem tudo pra andar aqui. Tem tudo, não faltou água esse ano. O povo recebe bem a gente e com prazer. Eu tenho a casa certa pra passar a noite.

Seu Miguel Antônio do Nascimento agricultor aposentado de Santa Maria da Boa Vista – PE relata que:

Sempre eu venho pagar promessa. Mas quando não venho pagar promessa, eu tenho o prazer de vir aqui, porque onde a gente passa, é bem recebido.

Ao ser indagado sobre a estrutura para recebê-lo o mesmo relatou que:

No rancho tem água, mas a gente compra p'rá beber, né? No rancho é tudo “controladim”. Na rua é mais perigoso, mas é saber por onde andar. Como a gente já sabe onde são as “coisa”, fica tudo mais tranqüilo.

Observa-se nos relatos de seu Crispiniano e seu Miguel, que os mesmos se dirigem a cidade de Juazeiro do Norte com o intuito de pagar promessa. A falta de segurança é uma realidade. O contingente policial no período de romarias não consegue atender ao intenso fluxo deromeiros, que no ano de 2013 segundo dados da SETUR-CE (2013), chegou a aproximadamente 600 mil pessoas, somente no feriado de finados.

A questão da infraestrutura para oromeiro é escassa, mas segundo o relato da dona Josefa Luiza Gonçalves, residente em Juazeiro do Norte, dona de casa:

Graças a Deus a falta d'água aqui no centro normalizou. Já tem uns mais de quatro anos, uns cinco a oito anos que graças a Deus não houve mais os problemas que aconteciam. Graças a Deus normalizou muito.

Quando abordada sobre a questão de segurança e se há violência dona Josefa relata o seguinte:

A falta de segurança, realmente anda muito pouca, principalmente proromeiro. Devido ter muita gente na cidade, é, sobre os policiais, os seguranças, se torna pouco, porque é gente demais pra eles “abastecer”. Em comparação: eles tem que dá uma segurança, o foco é aqui. Mas no grosso e tudo. Aí as vezes os bairros fica pouco assistido. A assistência é muito pouca, porque é poucos policiais, poucas viaturas.

Ao ser questionada se o governo do estado e o governo municipal apóia as romarias a mesma relatou que:

A gente vê que eles apóiam. Tem sempre uma parte que eles apóiam e outra parte pertence mais ao foco da Igreja. A Igreja tem a parte mais forte. A parte da prefeitura e do governo é manter esses guarda, era pra ter mais guarda ajudando mais e auxiliando oromeiro. Nessa parte eles falhou um pouco pois precisa de muita gente pra trabalhar numa época como essa, né? E a gente vê pouco guarda. Sem contar com as rua, que dá aqueles engarrafamento. O DEMUTRAN não consegue, é muito pouco pra ajudar nesses “engarrafamento”. Juazeiro precisa ainda muito despertar sobre a romaria de Juazeiro. Depende do prefeito, depende do bispo, depende dos padres, depende do governador. Isso aí, é pra eles darem as mãos e “laborar” um plano pra 2014, “anotano” as falha nisso e naquilo pra não repetir novamente.

Nota-se no relato da dona Josefa a preocupação com o bem-estar do romeiro e com a falta de infraestrutura básica para o mesmo. A mesma relata a necessidade de alianças entre o poder público e a Igreja no intuito de melhorar a estadia dos romeiros na cidade.

Tal fato notado pela entrevistada possui relação com o poder simbólico que a Igreja exerce sobre o romeiro e ao mesmo tempo com a autoridade omissa do estado do Ceará em relação à Igreja. Ao deixar de atender às necessidades básicas dos romeiros, por este ser penitente, o estado facilita o funcionamento e a manutenção do sistema simbólico de dominação da Igreja, que nas Romarias ainda faz o papel de provedora de segurança e conforto como relata dona Josefa Pereira, dona de casa, de Areia Branca – Sergipe:

Eu fui visitar uma igreja, que faz parte da igreja católica, Nossa Senhora Aparecida, ali. O padre tava numa reunião muito importante em outro lugar, em outro local. Mas quando o rapaz telefonou de lá da igreja, que tinha um ônibus de romeiro ali, ele “deixô” a reunião, pediu licença e saiu, foi atender a gente. Deu importância a gente. E deu aquela palavra de conforto a gente, palavra de ânimo, né? Isso foi muito importante.

Sobre a atuação do município e do governo do estado relativo ao apoio ao romeiro, seu José Nascimento Silva, autônomo, da cidade de Surubim – Pernambuco relata o seguinte:

Na verdade a gente não ver muito a participação do governo, nesse sentido não. A gente vê a cidade até bem abandonada. O governo não tem muita intenção de mostrar e divulgar os pontos turísticos de Juazeiro pros romeiros. As pessoas que já vieram pra cá, já sabem mais ou menos onde estão os pontos. Eu nunca vi alguém que a gente pudesse pedir informações, ou um lugar que tenha isso. Pode ser que tenha na secretaria de cultura, mas não tem um trabalho voltado para o romeiro não.

No relato do seu José, observa-se que o estado e o município se omitem das romarias. Não é intenção de o Estado fortalecer, ou dar estrutura a um movimento religioso que se autosustenta através da fé. Os investimentos por menores que sejam, bastam para os penitentes retornarem à Juazeiro do Norte, como afirmou seu José:

Você imagina essa cidade sem esse fluxo de romeiro. Mas a cidade não vê o romeiro como um turista, sabe? É como alguém que vem para fazer a sua penitência, então se ele tiver ou não tiver assistência, tudo bem. Não é aquele turista que vem “indinheirado” para gastar muito dinheiro. Mas eles não vêem a gente como turista, gente que vai gastar muito, mas eles sabem que graças ao romeiro é que a cidade se mantém, sabe? Por que eu vejo pessoas comprando uma infinidade coisa que a gente pode comprar isso lá. A gente vai pras fábricas de rapadura, comprar rapadura, e a rapadura que vende aqui é mais cara que a rapadura que vende lá. Então pra quê comprar aqui? Mas é o costume de comprar em Juazeiro. É chegar em casa e dizer: trouxe de Juazeiro.

A última parte do relato de seu José refere-se a como o romeiro ajudou no crescimento econômico de Juazeiro do Norte. Em torno da figura do padre Cícero, o comércio se adequou

às necessidades dos romeiros, prestando serviços e fornecendo bens de consumo não duráveis de baixo custo, não somente religiosos, mas principalmente tradicionais (ARAÚJO, 2005).

No âmbito do governo municipal, o secretário de turismo e romarias não pôde dar entrevistas, devido a diversos compromissos, delegando à turismóloga da secretaria a incumbência de fornecer a entrevista. A mesma, quando abordada sobre a participação da secretaria de turismo do município na concepção do plano plurianual participativo para o Cariri / Centro Sul 2012-2015 relatou o seguinte:

Não. Eu especificamente não. Quem pode ter levado as informações teria sido diretamente o prefeito. Mas aqui, o que eu posso dizer que eu participei como turismóloga é da criação do plano municipal plurianual. Do Plano estadual realmente a gente não teve acesso direto.

Dessa forma, a informação prestada pela turismóloga só vem expor a falta de preocupação do estado com as romarias e com os romeiros. Quando a mesma foi indagada quanto a existência de políticas públicas estaduais para o Cariri a mesma se pronunciou da seguinte forma:

A política que acaba se tornando mais acessível é a federal. Por que infelizmente a gente ainda não tá tendo tanto apoio por parte do estado para o desenvolvimento do turismo na região do Cariri. E acaba se tornando mais viável, algum edital que o ministério do turismo abre a gente tá participando e assim conseguindo alocar algum projeto.

A questão ambiental, natural e urbano foi abordada, no contexto de existir alguma ação junto ao romeiro para a preservação do ambiente e também ações de cima para baixo. A turismóloga, relatou o seguinte:

Isso aí parte da gente. Por exemplo, a gente vai requisitar ao ministério do turismo uma verba, pra construção de algum equipamento turístico, por exemplo, o centro de apoio ao turista, que a gente tá implantando, aí com certeza dentro do programa lá, que o ministério do turismo oferece, tem as cláusulas que dizem que a gente tem que trabalhar voltado para a preservação ambiental, tudo voltado para o sentido de manter a característica do lugar, como também a fauna e a flora.

Tal relato difere do que afirmou seu José: “tem romeiro que vem pra Juazeiro pra penitência. Ele é educado, respeita a cidade, não é sujo. Tem outros que vem só pra baderna, pra farra. Mas, mesmo que fosse educado, aqui, não tem lixeiro, não tem a preocupação com a natureza e nem com as ruas da cidade, o esgoto é a céu aberto em quase toda a cidade”.

Observa-se então que o mínimo de estrutura pública para o turismo, não está presente na infraestrutura da cidade de Juazeiro do Norte. O Centro de apoio ao romeiro, agora inaugurado, ainda possui estruturas mínimas de higiene. Mas não existe uma política ou ação estadual ou municipal para preservar o ambiente, ou ainda uma política pública que

conscientize os romeiros sobre tal fato. Quando indagada se existe alguma política pública em nível estadual que favoreça as romarias, a mesma respondeu que:

Não, não tem assim nada específico. Eu não posso te dizer, tem isso, o governo do estado faz isso, mas se a gente precisa de alguma coisa... só que a romaria é uma coisa consolidada, né? Não tem o que se questionar, já é um evento regional. Mas aí se a gente precisa de algum apoio, alguma estrutura... alguma coisa, volta pro governo do estado, com certeza eles vão apoiar”. Nada predeterminado não, só alguma coisa que a gente precisar na hora, a gente entra em contato.

Na fala da turismóloga, consegue-se visualizar, como a secretaria de turismo municipal enxerga as romarias. “... a romaria é uma coisa consolidada, né? Não tem o que se questionar, já é um evento regional”. A consolidação das romarias não se dá pela intervenção do município ou pelo apoio do mesmo ao fenômeno, mas pela renovação da fé dos romeiros na figura de Juazeiro do Norte como terra do padre Cícero.

Tal fato, no entanto, não justifica a omissão por parte do poder central (estado do Ceará) frente ao fenômeno, deixando o poder local (municipal e Igreja), se apropriar dos rendimentos da fé dos romeiros se oferecer condições mínimas estruturais e de salubridade.

O estado... (do Ceará) talvez esteja preocupado prioritariamente, com a questão do litoral, desenvolver o litoral, promover o litoral com mais intensidade do que a região do Cariri, ou dos outros sertões do Ceará. A gente notadamente percebe isso. Porque até nas propagandas de divulgação turística do estado, você percebe que, aparece assim de relance, uma imagem do padre Cícero, e o padre Cícero não é a única coisa que representa o Cariri. A gente sabe que tem muito mais conteúdo pra ser apresentado e a gente não percebe esse empenho do governo do estado, mas a gente não pode dizer que ele não participa. A gente tem muita coisa aqui que é o governo do estado. Sem ele a gente não estaria no pé que está. Não há um compromisso com o Cariri como a gente possa perceber com o litoral. Principalmente agora a questão da Copa, Fortaleza é a cidade sede, então eles estão voltados para uma questão específica. Não vou dizer que nós estamos de lado, mas assim, não é a prioridade do governo.

No relato da entrevistada, ficou claro a falta de interesse do estado do Ceará, com o turismo religioso, especificamente as romarias. O Cariri não é no momento prioridade do governo, visto que a Copa que se aproxima desvia os poucos recursos para a divulgação do turismo cearense somente para o litoral, excluindo assim o Cariri da rota do turismo. Mas tal fato aconteceria independente da Copa ter passagem pelo Ceará ou não.

A gente pode perceber que o turismo aqui no juazeiro, ele cresceu desordenadamente sem uma regulamentação. Por exemplo, a questão de ranchos, de hospedagem, a questão dos ambulantes. Tudo isso foi feito. Aconteceu sem uma regra, uma organização. E aí fica mais difícil pra prefeitura tentar organizar isso, porque a resistência é maior, esse pessoal, já tem trabalhado a muito tempo desse jeito, pra eles dá certo questão financeira, eles querem continuar assim, há uma resistência. Se a gente for botar uma taxa de, sei lá de regulamentação, eles vão dizer: “ah é só pra gastar dinheiro”, mas não é. Ali é a prefeitura que vai tá

fiscalizando, dando condições de salubridade, condições de infraestrutura, o conforto adequado, se estão cobrando a mais do que o que realmente vale...

O grande questionamento levantado na fala da turismóloga é se realmente a prefeitura municipal de Juazeiro do Norte iria fazer sua parte, se frente a tantos interesses e gastos do poder local, este apenas encontra medidas paliativas para problemas como a questão dos ambulantes em frente ao memorial.

A questão dos ambulantes, já tá mais organizado. Aqui nessa praça (do memorial), a essa altura do campeonato estaria cheia de barracas. Você não percebe mais isso. Foram designados ali pra área deles, que é o centro de apoio ao turista, lá embaixo. Aos pouquinhos a prefeitura tá conseguindo fazer algum trabalho.

Percebe-se que no discurso da entrevistada, a justificativa para tal ato, como sendo uma necessidade primordial para os romeiros. O grande problema é justamente, em nome da estética e da beleza do chamado “roteiro da fé”, desalojar uma grande quantidade de ambulantes, justamente da área de maior fluxo de turistas. “O local deles” seria então isolado do centro comercial?

Box 6: Cadastramento de ambulantes interessados em trabalhar na romaria.

A Prefeitura de Juazeiro do Norte, através da Secretaria de Meio Ambiente e Serviços Públicos (Semasp), já começou a cadastrar vendedores ambulantes que pretendem trabalhar na Romaria de Nossa Senhora das Dores, em setembro próximo. Esse ano, a Semasp avisa que não será permitida a ocupação das ruas e praças nas imediações da Igreja Matriz, bem como nas igrejas dos Franciscanos, Socorro e São Miguel. A intenção do secretário Luiz Ivan Bezerra de Menezes é de organizar de forma adequada todos os ambulantes no espaço destinado no Centro de Apoio aos Romeiros. Nesse sentido, o Luiz Ivan vai se reunir com o pároco Joaquim Cláudio, da Matriz de Nossa Senhora da Dores, para acertarem os últimos detalhes da romaria, que recebe todos os anos mais de 300 mil romeiros de várias cidades nordestinas. Os interessados em se inscrever devem se dirigir a sede da Semasp, localizada no Parque Ecológico, munidos de documentos pessoais, como cédula de identidade, CPF e comprovante de endereço. *Publicado em 08/08/2013 - por Elizângela Santos.*

A Igreja possui grande relevância quando se trata de turismo religioso. Existem diversas rotas turísticas envolvendo religião no Ceará, além das romarias de Juazeiro do Norte. As romarias para Canindé são rotas religiosas dentro do estado que possuem padrões parecidos com os de Juazeiro do Norte. Existe um ponto de devoção principal em ambos os locais. No caso de Canindé é a estátua de São Francisco das Chagas inaugurado em 04/10/2005. Em Juazeiro do Norte o horto onde está localizada a estátua do Padre Cícero é o ponto de maior visitação turística da cidade.

Na pesquisa no horto foram utilizados dois métodos de coletas de informações. O primeiro deles foi o método da observação e o segundo a entrevista com o pároco responsável

pela administração do Horto e colinas vizinhas, assim como pela própria paróquia. A espera pelo pároco do Horto teve tanta importância quanto a sua entrevista. A estrutura da antiga casa do padre Cícero, agora, museu ainda mantém em si toda a estrutura de poder carismático e o poder tradicional de Weber e do poder simbólico Bourdieu. O poder apenas se adaptou à realidade deste século.

Mas as relações tradicionais, baseadas na obediência ao pároco e sustentadas pelo sistema simbólico da fé, continuam a existir, mesmo em relações agora assalariadas. Observou-se tal fato no poder exercido pelo entrevistado sobre os seus servidores. Não somente a relação patrão empregado estava à mostra, mas o respeito e a admiração de todos os que estavam naquele local que outrora foi palco de grandes decisões regionais.

Desde decisões simples como, onde plantar mudas em diversas colinas, agora reflorestadas pela paróquia do Horto, a decisões referentes a quantas “tarefas” os meeiros podem cultivar nas terras da Igreja, passaram pelo padre responsável pela paróquia durante a entrevista. Vale ressaltar que, diferente dos acordos orais com os “amiguinhos” como chamava o padre Cícero, os sertanejos que o ajudavam e eram ajudados pelo mesmo (BARROS, 2008), o sistema de “meia” agora é regulamentada por um contrato de arrendamento formalizado com a secretária da paróquia.

O poder simbólico do padre Cícero, aquele que o mesmo utilizou tão bem através da fé que o sertanejo depositava nele, juntamente com o seu poder carismático, ainda continua a se perpetuar no mesmo local através da Igreja e suas representações, que valorizaram a imagem do padre Cícero novamente. Ao ser indagado se existe uma parceria entre o Estado e a Igreja o entrevistado se pronunciou da seguinte forma:

Nós estamos sentindo, faz anos, que é difícil o diálogo, porque o Estado raciocina em termos de turismo e a Igreja, a Diocese, raciocina em termo de romaria. Não são a mesma coisa, evidentemente. E, na hora, dos dois fenômenos, se encontrarem para decidir aquilo que é comum, também se encontram duas mentalidades diferentes, pela quais é difícil se chegar a um denominador comum, a um entendimento comum. Isso é sempre presente.

Mas nem sempre foi assim como o pároco relatou. O pacto dos Coronéis é uma prova de tal constatação.

Em 04 de outubro de 1911, dia da fundação do município de Juazeiro, reuniram precisamente, 17 chefes políticos da região Sul do estado, inclusive o antigo desafeto do Pe. Cícero, Antônio Luiz Alves Pequeno, prefeito de Crato, para homenagear e participar de uma assembléia. Tendo o padre Cícero como chefe político local e árbitro das divergências que perturbavam a paz na região (MATIAS, 2007, p.48).

Dessa reunião nasceu o documento registrado em cartório que posteriormente passou a ser chamado de pacto dos Coronéis. O objetivo do pacto era estabelecer a harmonia entre os políticos e dessa forma o fortalecimento do poder local e, ao mesmo tempo o apoio incondicional a oligarquia Accioly (MATIAS, 2007, p.50).

Por exemplo: nós estamos nesse momento, trilhando um caminho de defesa da transformação lenta e sem dores e sem violência do meio de transporte que os romeiros gostam de usar: que é o caminhão. Tem uma história nisso. Obrigar os romeiros a deixar o seu transporte, caminhão, para usar o ônibus, em muitos casos é uma violência, por que? Esse pessoal usa o caminhão todo dia. Os filhos deles usam o caminhão para ir para escola. Hoje estava aqui uma caminhonete grande, “pick up” grande com cabine de madeira aberta, sem mais nada e tinha escrito “Escolar”. Tava aqui. Eu cochilei no momento, não tinha tempo de pensar detalhes. Era pra gente bater retrato e guardar. Ora, é claro que o romeiro pensa: com o mesmo transporte que usamos aqui, com o mínimo de despesa porque aqui já tem uso todo dia, dá uma “revisãozinha” e vai para Juazeiro e volta. O governo tá impondo o ônibus. Então no momento, é claro que todos nós vamos torcer para que a situação do Brasil melhore cada vez mais em todos os recantos do Brasil, e que, o caminhão, daqui a pouco ninguém queira nem vê-lo como transporte de pessoas. Não isso aqui é transporte de animais, é transporte de madeira. Mas por enquanto aquele é o transporte que tenho. Nesse ponto nós temos um conflito, dos romeiros com o poder público do governo, que tá maltratando-o por não reconhecer esse momento de passagem, mas um momento cultural que é para respeitar. Cultural e econômico.

No discurso do pároco, a defesa da utilização do caminhão pelos romeiros possui duas ideias que se confrontam. A violência que a proibição que o Código nacional de Trânsito infringe ao romeiro através da não utilização do caminhão. Ao mesmo tempo, foi criado todo um sistema simbólico que cria a imagem do caminhão como um meio de transporte tradicional e não como muitas vezes o único disponível. Este é um exemplo claro do que Bourdieu viria a caracterizar como especialistas criando sistemas simbólicos.

Ao se perguntar ao seu Crispiniano que meio de transporte ele utilizava para chegar a Juazeiro, o mesmo relatou que: “venho de carro próprio com meu filho, graças a Deus. Já viajei muito pra cá de pau de arara e é muito arriscado. É melhor de ônibus ou carro”. O romeiro não vem de caminhão por opção ou pelo gosto tradicional de andar em pau de arara. Para o romeiro, se é a única forma de se deslocar, ele fica satisfeito e faz o seu traslado, encarando a péssima condição do transporte como uma penitência. Mas havendo outras formas, como o ônibus e o carro próprio, estas opções são obviamente escolhidas.

O entrevistado continuou seu discurso sobre a existência da parceria Estado e Igreja no turismo religioso com a seguinte fala:

A essa altura a Igreja, começou até a trilhar um caminho interessante: registrar a romaria, como fenômeno cultural particular. Com direito as suas expressões. Direito a expressão do caminhão. No passado, quando nem a Igreja, olhava para nossos romeiros com carinho, no caso a nossa Diocese do Crato, tinha uma posição que o

movimento dos romeiros era negativo, uma espécie de “sacrafanatismo”, interpretação da alta sociedade, que a igreja aceitava por alguns motivos históricos que não é o momento de discutir. Os romeiros ficaram sós, agüentando pacientemente, naquele mundo de uma sub cultura e uma espécie de nação, dentro da nação brasileira, uma nação romeira. E eles agüentaram. Até que aos poucos, foram conquistando o apoio da sociedade e a opinião pública e os que estavam interessados no fenômeno econômico da romaria, nessa medida aos poucos mudaram a posição.

Segundo Camurça (2008), apud Barros, (2008, p. XIII): “Todo o esforço da Igreja católica enquanto aparelho ideológico é impedir que se forme uma religião popular autônoma da influência da “religião oficial dos intelectuais”. Nas afirmações do entrevistado, observou-se que um movimento antagônico aos impedimentos da Igreja, foi se instaurando até se chegar aos dias atuais, onde a romaria é praticamente aceita no Cariri.

A idéia de Gramsci sobre a religião católica como um instrumento conciliador de concepções de mundo distintas sob seu domínio, ainda prevalece, ou seja, a Igreja conciliou a religião católica elitista do Cariri com a religião popular do Juazeiro do Norte (CAMURÇA, 2008 apud BARROS, 2008, p. XIII). Tal fato se comprova com o discurso do entrevistado:

Com a vinda do padre e Dom Fernando Panico, houve o pulo cultural e religioso. Ele levou pra Roma a reflexão. Não tinha sido somente ele. Já tinha informações lá. O cardeal Bertoni, na época ainda arcebispo, estava como secretário da congregação, já tinha vindo ao Juazeiro através do inspetor salesiano padre Valério, com intenção que ia mais longe, convidou-o para pregar o retiro espiritual aos salesianos e para convidá-lo aqui. Viu, se informou, deu orientações. Quando Dom Panico chegou lá em Roma com os outros bispos do Nordeste, para a visitar o Papa, este já sabia de algumas coisas e depois da exposição ele logo frisou um ponto: no momento o que é importante é a reconciliação com os romeiros. Houve essa reconciliação com os romeiros. Essa reconciliação oficial evidentemente trouxe outras formas de reconciliação no dia a dia. Hoje nós temos muito mais padre que vêm participar da romaria. A igreja então se sente no dever de ficar ao lado dos romeiros por causa dessa tensão política. É uma definição de uma atitude cultural, que é difícil de conseguir que o governo federal aceite. Mas acredito que essa forma de registro do patrimônio espiritual da nação romeira, pode encontrar uma forma jurídica de resolver tais conflitos.

Ao ser indagado se o Estado ajuda com políticas públicas ou até com recursos para o Horto, o pároco se manifestou da seguinte forma:

Na parte da segurança há uma colaboração. Não é a colaboração que se gostaria. Como tudo gera custos, o Estado muitas vezes deixa de nos atender. Muitas vezes nós pedimos, mande só dois policiais, que o resto a gente faz. Mas dois policiais que sejam nossos colaboradores. Que a gente possa tratar a eles com igualdade. O horto hoje pode ser o lugar mais seguro de Juazeiro. Mas isso é fruto de muita ação nossa. Nós da Igreja distinguimos setores diversos da Igreja, e nesse nosso caso os salesianos com nossa equipe especialmente do Horto.

Ao afirmar que “o resto a gente faz” o entrevistado deixou transparecer, não somente nessa frase, mas em todo o discurso, que possui uma equipe de segurança a seu serviço. Tal

fato comprova a falta de políticas públicas do governo estadual referente ao turismo religioso, onde novamente o poder local se impõe e mantém sua dominação através do sistema simbólico e pela omissão do poder central.

BOX 7 – O sítio turístico de Hassan Zaoual

Sob o ponto de vista das experiências do desenvolvimento econômico dos países industrializados e dos países do Hemisfério Sul, um dos princípios desta teoria consiste em postular que uma mudança econômica consistente e durável de um território dado, pressupõe a tomada do senso comum partilhado pelos atores da situação. E este senso comum indica como o sistema de valores e as representações que têm ocorrência no sítio considerado influenciam as práticas econômicas e também as práticas sociais. A partir da matriz de ordem simbólica de um lugar, os comportamentos individuais e coletivos se manifestam em modelos de ação localizadas e, em seguida, em comportamentos e atividades econômicas (ZAOUAL, 2008, pg.2).

Com efeito, a qualidade de um sítio turístico recai sobre suas dotações naturais e culturais. Uma exploração sem limite e sem respeito destas últimas impulsiona irremediavelmente um esgotamento e, conseqüentemente, uma repulsa da demanda, logo, de investimentos. A procura da rentabilidade máxima destrói, a longo prazo, as bases dessa mesma rentabilidade. À sua maneira, Karl Marx diria: “O capital é seu próprio coveiro ou a barreira de si mesmo” (ZAOUAL, 2008, pg.3)

Tudo indica então que, quando uma prática social, aqui o turismo, constitui o objeto do único paradigma econômico na sua concepção e na sua gestão, periclita, além do seu limite de tolerância e perde, assim, sua validade. Em curto prazo, o lucro mata o lucro. Todo sistema vivo, biológico ou social, que se uniformiza e se especializa, desmorona. Este limite estabelece então a necessidade de uma nova aproximação, integrando a pluralidade dos aspectos de um dado sítio (cultura, natureza, arquitetura, história etc.), conscientizando-se da importância do senso implícito das práticas dos atores, visitantes e habitantes do sítio.

A observação da existência de um sítio simbólico de pertencimento e também de um sítio turístico no Cariri amplia as possibilidades de sucesso de planos plurianuais participativos na região. Caberia então aos governantes (do Estado e dos municípios) buscar políticas e recursos para a região de forma a trazer a infraestrutura básica para o turismo (não de massa), mas consciente e sustentável. Aos habitantes do sítio com apoio dos governos caberia a valorização da cultura da região não somente nas redes de ensino, mas nas suas vivências e na manutenção das tradições e do saber local. Aos visitantes do sítio caberia usufruir de novas ofertas turísticas fáceis de serem introduzidas no Cariri como: o turismo solidário, o turismo intercultural, o turismo da natureza, o ecoturismo, o turismo durável, o turismo de proximidade, o turismo de memória e de história e o turismo de valores (ZAOUAL, 2008, pg.5)

O relato de uma aluna do II semestre do curso de Economia da Universidade Regional do Cariri, residente no Horto deixa explícito que a segurança no local realmente é diferenciada:

Com a chegada desse padre, quase não há assaltos no Horto. Ele possui um pessoal que cuida da segurança. Hoje o Horto é mais seguro que o restante do Juazeiro. Coisa que não existia antes desse pároco. Na colina do horto era muito perigoso, especialmente em períodos de romarias. Havia uma grande quantidade de assaltos, especialmente aromeiros e a ranchos. Atualmente quase não existem.

Na fala da universitária observou-se que em nenhum momento a mesma fez menção a melhoria da segurança devido políticas públicas do Estado, comprovando-se então a não cooperação entre as duas instituições, Estado e Igreja. Atualmente as mesmas possuem

interesses diversos e assim não colaboram entre si para um melhor atendimento às necessidades dos moradores do Horto e dos romeiros que visitam o local.

5.4.2 A educação superior em Crato

A Universidade Regional do Cariri – URCA foi fundada em 09 de junho de 1986, com o intuito de promover o desenvolvimento regional através da promoção do conhecimento, ciência e tecnologia. Esta nasceu da antiga Faculdade de Filosofia do Crato, ainda vinculada à Igreja. Mas o seu nascimento enquanto Universidade, a fez passar para o nível estadual de ensino superior. A URCA assim como as demais universidades estaduais, passou por um gradual processo de “sucateamento” ao longo da década de 1990 e dos anos 2000. Tal fato deveu-se a falta de interesse dos governos em expandir ou facilitar o crescimento do ensino superior na região.

Em 2013, os estudantes, professores e servidores entraram em greve pela terceira vez, reivindicando, desde concurso para professores, como sala de aulas, infraestrutura, apoio aos estudantes, apoio a pesquisa e extensão, dentre outras necessidades, tão reais, mas parcialmente contempladas, pela própria limitação que o estado do Ceará impõe a Universidade, através da não autonomia financeira da instituição, dependendo de recursos do estado para todas as suas transações.

A pesquisa em questão foi realizada no período de greve das Universidades estaduais. Devido a tal situação, não foi realizada a entrevista com o Pró reitor de planejamento da URCA. No entanto os atores de maior relevância para esta pesquisa foram os alunos, servidores e professores. Através deles consegue-se chegar a uma denominação sobre a intervenção das políticas públicas de Estado no contexto da educação superior da URCA.

A primeira entrevistada foi uma aluna do VII semestre de Economia. A mesma ao ser indagada sobre o planejamento do estado do Ceará em relação à URCA, afirmou que: “Eu tive conhecimento agora, na verdade eu desconheço as informações à respeito de políticas públicas direcionada aqui para a URCA. Que elas sejam publicadas”. Tal afirmação está em conformidade com a maioria dos entrevistados na URCA. A grande maioria dos alunos não sabia da existência de políticas públicas voltadas para a educação superior, nem muito menos que estas seriam participativas. Tal fato denota a pouca participação das diversas comunidades componentes da população cearense do processo de concepção e execução do PPA. No caso da participação da academia, esta é limitada, principalmente pela falta de informações e veiculação, por exemplo, das oficinas para discussão dos Planos.

A dominação através do poder racional legal acontece nessa dimensão do PPA, pois as regulamentações originadas no “processo participativo” orientado do estado do Ceará, exprimem a manutenção dos mesmos interesses de um quadriênio para outro, não se tendo a preocupação em atender os interesses de uma diversidade de territórios, como é o caso do Cariri. A aluna não sabia da questão do plano plurianual contemplar a URCA e ao mesmo tempo ser participativo, mas relata que: “a participação da academia seria muito viável, até porque, a gente que vive aqui, sabe a nossa realidade e as reais necessidades que a URCA tem”.

Sobre os recursos que chegam para a universidade e para os alunos, a entrevistada foi indagada se eles estão sendo efetivamente utilizados. A mesma respondeu que: “Eu sou bolsista. Mas alguns cursos são mais beneficiados que outros. Os benefícios não chegam de forma equitativa para todos”. Tal realidade acontece pelas relações de poder compensatórias de poder que existem dentro da URCA. Geralmente a base política do poder central da universidade, aquela, eleita em um processo democrático, mas sujeito a uma lista sêxtupla para livre escolha do governador, assume os cargos de confiança. Assim são poucos os cursos, que acabam recebendo benefícios diferenciados.

Sobre o quesito da Extensão a aluna afirmou que: “ela é recente aqui. Está com mais ou menos três anos que ela tá sendo divulgada e com uma maior participação dos universitários”. Observou-se que apesar do discurso do governo desde 2008 está pautado na expansão da extensão, esta é insuficiente dentro da URCA e principalmente fora dela, onde este pilar de atuação do ensino superior deveria se destacar.

“Até onde eu sei a integração do meu curso com o Geopark se dá através de bolsistas e estagiários que trabalham por lá. Em relação a questão ambiental não há nenhuma ação que eu conheça do Geopark Araripe e o curso de economia”. O depoimento da aluna está no grupo dos alunos que não enxergam o Geopark como promotor da sustentabilidade e da preservação ambiental, sendo contemplada dentro do PPA como meta estadual a ser atingida.

Sobre política pública para a URCA, o segundo entrevistado, também do curso de economia, no VIII semestre afirmou que:

Não conheço uma política específica para a URCA, mas eu acompanho a questão dos investimentos pra URCA. Bom a gente vê pelos protestos: 30 milhões liberados para a URCA. A grande questão é que a URCA não tem autonomia pra alocar estes investimentos. O pessoal que faz a URCA, que está à frente da URCA, sabe realmente do que a URCA precisa, mas não tem autonomia. Eu vejo assim, vai mais por uma questão impositiva do estado.

Na dependência de recursos do estado, a URCA não consegue tomar suas próprias decisões, dessa forma, não consegue deixar de estar dominado pelo poder central do estado do Ceará. Aqui se constata a autoridade ativa do estado através do fator impeditivo da autonomia, especialmente financeira.

“Eu vejo que o que se passa dentro do meu curso e também no Geopark. Não tem uma divulgação de resultados. As coisas aqui acontecem da maneira mais fechada”. Segundo o referido aluno, esta divulgação seria importante, não somente para apresentar os resultados dos trabalhos na URCA à sociedade caririense, mas como forma de incentivar novas pesquisas e consequentes publicações, assim como novos projetos de extensão.

A aluna do VI semestre de Ciências Sociais ao ser indagada sobre o seu conhecimento sobre as políticas públicas referentes à educação superior, especificamente para a URCA, afirmou que:

As políticas públicas podem até existir, mas elas agregam em termos somente de diploma, de números para o estado. A formação do aluno não é bem feita, por que o estado não se preocupa com isso. O governo quer apenas “número”, não graduados que contestem o seu poder.

Tal afirmação tem coerência, visto que, nas metas estaduais para a URCA e para as demais Universidades estaduais estão em grande parte em elevar o número de matrículas, não fazendo alusão a melhor formação docente ou o reforço desse quadro, nem muito menos preocupação qualitativa com o discente.

Diante das três universidades, a URCA é a mais desvalorizada, por ela ficar no interior, pior ainda, na região do Cariri. Além disso, a universidade não tá conseguindo dá retorno à sociedade, ou seja, formando pessoas habilitadas para a vida e que contribuam para o desenvolvimento Cariri.

É pouco provável que a questão da universidade se localizar no interior seja a causa da desvalorização da URCA. Esta desvalorização, na realidade aconteceu devida todo um processo de enfraquecimento do ensino superior, não somente na região do Cariri, mas em todo o estado. Ao se observar os antigos planos de desenvolvimento do estado e seus sucessores, os PPA's que substituíram os mesmos com as mudanças de governo e também com o retorno do planejamento ao cenário público, nota-se que a ênfase dada em ambos os casos, foi ao desenvolvimento pautado no fortalecimento industrial nos antigos planos de desenvolvimento ainda oligárquicos e nos novos PPA's que mantiveram toda a lógica economicista dos anteriores (ROCHA & CHACON, 1991).

A aluna de Ciências Sociais ainda destaca: “A URCA, apesar de ser regional, não promove a cultura, mas se auto promove pela cultura. Faz toda uma campanha de marketing como promotora do desenvolvimento regional e valorizadora da cultura, mas na prática não dá valor a cultura”. Na Expocrato tal fato é comprovado. A URCA aparece como uma forte incentivadora da cultura, das tradições e sempre agrega a imagem do Geopark Araripe para ampliar seu campo de atuação, pelo menos no âmbito da propaganda.

Ao ser entrevistado um servidor administrativo, como quase 20 anos de URCA, relatou que:

As políticas públicas de incentivo ao ensino superior podem até existir, mas a falta de poder de decisão acaba freando qualquer ação que traga benefícios para a academia. Além disso, o mesmo frisou “o jogo de interesses e de poder” que existe dentro da universidade, que só atrasa a grande maioria dos cursos e os alunos também.

Os interesses prevalecem sobre as necessidades, não somente no âmbito da URCA. Tal hábito tem suas origens no próprio hábito político da região, que historicamente, ficou sob o jugo do poder central, não através da autoridade ativa, mas da omissão, o que fortaleceu o poder local e suas práticas paternalistas (BURSZTYN, 2008).

Box 7: A URCA na Expocrato

A Universidade Regional do Cariri (URCA) tem se destacado durante a Exposição Centro-Nordestina de Animais e Produtos Derivados – ExpoCrato 2013, com o Palco Sonoro da Instituição, uma realização da URCA e do Governo do Estado, contando com o apoio e parceria das secretarias de Cultura das Cidades de Crato, Juazeiro do Norte, Barbalha, Várzea Alegre e Lavras da Mangabeira, além do Geopark Araripe. São milhares de pessoas que já participaram dos shows e cortejo realizados no evento. A estimativa é receber mais de 30 mil pessoas, até o encerramento da festa agropecuária e cultural, no stand. A ExpoCrato será encerrada no próximo domingo.

O Palco Sonoro integra o stand da URCA, que este ano traz a temática “Águas que movem histórias, tradições e culturas do Araripe”, integrando o Ano Internacional de Cooperação pela Água, coordenado pela Unesco. O cortejo da cultura com os grupos de tradição contou com mais de 500 artistas, dos grupos de reisado, quadrilhas juninas, escola de samba, maneiro pau, coco, maracatu, além de bandas cabaçais dos cinco municípios da região, penitentes, entre outros. O evento aconteceu na abertura da exposição, no último domingo, saindo da praça da Sé, seguindo até o Parque Pedro Felício Cavalcante.

O stand teve a coordenação da Pró-Reitora da Extensão da URCA, Professora Sandra Nancy Freire, que mobilizou grande equipe para desenvolver os trabalhos. Ela afirma estar satisfeita com o empenho de todos, além do grande sucesso do Stand, junto a todos os segmentos sociais. O encanto das águas teve a sua tradução, nos seus mais diversos contextos, por meio de histórias contadas pelos próprios moradores das comunidades de diversas cidades do Cariri, com registros em vídeos do cineasta Jackson Bantim, Bola, além da poesia dos integrantes da Academia de Cordelistas do Crato, o trabalho do artesão de Nova Olinda, Espedito Seleiro, e dos xilógrafos da Lira Nordestina.

Um recorte de mapa do século XIX foi reproduzido em grande painel, pelo artista plástico cratense Paulo Bento, levando aos que visitam o stand a trajetória das primeiras civilizações das terras do Cariri, permeando o caminho das águas.

São mais de cem artistas se apresentando no Palco Sonoro, dos mais variados gêneros musicais, com uma proposta artística de valorização local. Ontem, se apresentaram os grupos de cultura popular, as bandas Forró de Rabeca, Soul Musical Crato, Callou e General Band. Neste sábado, dia de encerramento das atrações no Palco Sonoro da URCA, serão realizadas apresentações dos grupos de tradição, bandas Tiro Certoire, Liberdade e Raiz e Forró Di Raiz.

Fonte: texto publicado em 19 de julho de 2013. <http://www.urca.br/portal/index.php/noticias-e-eventos/14-lista-de-noticias/2243-stand-da-urca-atrai-cerca-de-30-mil-pessoas-na-expocrato>

Um professor “temporário” do curso de economia do campus Iguatu, ao ser entrevistado, desconhecia as metas estaduais para o ensino superior e para a URCA dentro do PPA e fez então os seguintes questionamentos “se o PPA 2012-2015 é para o Cariri / Centro sul, onde estão as metas estaduais para a Unidade descentralizada de Iguatu? A região Centro sul não possui uma identidade própria para o estado?”

Na fala do entrevistado, observou-se certo tom de revolta em relação a tal fato tão facilmente constatado quando se folheia o manual do PPA 2012-2015 em ações referentes a URCA. Como os planos são divididos em macrorregiões de planejamento (IPECE, 2012), não se enxerga num primeiro momento, dentro do plano, ações específicas para o ensino superior, especificamente para região Centro sul. No entanto a mesma é contemplada nas diversas metas relacionadas a URCA. No âmbito da região Centro-sul A URCA atua na cidade de Iguatu como Unidade Descentralizada. Assim sendo as metas regionais servem para os campi do Cariri e do Centro-sul.

O relato de uma professora do curso de Letras retrata bem a situação vivida pela comunidade acadêmica:

O grande problema da nossa universidade, digo nossa, porque não me vejo como integrante isolada de um departamento, mas parte de uma comunidade, é a desunião principalmente dos docentes, frente a problemas graves, como a falta de professores em sala de aula, a falta de estrutura mínima para muitos cursos e o descaso do governo do estado com toda essa situação. A greve é a nossa única forma de exigir que alguns desses problemas sejam pelo menos remediados. Não é a inserção em um plano de ação do governo que irá modificar a nossa realidade. É necessária a mudança, não no sentido político, mas no sentido da preocupação com o outro, com o próximo. Isso vale para pessoas e departamentos aqui na nossa universidade. Enquanto cada um se preocupar com o seu, ou se a sua situação é estável, não existirá uma comunidade acadêmica forte e unida: professores, servidores e alunos. Nenhum plano irá resolver a questão do sucateamento universitário.

O relato da entrevistada traz à tona, a necessidade de união da comunidade acadêmica, independente das metas traçadas pelo governo do estado no seu PPA ou por outras políticas públicas. A mesma demonstra a sua preocupação com um dos componentes fundamentais da sustentabilidade institucional e política: a alteridade. Sobre o sentimento da professora em relação à URCA, as palavras de Chacon (2007, p.66) sobre a ética e a alteridade, conseguem expressar o que realmente é necessário para a entrevistada no seu meio acadêmico:

É importante perceber que é necessário superar a impressão de que o outro é um ser em uma relação particular, e transcender para ver o outro de forma ampla, responsável. Despir as vestes da arrogância que têm levado o homem a supor que é um ser superior aos demais seres e mesmo aos outros homens é o primeiro passo para entender que os limites da natureza e a própria condição humana impõem

precisam ser respeitados. É preciso que cada um veja o outro para que possa se ver. O ser só o é em relação com o outro. Este é o cerne da ética do encontro que permite a descoberta do caminho sustentável, com liberdade, solidariedade e responsabilidade para o homem continuar vivendo na Terra, não apenas produzindo e acumulando riquezas, mas sentindo e acumulando harmonia e bem-estar”.

5.4.3 A agricultura em Barbalha

Historicamente o município de Barbalha possui toda uma trajetória relacionada com a agricultura. Apesar de no meio científico prevalecer a idéia de uma cidade relacionada principalmente a memória histórica, onde algumas edificações ainda existem para comprovar a sua importância para o Cariri e também na preservação da sua cultura popular através dos reisados, folguedos entre outros, foi na agricultura e no meio rural que Barbalha formou o seu município. Os saberes e fazeres remanescentes nos engenhos de rapaduras da cidade, faz da agricultura açucareira um patrimônio imaterial oriundo da primeira metade do século XVIII, que representa Barbalha, seja através da produção de rapadura, ou de álcool na Usina Manoel Costa Filho (GONÇALVES, 2011).

Um dos maiores engenhos que já esteve em funcionamento na região do Cariri foi o Tupinambá, localizado no município de Barbalha. Este exemplar diferenciou-se de outros engenhos da região pela peculiaridade arquitetônica evidenciada em um edifício que conjugava casa grande e engenho, um caso raro que demonstra a proximidade com que conviviam os trabalhadores das fornalhas e o senhorio. A grandiosidade do Tupinambá é representada pela trajetória de um engenho que iniciou suas atividades em meados do século XIX e as encerrou no início da década de 80 do século passado. As suas ruínas fazem referência ao período áureo da economia canavieira da região, sustentada por décadas com o comércio das cargas de rapadura (GONÇALVES, 2011, p.42).

A economia canavieira em Barbalha foi um grande marco não somente econômico, mas trouxe consigo toda uma tradição cultural e a formação social da cidade. O poder político do município estava nas mãos dos senhores de engenho. Estes detinham o poder econômico, devido ao grande comércio de rapadura dentro do Nordeste. A rapadura perdeu seu mercado e sua importância com o incentivo do Programa Nacional do Álcool - PRÓÁLCOOL devido o primeiro choque do petróleo, que forçou o governo brasileiro a buscas alternativas energéticas.

Valendo-se do aparato institucional permitido pelo PROÁLCOOL, um grupo empresarial pernambucano, tradicionalmente ligado à indústria do açúcar e do álcool, conseguiu, em 1975, junto à Comissão Nacional do Álcool, através do IAA, aprovação para instalar na área o programa “microrregião homogênea do Cariri”, uma usina de açúcar com destilaria anexa – Usina Manuel Costa Filho (Companhia Açucareira Vale do Salamanca – AÇUSA) (BRITO, 1985, p.17).



Figura 2 – O engenho Tupinambá

Fonte: GONÇALVES 2011 / Autoria desconhecida, Acervo da Superintendência do IPHAN no Ceará, s/d.

A produção de açúcar estava agora industrializada em Barbalha. Muitos produtores de rapadura passaram gradativamente fechar seus engenhos e fornecer cana de açúcar para a Usina. Os poucos engenhos que ainda se mantiveram abertos, tentaram não quebrar a tradição do saber/fazer da rapadura, um patrimônio imaterial. “os processos devem interessar mais que os objetos, porque é através deles que seremos capazes de apreender a realidade” (CHUVA, 1998 apud GONÇALVES, 2011).

Quanto a este tema, não temos a cultura da cana de açúcar como meta nos PPA’s do estado do Ceará para a região do Cariri. Observa-se uma preocupação bem maior com a agricultura de grãos e a pecuária, que necessariamente com a revitalização da economia canavieira do município. Dentro desse contexto da agricultura e da cana de açúcar em Barbalha, foram entrevistados agricultores no sindicato dos produtores agrícolas e na secretaria de desenvolvimento agrário do município. Como o foco do presente trabalho não foi a agricultura da cana de açúcar, não houve a necessidade de entrevistar os donos dos engenhos ainda em funcionamento em Barbalha.

Luís Manuel Sobrinho, agricultor no distrito Estrela, quando perguntado se existia por parte do governo do estado alguma forma de apoio ao seu trabalho afirmou que:

As coisas melhoraram muito de uns tempos pra cá. Desde que Lula entrou no governo, as coisas tão mais “fácil” pra “nóis”. Eu vim hoje na secretaria dá entrada

no meu garantia safra. Se as “chuva” não aparece, pelo menos o governo não esqueceu da gente.

Na fala do agricultor, observaram-se as modificações acontecidas no país e especialmente na região Nordeste com a expansão de políticas públicas como o Garantia safra. Tal ação está vinculada ao programa nacional de agricultura familiar – Pronaf e garante ao agricultor que tiveram perdas de pelo menos 50% da sua safra, o valor de R\$ 875,00 com pagamento parcelado em até seis vezes. (BRASIL 2013). Foi observado ainda, que o entrevistado não fez nenhuma menção ao governo do estado, o que aconteceu com grande parte dos entrevistados quando a pergunta se relacionava a existência de políticas públicas do estado do Ceará para sua atividade.

O segundo entrevistado, João da Silva Pereira, agricultor no distrito de Arajara, ao ser indagado sobre a existência de alguma política pública do estado do ceará, relatou que: “eu sei do projeto mandala. Não tenho no meu terreno, mas um vizinho meu tem. Ele sempre tem ajuda da “ematé” (EMATERCE) e eu acho que dá certo porque ele colhe muita verdura”. No discurso do entrevistado fica claro que o governo do estado, consegue atingir parte dos agricultores com algum projeto ou ação específica, mas que grande parte das políticas públicas para agricultura do município, é de âmbito federal. A questão do projeto mandala está no vizinho e não no seu terreno tem relação com a dificuldade desse projeto em quebrar determinados paradigmas da agricultura tradicional, como o sistema de irrigação por aspersão e o plantio circular.

Em relação à participação na construção do plano plurianual do estado do ceará, o secretário de desenvolvimento agrário de Barbalha relatou o seguinte:

Inclusive a maioria dos governos fala que o plano, o orçamento participativo, o plano plurianual, são participativos. Mas na realidade, ele é feito ali com uma participação bem restrita. O nosso aqui não. Nós participamos, demos sugestões, foi aprovado pela câmara.

O entrevistado quando se refere ao “nosso aqui não” estava se referindo ao plano plurianual do município de Barbalha, o qual, assim como todos os municípios brasileiros, tem obrigação de apresentar, de acordo com a constituição de 1988. A participação nesses processos ficou novamente constatada que é limitada a um grupo de interesses relacionados ao governo ou ao poder local que apóia o mesmo.

Sobre a relação da secretaria de desenvolvimento agrário e políticas públicas nas esferas estaduais e federais o entrevistado se pronunciou da seguinte maneira:

Barbalha tem recebido bastante as políticas públicas do governo estadual, do governo federal. Quando você for conversar com o agricultor familiar aqui do nosso município, você vai ver que, o que eu to falando aqui é a pura verdade. Hoje Barbalha como o resto do Nordeste, tá sofrendo muito com o problema da seca, é dois anos de seca. As políticas públicas do governo voltaram para a situação da estiagem, principalmente via Banco do Nordeste e Banco do Brasil, tem ajudado bastante e tem evitado os antigos saques às feiras. Secas menores do que essa que nós estamos passando e eles já saqueavam as feiras livres. E hoje não tem mais isso, por quê? Por que hoje nós temos o garantia safra e outras políticas que assistem o agricultor”.

O secretário observou que as mudanças acontecidas no campo mesmo em período de seca, possuem relação com as políticas públicas estaduais e federais. O agricultor está mais assistido segundo o entrevistado. Este fato foi constatado durante as entrevistas com os agricultores, onde várias políticas e ações foram citadas com certa satisfação por parte desses agricultores.

Barbalha é um município com cerca de 55 mil habitantes. Nós temos 1500 agricultores recebendo o seguro safra, nós temos 1500 agricultores recebendo a ajuda do bolsa estiagem, que são na realidade programas federais. São programas do governo federal que faz com que o município consiga sobreviver.

Uma das metas estaduais para o Cariri contempladas no PPA 2012-2015 é a elevação da adesão ao garantia safra e o bolsa estiagem, através do programa de desenvolvimento agropecuário onde a meta é: “Atender a 94.000 agricultores(as) familiares no financiamento e proteção da produção agropecuária (PRONAF, PGPAF e SEAF)”, onde a meta para 2012-2015 chega a 20.000 agricultores atendidos (CEARÁ, 2012).

Dessa forma o governo estadual apenas se utiliza de políticas públicas federais para conseguir atingir seus objetivos. Neste caso acontece a omissão do estado em relação às políticas de proteção como o garantia safra e o bolsa estiagem, pois já existem políticas federais. Nesse caso como em diversas outras políticas, o poder local agora deve subserviência não ao estado do Ceará, mas agora, a governo federal. Como a ligação entre a União e o município é bem mais distante que a ligação entre estado e município, as relações de poder se tornam mais brandas, e o uso dessas políticas da União deixa o poder local um pouco mais independente dos recursos estaduais, reduzindo assim a dominação deste.

Aqui do governo do estado do Ceará, nós temos as práticas agrícolas de convivência com o semi árido. Nessas práticas agrícolas de convivência com o semi árido, a contrapartida é muito pesada para o município, “é um pra um”, o governo do estado entra com um real (R\$1,00) e o município tem que entrar com um real, a maioria dos municípios não tem recursos nem pra manter a folha de pagamentos dos funcionários, aí fica numa situação delicada.

Nota-se no discurso do secretário municipal, que os programas para a agricultura do governo do estado, como no exemplo citado o programa das práticas agrícolas de convivência com o semiárido que o governo que atender 24.762 agricultores entre 2012 a 2015 no Cariri (CEARÁ, 2012), possui rejeição por parte de muitos municípios por apresentarem contrapartidas financeiras, o que muitas vezes acaba por inviabilizar programas bem estruturados, como as práticas de convivência com o semiárido.

Como alternativa às práticas de convivência com o semiárido não utilizadas no município, o secretário apresentou uma série de ações municipais que conseguem substituir o programa estadual:

Mas aí as práticas agrícolas no município de Barbalha existem. Hoje nós temos recuperados sistemas agrofloretais, nós temos feito as “barrajinhas” para recuperar áreas degradadas, nós temos a associação de produtores aqui do município que tem recebido tratores com equipamentos como o esclarecedor pra recuperar o solo, solo que já está em estado de compactação, né?

Sobre a revitalização da economia canavieira, observou-se pelo discurso do entrevistado que existe uma grande expectativa de se retornar ao cultivo de cana de açúcar, como o mesmo deixa explícito abaixo:

Nós temos via banco do Nordeste e essas políticas públicas do governo, algumas agroindústria aqui no município, como o côco babaçu, nós temos agora uma grande esperança da agricultura canavieira ser recuperada. Hoje nós temos só dois engenhos praticamente funcionando no município de Barbalha, nós temos “só” em torno de quinhentas tarefas de cana de açúcar no município de Barbalha. E na região do Cariri, nós temos 8500 hectares de terras ociosas esperando, ser plantada e cultivada a cana. A Usina já foi arrematada pelo governo. O governo agora vai ter que equipar. Eu tenho certeza que os agricultores vão voltar para o cultivo da cana, porque eles gostam, é tradição na região. Hoje a principal cultura do município de Barbalha é a banana.

O programa de aquisição de alimentos – PAA, também é utilizado no município é explicado pelo entrevistado e o mesmo salienta que é uma parceria entre as três esferas de poder do Estado, que já gera bons resultado no município.

Nós temos outro programa muito importante, que tem beneficiado muito a agricultura familiar que é o PAA – o programa de aquisição de alimentos com doação simultânea. O governo do estado, junto com o governo federal e o município adquirem o produto do agricultor e fazem a doação para as instituições sem fins lucrativos, como hospitais. Aqui em Barbalha nós temos 22 instituições recebendo este benefício. Nós temos 90 agricultores cadastrados, vendendo até R\$ 5.500,00 por semestre. Quer dizer que o agricultor hoje, ele pode plantar o produto que ele tem a garantia da venda do produto.

Durante todo o discurso do secretário, observou-se o conhecimento e domínio do mesmo em relação às políticas públicas nas três esferas administrativas. A entrevista foi

diversas vezes interrompida por agricultores à sua procura, devido o acesso que o mesmo pareceu dar a todos eles, como alguns relataram nas suas entrevistas. Assim a agricultura no município de Barbalha, não está somente relacionada a cana de açúcar, apesar, de ainda ser uma esperança para diversos agricultores que vislumbram um retorno ao seu cultivo. agricultura do município está bem assistida, dentro das limitações do município, do jogo de relações de poder com ênfase na complementaridade e omissão do estado do Ceará em torno dessas políticas e da diversidade de políticas públicas do governo federal para a agricultura e pecuária.

6 CONCLUSÃO

Concluiu-se então que a interiorização do desenvolvimento chega de forma parcial e mal distribuída à população do Crajubar. As políticas públicas não acontecem de forma plena e abrangente em todas as dimensões como teoricamente deveria acontecer, ou como é orientada na sua concepção, de cima para baixo, ou seja, do Estado para a população para serem executadas. Nem muito menos tal processo é bem distribuído. As relações de poder possuem papel relevante dentro desse contexto distributivo através da capacidade de transformar a criação, a execução e o resultado das mesmas em benefício de quem detém as estruturas de poder.

Ao sair para execução dentro de diversos territórios, as políticas públicas já chegam “quebradas”, sejam na sua concepção, ou na sua execução financeira. Como exemplo, temos o caso do programa de práticas de convivência como o semiárido, bem fundamentado e estruturado, mas que, na prática muitas vezes fica inviável economicamente para diversos municípios, como no caso de Barbalha.

Em Crato foram analisadas as ações e metas do governo do estado para a educação superior, dentro do contexto da Universidade Regional do Cariri – URCA. Constatou-se que, o programa para a educação superior, se limita a números. Números de matrículas, números de projetos de extensões na graduação e no Geopark, entre poucos outros. Necessidades da URCA, como a falta de informação para a população em geral e principalmente para o corpo discente e a falta transparência por parte do governo do estado em exprimir suas intenções aos alunos foram constatadas na pesquisa.

O chamado sucateamento da Universidade foi citado diversas vezes nas entrevistas, este, um processo que ainda continua, mas não sem luta por parte da comunidade acadêmica que no período da conclusão da pesquisa de campo dessa dissertação entrou em greve, para cobrar do governo do estado do Ceará melhorias nas condições acadêmicas em geral. A falta de conceitos da sustentabilidade institucional e política por parte do estado, mas também da comunidade acadêmica, fortalece ainda mais o processo de dominação do poder central (estado do Ceará) sobre o poder local (URCA)

Em Juazeiro do Norte, o turismo religioso, o contato direto com os romeiros, com o universo que norteia toda a religiosidade popular e com as estruturas de poder, do Estado e da Igreja trouxeram como conclusão, que não há incentivo ao turismo religioso ou tradicional por parte do Estado do Ceará para a região do Cariri e que a situação no presente ano, de copa

do mundo, onde a capital do estado sediará alguns jogos do evento, ainda “escanteia” mais a região para fora do campo de investimentos e políticas públicas na área.

A omissão por parte do estado Ceará e do município frente às romarias foi outra constatação que se sobressaiu através não somente das entrevistas, mas da observação. As condições estruturais para o turismo religioso dos romeiros continuam precárias. A fé e poder simbólico da Igreja são marcantes dentro da cidade de Juazeiro. As conotações religiosas dos romeiros, todo o clima das romarias e todo o contexto constante de conflito entre políticas públicas e interesses das classes desfavorecidas, levam a conclusões de Barros (2008), onde a pesquisadora afirma que o padre Cícero fez o que pode, entre acordos políticos, e muitas vezes, sujeições ao poder local para ficar ao lado da sua gente.

Nesse sentido as considerações acerca da questão mostraram que, as políticas públicas do estado não estão preocupadas com a maior herança do padre Cícero para Juazeiro: as romarias. O próprio município não consegue evitar o conflito. Entre os exemplos que apareceram na pesquisa, a questão dos ambulantes cadastrados ganhou mais destaque. As palavras de ordem do padre Cícero: fé e trabalho, agora são substituídas pelo poder autoritário do município que priva os ambulantes do maior fluxo comercial próximo à matriz e ao memorial e “periferizam” os mesmos, transferindo-os para o centro de apoio ao romeiro já no caminho para o Horto. O poder autoritário e condigno de Weber é bem representado por tal ação. Por trás dessa ação há também a questão urbanística de Juazeiro do Norte, relacionada com o Roteiro da fé, que ao ser projetado como obra arquitetônica excluiu os ambulantes.

A romaria pela ótica da Igreja católica, não é mais um movimento de rejeitados, uma crendice popular, uma “sub cultura” como se referiu a ela um dos entrevistados. Esta passou a ter importância para a instituição. Não somente, pelo fator econômico que é muito substancial para a instituição, mas pela manutenção de toda uma estrutura simbólica de poder que gradativamente estava sendo perdida, após a morte do padre Cícero.

Esta revitalização deveu-se a movimentos de aceitação das romarias como parte da dinâmica econômica da cidade, levando as elites a aceitá-la, e também o clero. As romarias agora são vistas como um fenômeno cultural pela Igreja. Esta mesma, que no auge do fervor religioso em torno do padre Cícero ainda vivo, o excomungou. Mas o mesmo ainda vive através da estrutura simbólica que deixou, utilizada agora pelo clero, só que bem mais organizada, e pautada na lei, como se pode observar nas entrevistas.

O poder simbólico perpassou toda a pesquisa sobre as políticas públicas no território das romarias. O poder ainda exercido sobre as classes mais humildes pelo clero, apesar de grande parte atualmente serem assalariados, ainda é facilmente sentido por quem convive,

mesmo que por alguns momentos, com os atores que compõem a estrutura hierárquica da Igreja.

Na cidade de Barbalha foram realizadas as pesquisas referentes à agricultura. Chegou-se a conclusão que as políticas públicas do estado do Ceará conseguem chegar ao agricultor nesse município, mesmo que algumas necessidades sejam complementadas ou até totalmente supridas por políticas públicas federais e municipais. Tal fato foi constatado durante as entrevistas, onde agricultores, por mais devastados pela seca que assolava, no período da pesquisa, sempre citavam políticas públicas que os tinham beneficiados.

Observou-se, no entanto que a atuação da secretaria de desenvolvimento agrário do município estava dentro dos padrões estabelecidos pelas regulamentações que dão acesso a toda essa estrutura de políticas públicas, tanto estaduais, como federais, facilitando assim para o agricultor o usufruto de programas e ações governamentais das três esferas. Dos campos estudados, a agricultura no município de Barbalha foi a mais beneficiada pelo PPA 2008-2011, e apesar das limitações consegue-se constatar que, se a instituição for utilizada corretamente, os objetivos das políticas públicas podem ser concretizados na sua linha de execução, ou seja, na satisfação das necessidades da população e na resolução de problemas da mesma.

Dessa forma, chega-se a confirmação da hipótese norteadora dessa pesquisa. A interiorização do desenvolvimento chega de forma parcial e mal distribuída ao seu destino, a população, devido a alguns obstáculos responsáveis por este resultado: a ênfase na dimensão econômica que transforma muitas vezes planejamentos regionais em planos meramente econômicos; as relações de poder que desviam ou bloqueiam a execução das políticas públicas e a dificuldade de se manter uma sustentabilidade institucional e política e assim os valores que a norteiam.

Ao longo da pesquisa algumas sugestões foram sendo estudadas, dentre elas a que mais se destacou e que se adaptou à realidade do Cariri cearense foi a teoria dos sítios simbólicos de pertencimento de Hassan Zaoual. Ao buscar o significado da sua região os indivíduos valorizam o seu local, viabilizam produções sustentáveis, melhoram as relações sociais internas, reduzem as migrações para outros Estados e regiões, mantêm os seus espaços preservados dentre outros benefícios. Usando esse argumento pode-se utilizar a teoria de sítios simbólicos de pertencimento para facilitar a atuação das políticas públicas de desenvolvimento regional e local.

O sítio simbólico defende o pertencer como base primordial para a noção de região ou território. As crenças e práticas coletivas necessitam de valorização e se constituem como o

alicerce de uma economia consistente sem a aculturação de uma região e de seus pertencimentos. Fortificando o que existe de verdadeiro nessa região em contraponto às ideologias capitalistas do lucro, acumulação e conseqüente concentração de renda. A cultura do sítio pode servir como forma alternativa para organizar a sociedade e seus atores locais. O uso de sítios simbólicos de pertencimento enquanto forma de tornar participante a população na realização dos PPA's do Estado traria para os mesmos metas mais tangíveis e concretas no momento em que os desejos da sociedade de ambas as regiões estariam explícitas neste documento. A chave para a sustentação do sítio simbólico do Cariri está justamente na valorização da cultura da região. Não somente os movimentos culturais e os movimentos religiosos elencados na mídia, ou o incentivo a clichês como “Crato terra da cultura” e “Juazeiro terra da fé”. A busca pela valorização da cultura do Cariri transcende a lógica capitalista e do marketing da região. A valorização da cultura situa a região do Cariri enquanto criadouro de conhecimentos e saberes sociais que se encontram além do positivismo científico. Por trás dos clichês citados no parágrafo anterior encontram-se fundamentos que podem ser utilizados para se definir um sítio simbólico de pertencimento ao Cariri. A Região em si devido a sua localização central no Nordeste possui um histórico de concentrar “celeiros” de saberes tanto na forma científica como de saberes comuns e locais.

O real valor a cultura do saber do Cariri não é encontrado nem contemplado nos PPA's do Estado. Estes apenas replicam idéias e programas educacionais da Região Metropolitana de Fortaleza não se importando com as especificidades dos atores locais, seus conhecimentos e nem com a valorização da cultura caririense. Dentro desses conhecimentos produzidos pela população caririense está à preservação dos nossos ecossistemas. Mesmo de forma intuitiva a sociedade caririense sente orgulho da sua flora e fauna apesar de não preservá-la e ajudar indiretamente na devastação da mesma como, por exemplo, ao consumir produtos imobiliários que devastam o meio ambiente e se adentram até em áreas de preservação ambiental.

A criação de políticas públicas com base no pertencimento à região do Cariri facilitaria o próprio processo de reidentificação do seu povo e as recriações de políticas pautadas na teoria dos sítios simbólicos de pertencimento poderiam conter os avanços do processo de globalização para o interior, que tendem impor como natural a aculturação de povos e sociedades; o capitalismo em detrimento da cooperação; a crença no lucro e na moeda em troca dos valores e saberes locais componentes da cultura caririense. Assim há uma necessidade de incentivo a novas políticas públicas baseadas nos critérios da sustentabilidade institucional e política para o Cariri, torna-se fundamental como forma de se desenvolver

regionalmente com sustentabilidade, ou seja, o desenvolvimento da região com a preocupação com as gerações futuras.

REFERÊNCIAS

- ALVES, Christiane Luci Bezerra; RIBEIRO, Elivan Rosas. Globalização produtiva: o investimento direto estrangeiro (IDE) para a economia brasileira nos anos 90, In: **Pesquisa & Debate**. Vol. 14. nº2 (24). pp. 5 – 25. 2003.
- ALBUQUERQUE JUNIOR, D. M. de. **A invenção do Nordeste e outras artes**. 5.ed. São Paulo: Cortez, 2011.
- ARAÚJO, M. de L. **A Cidade do Padre Cícero: trabalho e fé**. Rio de Janeiro: Tese (Doutorado) 250 p. - Universidade Federal do Rio de Janeiro UFRJ , 2005.
- BANDEIRA, Pedro Silveira. Território e planejamento: a experiência europeia e a busca de caminhos para o Brasil. In: DINIZ, Clélio Campolina, (org.) **Políticas de Desenvolvimento Regional: desafios e perspectivas à luz das experiências da União Europeia e do Brasil**. Brasília, Editora da Universidade, 2007. pp.191-217.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Ed. 70, 1979.
- BARROS, A. R. **Desigualdades regionais no Brasil: natureza, causas, origens e solução**. Elsevier, Rio de Janeiro-RJ, 2011.
- BARROS, L.O.C. **Juazeiro do Padre Cícero: A terra da Mãe de Deus**. 2.ed. Editora IMEPH, 2008.
- BATISTELLA, A. Relações de poder: algumas contribuições teóricas. **Revista Semina** V10 - 2º semestre/2011.
- BAUER, M.W. Análise de conteúdo clássica: uma revisão. In: BAUER, M.W. & GASKELL, G. (org.). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som**. Petrópolis: Vozes, 2002, p. 189-217.
- BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de política**. Brasília: UnB, 1986.
- BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Editora Bertrand do Brasil S.A. 1997.
- BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Indicadores de Desenvolvimento Sustentável – Brasil 2012**. Brasília, 2012.
- BRASIL. Ministério do Planejamento, orçamento e gestão. **O plano Plurianual 2008-2011 (PPA 2008-2011)**. Brasília, 2007.
- BRASIL. Ministério do Turismo. **Turismo: marco conceitual**. Brasília, 2007b.
- BRASIL. Ministério do Planejamento, orçamento e gestão. **O plano Plurianual 2004-2007 (PPA 2004-2007)**. Brasília, 2003

BUARQUE, C. Celso Furtado: um professor em leituras. In: FORMIGA, M.; SACHS, I. (Org.). SEMINÁRIO INTERNACIONAL “CELSO FURTADO, A SUDENE E O FUTURO DO NORDESTE”, 2000, Recife. **Anais...** Recife: Sudene, 2000.

BURSZTYN, M. **O poder dos donos: planejamento e clientelismo no Nordeste**. Rio de Janeiro, Garamond, 2008.

CANO, W. **Ensaio sobre a formação econômica regional do Brasil**. São Paulo: Campinas: UNICAMP, 2002.

CANO, W. Desequilíbrios regionais no Brasil: alguns pontos controversos. In: **A questão Nordeste**. MARANHÃO, S. (org.). Paz e Terra, São Paulo-SP, 1984.

CARGNIN, A. P. **A dimensão territorial no planejamento governamental brasileiro: avanços e limitações na elaboração dos Planos plurianuais**. I Seminário Reforma do Estado e Território: Integração Sul-Americana e Gestão do Território. Porto Alegre, UFRGS/POSGEA, novembro de 2008.

CEARÁ. Secretaria de Planejamento e Gestão do Estado do Ceará – SEPLAG. **PLANO PLURIANUAL 2012/2015 Vol. I**. Fortaleza, 2012.

CEARÁ. Secretaria de Planejamento e Gestão do Estado do Ceará – SEPLAG. **PLANO PLURIANUAL 2008/2011 - PROJETO DE LEI: Demonstrativo Consolidado por Região, Programa e Ação 08 Macrorregião Cariri/Centro Sul**. Fortaleza, 2012b.

CEARÁ. Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará– IPECE. **Objetivos do Desenvolvimento do Milênio: relatório do estado do Ceará**. Fortaleza, 2010.

CEARÁ. Secretaria de Planejamento e Gestão do Estado do Ceará – SEPLAG. **PLANO PLURIANUAL 2008/2011 Vol. I Lei nº14. 053 de 07/01/2008**. Fortaleza, 2008.

CHACON, S. S. **O sertanejo e o caminho das águas: políticas públicas, modernidade e sustentabilidade no semi-árido**. Fortaleza, Banco do Nordeste do Brasil, 2007.

CHARTIER, Roger. **A história cultural: entre práticas e representações**. Lisboa: Difel; Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

CHAUÍ, M. **Cultura e democracia: o discurso competente e outras falas**. 12.ed. São Paulo: Cortez, 2007

FAORO, R. **Os donos do poder: formação do patronado político brasileiro**. 5.ed. Porto Alegre, Globo: 1979.

FIGUEIREDO FILHO, J. **História do Cariri vol.I** Coedição Secult. Edições URCA. Fortaleza: Edições UFC, 2010.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. 7. ed. São Paulo: Loyola, 2001.

FREYRE, G. **Casa Grande e Senzala**. 17.ed. Rio de Janeiro, José Olympio, 1975.

FURTADO, C. Desenvolvimento e subdesenvolvimento. Rio de Janeiro: Contraponto: Centro Internacional Celso Furtado, 2009

_____. Reflexões sobre a crise brasileira. In: FORMIGA, M.; SACHS, I. (Org.). SEMINÁRIO INTERNACIONAL “CELSO FURTADO, A SUDENE E O FUTURO DO NORDESTE”, 2000, Recife. **Anais...** Recife: Sudene, 2000.

_____. **Seca e poder**. São Paulo: Perseu Abramo, 1999

_____. **Formação Econômica do Brasil**. 29 ed. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1998.

_____. **A Fantasia desfeita**. 3 ed. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1989

_____. **A Fantasia organizada**. 5 ed. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1985

_____. O Nordeste: reflexões sobre uma política alternativa de desenvolvimento. **Revista de Economia Política**. São Paulo, V.4, n.3, p.5-14, jul-set, 1984 (Centro de economia política).

GALBRAITH, J.K. Anatomia do poder. Porto, Ed.70: 2007.

GARCIA, R. C. **A reorganização do processo do planejamento do governo federal**: o PPA 2000-2003. Brasília: IPEA, 2000 (texto para discussão nº76).

GIAMBIAGI, F. **Economia brasileira contemporânea**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

GOMES, R. Análise e interpretação de dados de pesquisa qualitativa. In: DESLANDES, S. F. GOMES, R. MINAYO, M. C. de S. **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. 31ª Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012, p.79-108.

GONÇALVES, N. de C. "**O fogo não está morto**": engenhos de rapadura do Cariri cearense como uma referência cultural na perspectiva das políticas públicas do último quartel do século XX. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. 83 p. 2011.

IBGE (2010). Área territorial oficial.

http://www.ibge.gov.br/home/geociencias/cartografia/default_territ_area. acessado em 02 de outubro de 2013.

LAKATOS, E. M. & MARCONI, M.A. **Fundamentos da metodologia científica**. 6.ed. – São Paulo: Atlas 2008.

LEITÃO, L. A dimensão subjetiva da sustentabilidade urbana. **Cad. Est. Soc.** Recife. v. 15, n. 2, p.255-268, jul./dez., 1999.

LEMOS, Maurício B. **Espaço e capital**: um estudo sobre a dinâmica centro x periferia. Campinas, 1988. (Tese de Doutorado, IE/UNICAMP).

- LIMA, A.C.C. **Teoria do desenvolvimento regional e suas implicações de política econômica no pós guerra: o caso do Brasil.** Belo horizonte: UFMG/Cedeplar, 2009.
- LOPES.J. do C. & ROSSETTI, J.P. **Economia monetária.** 7.ed. São Paulo: Atlas, 1998.
- MATIAS, A. **O poder político em Juazeiro do Norte: mudanças e permanências – As eleições de 2000.** Juazeiro do Norte, gráfica Nobre, 2008.
- MATOS, P. de O. **Análise dos planos de desenvolvimento elaborados no Brasil após o II PND.** Dissertação apresentada a Escola de Agricultura da USP-SP para obtenção de título de mestre em ciências com área de aplicação em economia aplicada. Piracicaba – SP, 2002.
- MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde.** 9ª Ed. Revista e aprimorada. São Paulo: Hucitec, 2006.
- MORGAN, G. **Imagens da Organização.** São Paulo, Atlas: 1996.
- MYRDAL, G. **Teoria econômica e regiões subdesenvolvidas.** 2.ed. editora Saga. Rio de Janeiro, 1968
- OLIVEIRA, M. M. **Avaliação da Política nacional de desenvolvimento Regional – PNDR.** Ministério da Integração. Brasília, 2011.
- PAIVA, D.L. A nova dinâmica do sistema econômico internacional: a dinâmica da globalização. In: CARMO, E.C. & MARIANO, J.(org.). **Economia Internacional.** São Paulo, Saraiva: 2003
- PERROUX, François. **A Economia do século XX.** Porto: Herder, 1967.
- PESAVENTO, Sandra J. **Cultura e representações: uma trajetória.** *Revista Anos 90.* Porto Alegre, UFRGS, v. 13, n. 23-24, 2006.
- PINHEIRO, I. **O Cariri.** Coedição Secult. Edições URCA. Fortaleza: Edições UFC, 2010.
- PINHEIRO, I. & FIGUEIREDO FILHO, J. **A cidade de Crato.** Coedição Secult. Edições URCA. Fortaleza: Edições UFC, 2010
- ROCHA, Euripedys Ewbank e CHACON, Suely Salgueiro. **Planejamento industrial no Ceará.** Texto para Discussão. Fortaleza: DTE/FEAAC/Universidade Federal do Ceará. 1991.
- ROQUE, Dmarrone Gomes. **O Desenvolvimento Sócio-Econômico do Estado do Ceará no período de 1990 a 2005: um estudo das microrregiões.** Monografia de Bacharelado em Ciências Econômicas – URCA, Crato-Ce, 2009.
- SACHS, I. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável.** Rio de Janeiro: Garamond, 2009.
- SACHS, I. **Desenvolvimento: incluyente, sustentável, sustentado.** Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

SACHS, I. **Estratégias de transição para o século XXI**. In: BURSZTYN, M. (Org.) Para pensar o desenvolvimento sustentável. 2ªed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

SANTOS, B. de S. (org.). **A globalização e as ciências sociais**. 4. Ed. São Paulo, Cortez, 2011.

SANTOS, B. de S. **Democracia e Participação: O Caso do Orçamento Participativo de Porto Alegre**. Porto: Afrontamento, 2002.

SANTOS, B. de S. **Pela Mão de Alice: O Social e o Político na Pós-Modernidade**, Porto: Afrontamento, (8ª edição). 1994.

SANTOS, B. de S. & MENESES, M. P. (orgs.) **Epistemologias do Sul**. São Paulo, Cortez, 2010.

SASSEN, S. **Sociologia da globalização**. Porto alegre, Artmed: 2010.

SAYAGO, D. Participação: olhar para fora ou olhar para dentro? **Ra Ximhai**. Vol.4, n.3, sep.-dic. 2008, p.543-548.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Ed. Cia das letras, 2000.

SEN, Amartya. **Sobre ética e economia**. São Paulo: Ed. Cia das letras, 1999.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico**. 23. Ed. Ver. E atual. – São Paulo : Ed. Cortez, 2007.

SILVA, R.M.A. **Entre o combate a seca e a convivência com o semi-árido: transições paradigmáticas e sustentabilidade do desenvolvimento**. Tese de doutorado, Centro de Desenvolvimento Sustentável, UnB: Brasília, 2006.

SOUZA, N. C. C. **Desenvolvimento Econômico e Social do Estado do Ceará no período de 1992 a 2005**. Crato-Ce, 2009. Monografia de Bacharelado em Ciências Econômicas – URCA, Crato, 2009.

SOUZA, O. T. **Fé e trabalho: a ação missionária do padre Ibiapina na Cidade do crato e vila de barbalha – ce (1864 – 1870)** ANAIS DO III ENCONTRO NACIONAL DO GT HISTÓRIA DAS RELIGIÕES E DAS RELIGIOSIDADES – ANPUH - Questões teórico-metodológicas no estudo das religiões e religiosidades. IN: **Revista Brasileira de História das Religiões**. Maringá (PR) v. III, n.9, jan/2011.

TAVARES, M da C. **Desenvolvimento e igualdade**. Ed. Esp. – Rio de Janeiro, IPEA: 2011.

VASCONCELOS, M. A. S. de. **Economia brasileira contemporânea**. 7ed. São Paulo: Atlas, 2009.

WEBER, M. **Ensaio de Sociologia** (W. Dutra, trad., 5a ed.). Rio de Janeiro: LTC, 2008.

ZAOUAL, H. **Globalização e diversidade cultural**. São Paulo, Ed. Cortez – Coleção Questões de nossa época v. 106, 2003.

ZAOUAL, H. **Do turismo de massa ao turismo situado: quais as transições?** Caderno Virtual de Turismo, Vol.8, num. 2, 2008, Rio de Janeiro – RJ, UFRJ.

APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA APLICADA AO ROMEIRO

ENTREVISTA APLICADA AO ROMEIRO

Identificação do Entrevistado

Data:

Nome:

Idade:

Profissão:

Localidade em que reside:

Roteiro de perguntas

- 1) De qual localidade você veio?
- 2) O que motivou você a vir a Juazeiro do Norte?
- 3) Qual o transporte utilizado?
- 4) A cidade possui infraestrutura para recebê-lo?
- 5) Como você vê a atuação da prefeitura e o governo do estado do Ceará em relação as romarias?
- 6) A Igreja dá apoio ao romeiro?
- 7) Existe algum local público que informem ao romeiro, roteiros, serviços e apóiem o mesmo em caso de algum imprevisto?
- 8) Como você é tratado pela população local?
- 9) Você se preocupa com o meio ambiente da cidade de Juazeiro do Norte?
- 10) Você conhece alguma ação por parte da prefeitura ou do governo do estado do Ceará sobre conscientização do romeiro em relação ao meio ambiente e o patrimônio cultural da cidade?

**APÊNDICE B – ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA APLICADA
AO REPRESENTANTE DA SECRETARIA DE TURISMO E ROMARIAS DA
PREFEITURA DE JUAZEIRO DO NORTE**

**ENTREVISTA APLICADA A TURISMÓLOGA DO MUNICÍPIO DE JUAZEIRO DO
NORTE**

Identificação do Entrevistado

Data:

Nome:

Idade:

Profissão:

Roteiro de perguntas

- 1) Como a prefeitura enxerga a questão das romarias na cidade de Juazeiro do Norte?
- 2) A prefeitura dá apoio e infraestrutura aos romeiros?
- 3) Você ou sua secretaria participou da concepção do plano plurianual do estado do Ceará para o Cariri?
- 4) Existem políticas públicas do governo do estado do Ceará para o turismo em geral no Cariri?
- 5) O município se utiliza mais de quais políticas?
- 6) Como o município está tratando a questão ambiental junto aos romeiros?
- 7) A questão da urbanização e o turismo religioso, como a prefeitura está agindo?
- 8) Quais as ações efetivas da prefeitura para apoiar as romarias?
- 9) Com relação ao comércio formal e informal na cidade? Existe alguma ação do município referente a orientação para os romeiros?

**APÊNDICE C – ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA APLICADA
AO PÁROCO DA IGREJA DO HORTO EM JUAZEIRO DO NORTE**

**ENTREVISTA APLICADA AO PÁROCO E ADMINISTRADOR DA IGREJA DO
HORTO EM JUAZEIRO DO NORTE**

Identificação do Entrevistado

Data:

Nome:

Idade:

Profissão:

Roteiro de perguntas

- 1) Como a Igreja enxerga as romarias?
- 2) Existem políticas públicas do Estado que apóiam as romarias?
- 3) Como está a relação da Igreja com o Estado em relação ao turismo religioso?
- 4) O Estado dá infraestrutura às romarias?
- 5) A Igreja possui alguma ação referente à conscientização do romeiro em relação ao meio ambiente e a preservação do patrimônio histórico e cultural?
- 6) Em relação à segurança para o turista? Existe alguma política ou ação do Estado ou da Igreja?
- 7) A questão do comércio informal no Horto e na cidade? A Igreja se posiciona a favor ou contra ao mesmo?

APÊNDICE D – ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA APLICADA AOS ALUNOS, SERVIDORES E PROFESSORES DA UNIVERSIDADE REGIONAL DO CARIRI-URCA

ENTREVISTA APLICADA AO ALUNOS, SERVIDORES E PROFESSORES DA URCA

Identificação do Entrevistado

Data:

Nome:

Idade:

Profissão:

Localidade em que reside:

Roteiro de perguntas

- 1) Você tem conhecimento de alguma política pública voltada para a URCA ou para o incentivo ao ensino superior?
- 2) Você tem algum conhecimento das metas traçadas para a URCA dentro do Plano Plurianual do estado do Ceará para o Cariri?
- 3) Como está a questão do ensino na URCA?
- 4) A infraestrutura é favorável ao ensino?
- 5) Existe algum incentivo a pesquisa e extensão?
- 6) Como é o convívio dos alunos (professores ou servidores) com a administração e com o governo do Estado?
- 7) Como são as relações entre alunos, professores e servidores?
- 8) Em relação a preservação da cultura e do meio ambiente, a URCA possui alguma ação ou política referente a tal quesito?
- 9) O objetivo da URCA enquanto universidade é promover o desenvolvimento regional? Você acha que a mesma consegue atingir tal objetivo?

APÊNDICE E – ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA APLICADA AOS AGRICULTORES DO MUNICÍPIO DE BARBALHA

ENTREVISTA APLICADA AOS AGRICULTORES DO MUNICÍPIO DE BARBALHA

Identificação do Entrevistado

Data:

Nome:

Idade:

Profissão:

Localidade em que reside:

Roteiro de perguntas

- 1) Como está a sua situação diante do período de seca que o estado do Ceará tem passado nesse dois anos?
- 2) Você é beneficiado por alguma política pública ou programa do governo que apóie a agricultura de alguma forma?
- 3) Quais as políticas públicas para a agricultura chegam até você?
- 4) Você possui algum benefício ou participa de algum programa de transferência de renda do governo federal?
- 5) O que você produz na sua propriedade?
- 6) Já cultivou cana de açúcar?
- 7) Qual o seu principal produto?
- 8) É fácil comercializar a sua produção no mercado local?
- 9) Como você vê as ações da prefeitura de Barbalha para a agricultura?
- 10) Você sente que é assistido pela mesma?

**APÊNDICE F – ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA APLICADA
AO SECRETÁRIO DE DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO DO MUNICÍPIO DE
BARBALHA**

**ENTREVISTA APLICADA AO SECRETÁRIO DE DESENVOLVIMENTO
AGRÁRIO DO MUNICÍPIO DE BARBALHA**

Identificação do Entrevistado

Data:

Nome:

Idade:

Profissão:

Localidade em que reside:

Roteiro de perguntas

- 1) Quais as políticas públicas do estado do Ceará mais especificamente relacionadas ao Plano Plurianual do estado conseguem chegar ao agricultor do município?
- 2) O município participou da concepção deste plano?
- 3) Quais políticas públicas para o desenvolvimento agrário o município mais utiliza? As originadas do governo federal ou do governo estadual?
- 4) Existe alguma política pública do município para o desenvolvimento da agricultura?
- 5) Em relação ao meio ambiente, e a sustentabilidade, existe alguma política pública que está sendo executada no município que contemple as dimensões da sustentabilidade?
- 6) Quais os produtos mais cultivados no município?
- 7) Como está a cultura da cana de açúcar no município?

ANEXOS

ANEXO A: PLANO PLURIANUAL PARTICIPATIVO DO ESTADO DO CEARÁ 2008 /2011 PARA A MACRORREGIÃO CARIRI/CENTRO SUL.

ANEXO B: PLANO PLURIANUAL PARTICIPATIVO – 2008 – 2011 PRIORIDADES REGIONAIS CONSOLIDADAS COM O PPA MACRORREGIÃO CARIRI/CENTRO SUL.

ANEXO C: PLANO PLURIANUAL PARTICIPATIVO DO ESTADO DO CEARÁ 2012 /2015 PARA A MACRORREGIÃO CARIRI/CENTRO SUL.